



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — Nº 162

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 1967

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 24 de novembro de 1967, às 9 horas

(SEXTA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Continuação da discussão em turno único, do Projeto de Lei nº 13, de 1967 (C.N.), que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências.

SESSÃO CONJUNTA

Em 24 de novembro de 1967, às 21 horas e 30 minutos

(SEXTA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 17, de 1967 (C.N.), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre os Orçamentos Plurianuais de Investimentos, e dá outras providências.

SESSÃO CONJUNTA

Em 27 de novembro de 1967, às 21 horas e 30 minutos

(SEGUNDA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 18, de 1967 (C.N.), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que reajusta vencimentos dos servidores civis e militares da União, reformula alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados, e dá outras providências.

SESSÃO CONJUNTA

Em 28 de novembro de 1967, às 10 horas

ORDEM DO DIA

I

Continuação da votação, em turno único, do recurso interposto pelo Deputado Mário Covas à decisão da Presidência que determinou que a votação do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1967, tivesse início pelo Senado tendo Pareceres pelo seu não provimento, sob nºs 24 e 25, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

II

Continuação da votação do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1967, que altera os arts. 109 e 161 da Constituição Federal (aposentadoria dos funcionários públicos).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº I da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 43, DE 1967

Aprova a Convenção destinada a evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre rendimentos, concluída entre a República do Brasil e o Japão, assinada em Tóquio, em 24 de janeiro de 1967.

Art. 1º É aprovada a Convenção destinada a evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre rendimentos, concluída entre a República do Brasil e o Japão, assinada em Tóquio, em 24 de janeiro de 1967.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 23 de novembro de 1967

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

CONVENÇÃO ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E O JAPÃO DESTINADA A EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS

O Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Japão.

Desejando concluir uma Convenção destinada a evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre rendimentos.

acordaram no seguinte:

1 — Os impostos sujeitos a esta Convenção são:

a) No caso dos Estados Unidos do Brasil, o imposto federal de renda (doravante referido como "imposto brasileiro");

b) No caso do Japão, o imposto sobre a renda e o imposto sobre as companhias (doravante referidos como "imposto japonês").

2 — Esta Convenção também será aplicável aos impostos substancialmente semelhantes aqueles abrangidos pelo parágrafo (1) que forem introduzidos em qualquer um dos Estados Contratantes após a data de assinatura desta Convenção.

Artigo 2

1 — Na presente Convenção a não ser que o contexto imponha uma interpretação diferente:

a) O termo "Brasil" designa os Estados Unidos do Brasil;

b) O termo "Japão" quando utilizado no sentido geográfico designa todo o território em que vigorarem as leis relativas ao imposto japonês;

c) As expressões "um Estado Contratante" e "o outro Estado Contratante" designam Brasil ou Japão consoante o contexto;

d) O termo "imposto", designa o imposto brasileiro ou o imposto japonês consoante o contexto.

e) O termo "pessoa" abrange uma pessoa física uma companhia e qualquer outro grupo de pessoas;

f) O termo "companhia" designa qualquer pessoa coletiva ou qualquer entidade que, para fins tributários seja considerada como pessoa jurídica;

g) As expressões "empresa de um Estado Contratante" e "empresa do outro Estado Contratante" designam, respectivamente, uma empresa explorada por uma pessoa residente num Estado Contratante e uma empresa explorada por uma pessoa residente no outro Estado Contratante;

h) A expressão "autoridade competente" em relação a um Estado Contratante designa o Ministro da Fazenda daquele Estado Contratante ou seu representante autorizado.

2 — Para a aplicação desta Convenção por um dos Estados Contratantes, qualquer expressão que não se encontre definida tem o sentido que lhe é atribuído pela legislação

dêse Estado Contratante relativa aos impostos a que esta Convenção se aplique, a não ser que o contexto imponha uma interpretação diferente.

Artigo 3

1 — Na presente Convenção a expressão "residente num Estado Contratante" designa as pessoas que por virtude da legislação desse Estado estão sujeitas a imposto, devido ao seu domicílio, a sua residência, a sede da sua direção ou a qualquer outro critério de natureza analoga.

2 — Quando, por força das disposições do parágrafo (1) uma pessoa for residente em ambos os Estados Contratantes, as autoridades competentes determinarão por mútuo entendimento o Estado Contratante no qual aquela pessoa será considerada como residente, para os fins desta Convenção.

Artigo 4

1 — Na presente Convenção, a expressão, "estabelecimento permanente" designa uma instalação fixa de negócios em que a empresa exerça toda ou parte de sua atividade.

2 — A expressão "estabelecimento permanente" abrange especialmente:

- a) uma sede de direção;
- b) uma sucursal;
- c) um escritório;
- d) uma oficina;
- e) uma fábrica;
- f) um depósito;
- g) uma mina, uma pedreira ou qualquer outro local de extração de recursos naturais;
- h) uma local de edificação ou de construção ou montagem de projeto cuja duração exceda seis meses.

3 — A expressão "estabelecimento permanente" não abrange:

- a) a manutenção de um estoque de bens, ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de transformação por uma outra empresa;
- b) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de comprar bens ou mercadorias ou para obter informações para a empresa;
- c) a utilização de instalações unicamente para fins de armazenagem, exposição ou expedição de bens ou mercadorias pertencentes à empresa;
- d) a manutenção de um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de armazenagem, exposições ou expedição;
- e) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de publicidade, para fornecimento de informações, para investigação científica ou atividades análogas de caráter preparatório ou auxiliar para a empresa;

4) Uma pessoa que atue num dos Estados Contratantes por conta de uma empresa de outro Estado Contratante — e desde que não seja um agente que goze de um "status" independente, contemplado no parágrafo (5) — será considerada como "estabelecimento permanente" no primeiro Estado Contratante;

(c) tiver e habitualmente exercer naquele Estado Contratante, autoridade para concluir contratos em nome da empresa a não ser que suas atividades sejam limitadas à compra de bens ou mercadorias para a empresa; ou

b) mantiver naquele Estado Contratante um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa com o qual regularmente atenda a pedidos em nome da empresa, consecutivamente a um contrato previamente concluído pela empresa sem especificação quer da quantidade a ser entregue ou da data e do lugar de entrega.

5) Uma empresa de um Estado Contratante não será considerada como tendo um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante pelo simples fato de aí exercer a

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASIL.

sua atividade por intermédio de um corretor, de um comissário geral ou de qualquer outro intermediário que goze de um "status" independente, desde que essas pessoas atuem no âmbito normal da sua atividade.

6 — O fato de uma companhia residente num dos Estados Contratantes controlar ou ser controlada por uma companhia residente no outro Estado Contratante ou que aí exerça a sua atividade (quer seja através de um estabelecimento permanente, quer não) não é por si só bastante para fazer de qualquer dessas companhias estabelecimento permanente da outra.

7 — Uma empresa de um Estado Contratante será considerada como tendo um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante se exercer atividades que consistam no todo ou em parte em oferecer, naquele outro Estado Contratante, os serviços de participantes em diversões públicas mencionados no Artigo 15.

Artigo 6

1 — Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante são tributáveis somente nesse Estado Contratante a menos que a empresa realize negócios no outro Estado Contratante por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado. Se a empresa realizar negócios na forma indicada, os seus lucros são tributáveis no outro Estado Contratante, mas unicamente na medida em que forem atribuídos a esse estabelecimento permanente.

2 — Quando uma empresa de um Estado Contratante realizar negócios no outro Estado Contratante, através de um estabelecimento permanente aí situado, em cada um dos Estados Contratantes serão atribuídos a esse estabelecimento permanente os lucros que a empresa teria caso constituísse uma empresa distinta e isolada, ocupando-se das mesmas atividades ou de atividades semelhantes sob condições idênticas ou análogas, e transacionando com absoluta independência com a empresa de que é um estabelecimento permanente.

3 — Na determinação dos lucros de um estabelecimento permanente, serão permitidas as deduções de despesas que sejam realizadas para a consecução dos objetivos do estabelecimento permanente incluindo, despesas de administração e encargos gerais de direção assim realizados.

4 — Nenhum lucro será atribuído a um estabelecimento permanente se este se houver limitado a comprar mercadorias para a empresa.

5 — Para efeito dos parágrafos anteriores os lucros atribuíveis ao estabelecimento permanente serão determinados todos os anos segundo o mesmo método a não ser que existam motivos válidos e suficientes para proceder de forma diferente.

6 — Quando os lucros compreenderem elementos de rendimentos especialmente regulados noutros artigos da presente Convenção, o disposto em tais preceitos não será afetado pelo presente artigo.

Artigo 6

Quando:

a) uma empresa de um Estado Contratante participar direta ou indiretamente na direção, no controle ou no capital de uma empresa de outro Estado Contratante, ou

b) as mesmas pessoas participarem direta ou indiretamente na direção, controle ou no capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante;

e, em ambos os casos, as duas empresas, na suas relações comerciais ou financeiras, estiverem ligadas por condições aceites ou impostas, que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que nessas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas mas não o fuderam ser em virtude de tais condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e tributados como tal.

Artigo 7

1 — Os lucros provenientes da exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional levada a efeito por uma empresa de um Estado Contratante, somente serão tributáveis nesse Estado Contratante.

2 — Com referência, à exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional, levada a efeito por uma empresa residente no Brasil essa empresa ficará isenta, no Japão, do imposto sobre habitantes locais e do imposto sobre empresas.

Artigo 8

1 — Os rendimentos provenientes da propriedade imobiliária são tributáveis no Estado Contratante em que tal propriedade esteja situada.

2 — A expressão "propriedade imobiliária" será definida de acordo com o direito do Estado Contratante em que tal propriedade estiver situada. A expressão abrange sempre os acessórios da propriedade imobiliária, o gado e o equipamento utilizado nas explorações agrícolas e florestais os direitos a que se aplicam as disposições do direito privado relativas à propriedade imobiliária, o usufruto da propriedade imobiliária e os direitos dos pagamentos fixos ou variáveis pela exploração ou pela concessão da exploração de jazidas minerais, fontes e outros recursos naturais; os navios e aeronaves não serão considerados propriedade imobiliária.

3 — O disposto no parágrafo 1 aplica-se aos rendimentos derivados da exploração direta, da locação ou do arrendamento, bem como de qualquer outra forma de exploração de propriedade imobiliária.

4 — O disposto nos parágrafos 1 e 3 aplica-se igualmente aos rendimentos provenientes da propriedade imobiliária de uma empresa, assim como aos rendimentos da propriedade imobiliária que sirva para o exercício de uma profissão liberal.

Artigo 9

1 — Os dividendos pagos por uma companhia residente num Estado Contratante a um residente no outro

Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado Contratante.

2 — Esses dividendos podem, no entanto, ser tributados no Estado Contratante onde reside a companhia que os paga, e de acordo com a legislação desse Estado Contratante, mas o imposto respectivo não poderá exceder 10% do montante bruto dos dividendos se o beneficiário for uma companhia que possua pelo menos 25% das ações com direito a voto da companhia pagadora de tais dividendos durante o período de seis meses imediatamente anterior ao fim do período contábil com o qual a distribuição de lucros tenha relação.

3 — O disposto no parágrafo 2 não afetará a tributação da companhia com referência aos lucros que derem origem aos dividendos pagos.

4 — O termo "dividendos" usado no presente artigo designa os rendimentos provenientes de ações, ações ou direitos de fruição, ações de empresas mineradoras, partes de fundação ou outros, direitos, com exceção de créditos, participação em lucros, bem como rendimentos de outras participações de capital assemelhadas aos rendimentos de ações pela legislação tributária do Estado Contratante de que a companhia que os distribuir seja residente.

5 — Na aplicação dos parágrafos precedentes no caso do Brasil, também serão consideradas como dividendos todas as formas de distribuição de lucros por um estabelecimento permanente, situado no Brasil de uma empresa que seja residente no Japão, caso em que o imposto sobre tal distribuição de lucros não excederá a alíquota tributária referida no parágrafo 2 acima.

6 — O disposto nos parágrafos 2 e 5 não se aplicará ao imposto sobre atividades de menor importância ou o imposto sobre remessas excedentes do Brasil.

7 — O disposto nos parágrafos 1 e 2 não se aplicará quando o beneficiário dos dividendos, residente num Estado Contratante tiver, no outro Estado Contratante onde residir a companhia pagadora dos dividendos um estabelecimento permanente a que estiver ligada efetivamente a participação geradora dos dividendos. Neste caso, serão aplicadas as disposições do Artigo 5.

Artigo 10

1 — Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente no outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado Contratante.

2 — Esses juros poderão, contudo ser tributados no Estado Contratante de que provenham e de acordo com a respectiva legislação mas o imposto correspondente não poderá exceder 10% do montante bruto dos juros se:

a) os juros forem recebidos por um banco ou outra instituição financeira residente naquele outro Estado Contratante;

b) os juros forem provenientes de empréstimos feitos por uma empresa de um Estado Contratante a uma empresa do primeiro Estado Contratante engajada num empreendimento industrial desde que os fundos para tais empréstimos tenham sido obtidos pela empresa mencionada em primeiro lugar em um banco ou outra instituição financeira unicamente com o objetivo de financiar aquela outra empresa, e que a primeira empresa possua pelo menos 25% do capital com direito a voto daquela outra empresa ao tempo em que tais empréstimos sejam feitos ou os juros sejam pagos;

c) os juros sejam provenientes de debêntures ou outros títulos semelhantes; ou

d) os juros sejam provenientes de letras do tesouro ou outros títulos da dívida pública.

3 — Não obstante o disposto no parágrafo 2 os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos ao Governo do outro Estado Contratante, a uma sua subdivisão pública ou governo municipal ou a qualquer agência ou instituição (incluindo-se as instituições financeiras) de propriedade exclusiva daquele Governo de uma sua subdivisão política ou governo municipal ficarão isentos de imposto no primeiro Estado Contratante.

4 — O termo "juros" usado ao presente artigo designa os rendimentos de fundos públicos, de títulos ou debêntures, acompanhados ou não de garantia hipotecária ou de cláusula de participação nos lucros, e de créditos de qualquer natureza bem como outros rendimentos que pela legislação tributária do Estado de que provenham, sejam assemelhados aos rendimentos de importâncias empresariais.

5 — As disposições dos parágrafos 1 e 2 não serão aplicadas se o beneficiário dos juros, residindo num dos Estados Contratantes, tiver no outro Estado Contratante de que provenham os juros, um estabelecimento permanente ao qual se ligue efetivamente o crédito gerador dos juros. Nesse caso será aplicável o disposto no Artigo 5.

6 — Os juros consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o respectivo devedor for o próprio Estado Contratante, uma sua subdivisão política ou governo municipal ou uma pessoa residente nesse Estado Contratante. Todavia quando o devedor dos juros, seja ou não residente num Estado Contratante, tiver um estabelecimento permanente através do qual haja sido feito o empréstimo fonte dos juros e que suporte o encargo desses juros tais juros serão considerados como provenientes do Estado Contratante onde o estabelecimento permanente estiver situado.

7 — Se, em consequência de relações especiais existentes entre o devedor e o credor, ou entre um e outros e terceiras pessoas o montante dos juros pagos, tendo em conta o crédito pelo qual são devidos exceder o que seria ajustado entre o devedor e o credor na ausência de tais relações o disposto no presente artigo somente será aplicável a este último montante. Neste caso a parcela excedente dos pagamentos será tributável de acordo com a legislação de cada Estado Contratante e tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

Artigo 11

1 — Os "royalties" provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente no outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado Contratante.

2 — No entanto, tais "royalties" poderão ser tributados no Estado Contratante de que provenham e de acordo com a legislação tributária desse Estado Contratante, mas o imposto assim cobrado não poderá exceder 10% do montante bruto dos "royalties". Esta limitação não se aplicará aos "royalties" provenientes do Brasil nos três primeiros anos de calendário de aplicação desta Convenção, durante os quais o Brasil poderá aplicar o imposto sobre "royalties" previsto na sua legislação.

3 — O termo "royalties" usado no presente Artigo designa as remunerações de qualquer natureza pagas pela utilização ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra científica, de uma patente, desenho ou modelo plano, fórmula ou processo secreto, ou pela utilização ou pela concessão de uso de equipamento industrial, comercial ou científico, ou pelas informações concernentes a experiência industrial, co-

mercial ou científica; mas não inclui os pagamentos de qualquer tipo recebidos, pela utilização ou pela concessão do uso de marcas de indústria ou comércio, filmes cinematográficos, filmes ou fitas de gravação de programas de rádio e televisão.

4 — O disposto nos parágrafos 1 e 2 não se aplicará quando o beneficiário dos "royalties" residir num Estado Contratante e tiver, no outro Estado Contratante de onde provenham os "royalties", um estabelecimento permanente, ao qual esteja efetivamente ligado o direito ou o bem gerador do "royalties". Em tal caso, aplicar-se-á o disposto no Artigo 5.

5 — Os "royalties" serão considerados provenientes de um Estado Contratante quando o pagador for aquele próprio Estado Contratante uma sua subdivisão política ou governo municipal ou um residente nesse Estado Contratante. Quando, entretanto, a pessoa que pagar os "royalties", seja ou não residente em um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente em conexão com o qual a obrigação de pagar os "royalties" tenha surgido, e tais "royalties" sejam suportados por tal estabelecimento permanente, então tais "royalties" serão considerados como provenientes do Estado Contratante no qual o estabelecimento permanente estiver situado.

6 — Quando quaisquer "royalties" excederem um montante justo e razoável em relação aos direitos pelos quais sejam pagos, o direito no presente Artigo somente se aplicará àquela parcela dos "royalties" que representar esse montante justo e razoável. Se, em consequência de relações especiais existentes entre o devedor e o credor, ou entre um e outros e terceiras pessoas, o montante dos "royalties" pagos tendo em conta os direitos por que sejam devidos, exceder o que seria convencionado entre o devedor e o credor na ausência de tais relações, o disposto no presente artigo só se aplicará a este último montante. Nesses casos, a parte excedente dos pagamentos será tributável de acordo com a legislação de cada um dos Estados Contratantes, tendo em devida conta as outras disposições da presente Convenção.

Artigo 12

1 — Os ganhos provenientes da alienação de propriedades imobiliárias, definidas no Artigo 8 parágrafo 2, são tributáveis no Estado Contratante em que tal propriedade estiver situada.

2 — Os ganhos provenientes da alienação de bens mobiliários que façam parte do ativo de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante possuir no outro Estado Contratante ou de bens mobiliários constitutivos de uma instalação fixa de que disponha uma pessoa residente num Estado Contratante no outro Estado Contratante para o exercício de uma profissão liberal incluindo os ganhos provenientes da alienação global desse estabelecimento permanente (isolado ou com o conjunto da empresa) ou dessa instalação fixa, são tributáveis nesse outro Estado Contratante. No entanto, os ganhos obtidos por um residente de um Estado Contratante com a alienação de navios ou aeronaves utilizados no tráfego internacional e de bens mobiliários pertinentes à exploração de tais navios ou aeronaves ficarão isentos de imposto no outro Estado Contratante.

3 — Os ganhos obtidos por um residente de um Estado Contratante com a alienação de quaisquer outros bens diferentes dos mencionados nos parágrafos 1 e 2 somente são tributáveis nesse Estado Contratante.

Artigo 13

1 — Os rendimentos que uma pessoa residente num Estado Contratante obtenha com uma profissão liberal ou com o exercício de outras atividades independentes de caráter análogo são isentos do imposto no outro Estado Contratante, a não ser que essa pessoa disponha, de forma habitual, nesse outro Estado Contratante, de uma instalação fixa para o exercício dessas atividades. Se dispuser dessa instalação, os rendimentos serão tributáveis nesse outro Estado Contratante mas unicamente na medida em que forem atribuíveis a tal instalação fixa.

2 — A expressão "profissão liberal" abrange em especial as atividades independentes de ordem científica, literária, artística, educativa ou pedagógica, bem como as atividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, dentistas e contabilistas.

Artigo 14

1 — Com a ressalva do disposto nos Artigos 18, 19 e 20, os salários, ordenados e outras remunerações semelhantes que uma pessoa residente num Estado Contratante receber como empregado serão isentas do imposto no outro Estado Contratante, e não ser que o emprego seja exercido nesse outro Estado Contratante. Se o emprego for ali exercido, as remunerações correspondentes serão tributáveis nesse outro Estado Contratante.

2 — Não obstante o disposto no parágrafo 1 as importâncias recebidas por uma pessoa residente num Estado Contratante a título de remuneração de um emprego exercido no outro Estado Contratante serão isentas do imposto nesse outro Estado Contratante se:

a) o beneficiário permanecer nesse outro Estado Contratante durante um período ou períodos que, no ano fiscal em causa, não exceda um total de 183 dias;

b) a remuneração for paga por um empregador ou em nome de um empregador que não seja residente nesse outro Estado Contratante.

c) o encargo da remuneração não for suportado por um estabelecimento permanente ou por uma instalação fixa que o empregador possuir nesse outro Estado Contratante.

3 — Não obstante o disposto nos parágrafos 1 e 2 a remuneração de um emprego exercido a bordo de um navio ou aeronave em serviço no tráfego internacional explorado por uma empresa de um Estado Contratante será tributável nesse Estado Contratante.

Artigo 15

Não obstante o disposto nos Artigos 13 e 14, os rendimentos obtidos pelos participantes em diversões públicas, tais como artistas de teatro, cinema, rádio ou televisão e músicos, bem como por atletas provenientes das suas atividades profissionais exercidas nessa qualidade serão tributáveis no Estado Contratante em que as referidas atividades forem exercidas.

Artigo 16

Um professor, de qualquer nível que faça uma visita temporária a um Estado Contratante por um período que não exceda dois anos com o objetivo de ensinar ou conduzir pesquisa em uma universidade, escola superior, colégio ou qualquer outra instituição educacional e que seja um residente no outro Estado Contratante, ou que imediatamente antes da visita era um residente no outro Estado Contratante, ficará isento de imposto no Estado Contratante mencionado em primeiro lugar, com relação à remuneração recebida pelo exercício do magistério ou pela atividade de pesquisa.

Artigo 17

Os pagamentos ou rendimentos recebidos para fins de sua manutenção, educação ou treinamento, por um estudante ou aprendiz que esteja presente num Estado Contratante unicamente com o objetivo de sua educação ou treinamento e que seja ou que tenha sido no período imediatamente anterior um residente do outro Estado Contratante, serão isentos de imposto no primeiro Estado Contratante, desde que os pagamentos sejam feitos ao beneficiário de fora do primeiro Estado Contratante e que os rendimentos sejam recebidos em função de serviços pessoais prestados no primeiro Estado Contratante num montante que não exceda US\$ 1.000 ou seu equivalente em moeda japonesa ou brasileira, em qualquer ano fiscal, por um período não excedente a três anos fiscais consecutivos.

Artigo 18

A remuneração recebida por uma pessoa residente de um Estado Contratante em sua qualidade de membro do corpo de diretores de uma companhia do outro Estado Contratante são tributáveis naquele outro Estado Contratante, de acordo com a legislação desse outro Estado Contratante.

Artigo 19

Ordenados, salários e rendimentos semelhantes, bem como pensões ou benefícios idênticos pagos por um Estado Contratante, uma sua subdivisão política ou governo municipal, ou com o produto de fundos constituídos com as contribuições feitas por um Estado Contratante uma sua subdivisão política ou governo municipal a uma pessoa física nacional daquele Estado Contratante por serviços prestados ao mesmo Estado Contratante uma sua subdivisão política ou governo municipal, no exercício de funções governamentais, somente serão tributáveis naquele Estado Contratante.

Artigo 20

1 — As pensões e as anuidades vitalícias privadas pagas a pessoas físicas residentes num Estado Contratante somente serão tributáveis nesse Estado Contratante.

2 — O termo "pensões" usado no presente Artigo abrange pagamentos periódicos feitos em virtude ou como compensação de danos sofridos relacionados com emprego anterior.

3 — A expressão "anuidades vitalícias" usada neste Artigo abrange uma importância fixada, paga periodicamente em épocas estipuladas, durante a vida ou durante um período de obrigação de efetuar tais pagamentos terminado número de anos, sob a forma de uma retribuição plena e adequada.

Artigo 21

Qualquer rendimento recebido por uma pessoa residente num Estado Contratante não mencionado expressamente nos artigos anteriores da presente Convenção, serão tributáveis em ambos os Estados Contratantes.

Artigo 22

1 — Quando um residente no Brasil receber rendimentos que, de acordo com o disposto nesta Convenção, sejam tributáveis no Japão, o Brasil considerará como dedução do imposto de renda daquela pessoa o montante igual ao imposto de renda pago no Japão. A dedução entretanto, não excederá a parte do imposto de renda calculado antes de feita a dedução e que seja apropriada a renda tributável no Japão.

2 — a) Quando um residente do Japão auferir rendimentos provenientes do Brasil, que sejam tributáveis no Brasil, de acordo com as disposições da presente Convenção, a quantia do imposto brasileiro exigível em relação aqueles rendimentos será

computada como um crédito contra imposto japonês incidente sobre aquele residente. O montante do crédito, entretanto, não excederá aquela parcela do imposto japonês relacionada a aqueles rendimentos.

b) Para os fins do crédito referido no subparágrafo (a) acima, considerar-se-á como tendo sido pago por um contribuinte o montante que teria sido pago se o imposto brasileiro não houvesse sido reduzido ou dispensado de acordo com:

(i) o disposto no parágrafo (2) do Artigo 9 parágrafo (2) do Artigo 10 parágrafo 2) do Artigo 11.

(ii) as medidas especiais de incentivo visando a promover o desenvolvimento econômico da Região Amazônica e das Regiões Norte e Nordeste do Brasil.

c) Na aplicação do disposto no subparágrafo (b) acima não se considerará, em hipótese alguma como tendo sido pago um montante de imposto mais elevado do que aquele que não fosse pela redução ou dispensa de imposto devida a medidas especiais de incentivo mencionadas no subparágrafo (b) (ii), resultaria da aplicação da legislação tributária brasileira em vigor na data de assinatura desta Convenção.

d) Para os fins deste parágrafo, a expressão imposto japonês "inclui o imposto sobre os habitantes locais.

Artigo 23

1) Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação correspondente diferente ou mais onerosa do que aquelas a que estiverem ou puderem estar sujeitos os nacionais desse outro na mesma situação.

2) O termo "nacionais" designa todas as pessoas físicas que possuem a nacionalidade de qualquer um dos Estados Contratantes e todas as pessoas jurídicas criadas e organizadas sob as leis de qualquer um dos Estados Contratantes e todas as organizações que, não possuindo personalidade jurídica, forem tratadas como pessoas jurídicas criadas ou organiza-

das sob as leis de qualquer um dos Estados Contratantes.

3) A tributação de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante possuir no outro Estado Contratante não será menos favorável do que a das empresas dessa outro Estado Contratante que exercerem a mesma atividade.

Esta disposição não poderá ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder as pessoas residentes no outro Estado Contratante as deduções pessoais, os abatimentos e reduções de impostos em função do Estado Civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

4) A empresa de um estado Contratante cujo capital pertencer ou for controlado total ou parcialmente direta ou indiretamente, por uma ou várias pessoas residentes no outro Estado Contratante, não ficará sujeita a nenhuma tributação ou obrigação correspondente diversa ou mais onerosa do que aquelas a que estiverem ou puderem estar sujeitas as outras empresas da mesma natureza desse primeiro Estado Contratante.

5) No presente Artigo, o termo "tributação" designa os impostos de qualquer natureza ou denominação.

Artigo 24

1) As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar o disposto na presente Convenção. Todas as informações assim trocadas serão mantidas secretas e só poderão ser comunicadas as pessoas ou autoridades encarregadas do lançamento ou cobrança inclusive determinações judiciais, dos impostos aos quais a presente Convenção se aplica.

2) O disposto no parágrafo (1) não poderá em nenhum caso ser interpretado no sentido de impor a um dos Estados Contratantes a obrigação:

a) de tomar medidas administrativas derogatórias da sua própria legislação, da sua prática administrativa ou da do outro Estado Contratante;

b) de fornecer informações que não poderiam ser obtidas com base na sua própria legislação ou no âmbito da sua prática administrativa normal ou da do outro Estado Contratante.

c) de transmitir informações reveladoras de segredos comerciais, industriais, profissionais ou de processos comerciais, o informações cuja comunicação fosse contrária à ordem pública.

3) As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão adotar medidas apropriadas e permitir informações para prevenir a evasão fiscal nos Estados Contratantes relativamente aos impostos aos quais a presente Convenção se aplica.

Artigo 25

1) Quando uma pessoa residente num Estado Contratante considerar que as medidas tomadas por um Estado Contratante ou por ambos os Estados Contratantes conduzem ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação não conforme com a presente Convenção, poderá, independentemente dos recursos previstos pela legislação desses Estados Contratantes submeter o seu caso a apreciação da autoridade competente do Estado Contratante onde residir.

2) A autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar fundada e não dispuser de meios para lhe dar uma solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver a questão através de muito entendimento com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar uma tributação não conforme com a presente Convenção.

3) As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver através de mútuo entendimento as dificuldades ou as dúvidas surgidas na interpretação ou aplicação da presente Convenção. Poderão também realizar consultas para eliminar a dupla tributação nos casos não previstos na presente Convenção.

4) As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar-se diretamente a fim de dar execução ao disposto na presente Convenção.

Artigo 26

O disposto na presente Convenção não prejudicará os privilégios tributários de que se beneficiem os funcionários diplomáticos ou consulares em virtude de regras gerais do direito internacional ou de disposições de acordos particulares.

Artigo 27

1) A presente Convenção será ratificada e os instrumentos de ratificação serão trocados no Rio de Janeiro o mais cedo possível.

2) A presente Convenção entrará em vigor no trigésimo dia após a data de troca dos instrumentos de ratificação e será aplicável aos rendimentos obtidos durante os anos fiscais que comecarem no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano seguinte a aquele em que a presente Convenção entrar em vigor.

Artigo 28

Qualquer dos Estados Contratantes pode denunciar a presente Convenção depois de decorrido um período de três anos da data em que a presente Convenção entrar em vigor mediante um aviso escrito de denúncia dado ao outro Estado Contratante através dos canais diplomáticos. Este aviso, entretanto, somente poderá ser dado até o trigésimo dia do mês de junho de qualquer ano de calendário e, em tal caso a presente Convenção deixará de vigorar com relação aos rendimentos obtidos durante os anos fiscais que comecarem no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte a aquele em que tal aviso de denúncia tenha sido dado.

Em testemunho de fé, os abaixo assinados, estando devidamente autorizados por seus respectivos Governos assinaram a presente Convenção.

Feita em duplicata em Tóquio no dia 24 de janeiro de 1967 nas línguas portuguesa, japonesa e a inglesa, sendo cada texto igualmente autêntico. Em caso de qualquer divergência de interpretação, prevalecerá o texto na língua inglesa.

Pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil: Juracy Magalhães.

Pelo Governo do Japão: Takeo Miki.

ATA DA 214ª SESSÃO, EM 23 DE NOVEMBRO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS.: MOURA ANDRADE, GILBERTO MARINHO E VICTORINO FREIRE.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena
Menezes Pimentel
Duarte Filho
Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz
José Ermírio
Júlio Leite
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Raul Guberti
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Benedicto Valladares
Lino de Mattos
João Abrahão
José Feliciano
Pedro Ludovico
Filinto Müller
Bezerra Neto
Mello Braga
Atilio Fontana
Guido Mondim
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de

SENADO FEDERAL

26 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declarou aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate, aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

1 — Agradecimento de comunicação referente ao pronunciamento do Senado sobre nomes indicados para cargos cujo provimento depende de prévia aprovação desta Casa do Congresso Nacional:

Nº 556-67 (Nº 777-67 na origem) — de 21 do mês em curso, com referência à rejeição da escolha do Professor Arthur Cesar Ferreira Reis para a função de Membro do Conselho Administrativo da Defesa Econômica.

2 — Agradecimento de comunicação referente ao pronunciamento do Congresso sobre vetos presidenciais:

Nº 557-67 (Nº 778-67 na origem) — de 21 do mês em curso, com referência ao veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 434-B-67 e nº 97-67, no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCr3 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros novos) para atendimento do

disposto no § 2º do artigo 2º do Decreto-lei nº 280, de 28 de fevereiro de 1967, veto mantido pelo Congresso.

PARECERES

Parecer nº 888, de 1967

Da Comissão de Economia, sobre o Requerimento nº 851 de 1967, do Senador Lino de Mattos, solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre as condições e restrições a que estaria sujeito o empréstimo de 40 milhões de dólares do Banco Mundial à pecuária brasileira.

Relator: Senador Domício Gondim.

1. O Senador Lino de Mattos requer informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre condições e restrições a que estaria sujeito o empréstimo de 40 milhões de dólares do Banco Mundial à pecuária brasileira. Indaga, ainda, se já foram estabelecidos critérios para a aplicação do referido empréstimo e se o convênio foi ou será publicado.

2. Nada encontro, no requerimento em exame, que fira dispositivo regimental.

3. É conveniente que o Senado conheça a verdade a respeito das denúncias divulgadas, e às quais alude o requerimento, principalmente porque as verdadeiras implicam em com-

promissos prejudiciais à economia nacional.

Dessa forma, opinamos favoravelmente ao requerimento, sendo certo que o Ministério da Fazenda ao prestar as informações, ajuizará, nos termos da lei, do caráter eventualmente sigiloso da matéria.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1967. — *Carvalho Pinto*, Presidente. — *Domício Gondim*, Relator. — *Carlos Lindenberg*. — *Leandro Maciel*. — *Teotônio Vilela*. — *Pedro Ludovico*.

Parecer nº 889, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Requerimento nº 851, de 1967, do Senador Lino de Mattos, solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre as condições e restrições a que estaria sujeito o empréstimo de 40 milhões de dólares do Banco Mundial à pecuária brasileira.

Relator: Senador José Leite.

1. Em virtude de informações divulgadas pela imprensa e não desmentidas ou desautorizadas pela autoridade competente, de que o empréstimo de 40 milhões de dólares concedido pelo Banco Mundial a Brasil, para financiamento da pecuária — estaria condicionado a restrições, inclusive quanto à exportação do Senador Lino de Mattos indaga do Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, se, na realidade, procede o noticiário em apreço.

2. Verdade ou não, o que foi divulgado ao conhecimento público em ca-

ráter extra-oficial, deve ser comunicado oficialmente ao Congresso, pelas autoridades monetárias.

3. Considero oportuno o Requerimento em exame, razão por que opinou pelo seu encaminhamento.

Sala das Comissões 2 de novembro de 1967. — *Argemiro de Figueiredo*, Presidente. — *José Leite*, Relator. — *Adolpho Franco*. — *Leandro Maciel*. — *Celso Ramos*. — *Carvalho Pinto*. — *Julio Leite*. — *Pessoa da Queiroz*. — *José Ermirio*. — *Clodomir Milet*. — *Bezerra Neto*.

Parecer nº 890, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1967, que fixa o horário de funcionamento do comércio nas superquadras do Plano Piloto, Distrito Federal.

Relator: Senador Wilson Gonçalves.

De autoria do nobre Senador Lino de Mattos, o presente projeto de lei fixa novo horário de funcionamento do comércio nas superquadras do Plano Piloto, no Distrito Federal. Na sua justificativa, além de invocar a competência privativa do Senado Federal para legislar sobre a matéria, alega, como motivo principal de sua iniciativa, a necessidade de assegurar a ordem na Capital da República.

Com efeito, nos termos dos artigos 45, nº III, da Constituição Federal, compete, privativamente, ao Senado, "legislar sobre o Distrito Federal, na forma do art. 17, § 1º, e, com o auxílio do Tribunal de Contas, nele exercer as atribuições mencionadas no art. 71".

Assim, no que diz respeito ao âmbito de competência desta Comissão, o projeto em tela é daqueles que devem ter a sua tramitação desembaraçada, pois não incide em inconstitucionalidade ou injurisdicção.

Quanto ao mérito, que escapa, no momento, à nossa apreciação, dois aspectos, *data venia*, a nosso ver, merecem ser examinados pelas Comissões de Indústria e Comércio e do Distrito Federal: primeiro, o projeto não atinge toda a área territorial deste Distrito, limitando-se a regular o funcionamento do comércio apenas nas superquadras do Plano Piloto, o que equivale a dizer que, no mais, continuarão em vigor os Decretos números 99, de 20 de agosto de 1961 e 131, de 30 de outubro do mesmo ano, os quais dispõem diversamente sobre o assunto; segundo, embora, em certos casos, estabeleça horário mais conveniente para as hipóteses previstas, a proposição em estudo omite, ou coloca na regra geral do art. 1º algumas das atividades comerciais que, na legislação vigente, têm um tratamento especial e que podem situar-se na área das superquadras.

Em face do exposto, opinamos pela tramitação do projeto em apêreo.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 1967. — *Milton Campos*, Presidente. — *Wilson Gonçalves*, Relator. — *Antônio Balbino*. — *Rui Palmeira*. — *Bezerra Neto*. — *Antônio Carlos*.

Parecer nº 891, de 1967

Da Comissão de Indústria e Comércio, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1967, que fixa o horário de funcionamento do comércio nas superquadras do Plano Piloto, Distrito Federal.

Relator: Senador José Ermirio de Moraes.

O presente projeto, oriundo da iniciativa do eminente Senador Lino de Mattos, objetiva fixar o horário de funcionamento do comércio nas superquadras do Plano Piloto, Distrito Federal.

A parte abrangida pelas determinações, como se vê, é a das super-

quadras, ficando as demais zonas da cidade desobrigadas dessas regras, permanecendo a obrigatoriedade de obediência ao disposto nos Decretos nº 99, de 20 de agosto de 1961 e 131, de 30 de outubro do mesmo ano, ambos baixados pelo Prefeito do Distrito Federal.

O projeto já obteve parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no tocante à constitucionalidade e juridicidade.

O uso de se deixar com horário livre de funcionamento bares e cafés, tem mostrado muitos inconvenientes, notadamente pela assiduidade de desocupados que, altas horas da noite, ali comparecem, prejudicando a ordem da cidade. É justamente isso que se pretende corrigir, no que estamos de inteiro acordo.

No entanto, não vemos por que continuarem com funcionamento livre as barbearias após as 22 horas quando a vida cidadã quase não se encontra em movimento. Desta forma, somos de opinião que se deva atribuir às referidas barbearias o mesmo horário que se pretende dar às enxaxatarias, ou seja, das 7 às 22 horas.

O nosso parecer, portanto, é favorável, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 (CIC)

Suprima-se a letra b, do item V, do art. 2º, passando esta a constituir a letra f, do item IV do mesmo artigo.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1967. — *Ney Braga*, Presidente. — *José Ermirio de Moraes*, Relator. — *Julio Leite*.

Parecer nº 892, de 1967

Da Comissão do Distrito Federal, sobre o Projeto de Lei do Senado número 36, de 1967, que fixa o horário de funcionamento do comércio nas superquadras do Plano Piloto, Distrito Federal.

Relator: Senador Petrólio Portela. O presente projeto de lei objetiva fixar novo horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais das superquadras que se dedicam a determinadas atividades.

Em alguns casos, limita os horários, tendo em vista a tranquilidade pública, perturbada pelos frequentadores de bares e cafés, em plena madrugada. Destaca, por outro lado, atividades mercedórias de horário especiais, que devem ser ampliados, em benefício do público.

O sentido do projeto, em suma, é ampliar o funcionamento do comércio das superquadras, fazendo-o mais acessível às donas de casa, ao mesmo tempo em que, através de horário mais rígido, limita a ação de determinados ramos de comércio que podem perturbar a tranquilidade das famílias.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já examinou a proposição, tendo em vista as implicações de natureza jurídica decorrentes da excepcionalidade de horários, para idênticos ramos de comércio, apenas, localizados em zona diversa da mesma cidade e opinou por sua constitucionalidade e juridicidade.

Somos, pois, por sua aprovação. Sala das Comissões, em 15 de novembro de 1967. — *Enrico Rezende*, Presidente. — *Petrônio Portela*, Relator. — *Mello Braga*. — *Benedicto Valladares*.

Parecer nº 893, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei do Senado número 33-37, que fixa o horário de funcionamento do comércio nas superquadras do Plano Piloto, Distrito Federal.

Relator: Senador Pessoa de Queiroz.

O presente projeto, de autoria do nobre Senador Lino de Mattos, dis-

põe sobre a fixação de horário de funcionamento do comércio nas superquadras do Plano Piloto, Distrito Federal.

A regra geral do intervalo de tempo entre as abertura e o fechamento de lojas situadas nas superquadras conforme o artigo 1º da proposição, seria a de dois turnos de quatro horas e entre, 8 e 10 horas, nos dias úteis.

O artigo 2º relaciona as diversas categorias de estabelecimentos que não estão subordinados àquele horário o que estejam situados também nos SCL — Setor Comercial Local, segundo a regra geral do artigo 1º.

O artigo 3º se refere ao fato de que será permitido funcionamento de casas comerciais em horário especial, mediante pagamento de taxa.

O artigo 4º propõe a multa de NCr\$ 20,00 (vinte cruzeiros novos), no caso de infração, e o dobro na reincidência.

A Comissão de Justiça desta Casa, examinando o projeto, opinou por sua aprovação.

A Comissão de Indústria e Comércio apresentou uma emenda (número 1-CIC) atribuindo às barbearias o horário das 7 às 22 horas.

A Comissão do Distrito Federal é favorável à aprovação, na medida em que o escopo do projeto é o de tornar mais eficiente o funcionamento do comércio das superquadras.

Do ponto de vista financeiro, somos de opinião se deva pagar taxa para prorrogação ou antecipação de horário de casas comerciais conforme dispõe o Código Tributário do Distrito Federal e que o comércio de bares e cafés devam iniciar suas atividades mais cedo, isto é, às 6 horas.

Além disso, as multas devem ser impostas segundo as normas do referido Código Tributário (Decreto-lei nº 8, de 1966). Isto é, guardando uma proporcionalidade com o salário mínimo mensal.

Esses os motivos pelos quais opinamos pela aprovação do projeto e da emenda nº 1-CIC, apresentando também as seguintes emendas:

EMENDA Nº 2-CF

Substitua-se o artigo 1º pelo seguinte:

"Art. 1º Passa a ser de oito (8) às dezoito (18) horas, nos dias úteis, em dois (2) turnos de quatro (4) horas, o horário de atividade dos estabelecimentos situados nos SCL — Setor Comercial Local — das superquadras de Brasília, Distrito Federal".

EMENDA Nº 3-CF

No artigo 2º:

Onde se lê: IV — Das 7 às 22 horas, dos dias úteis, domingos e feriados";

Leia-se: "IV — Das 6 às 22 horas dos dias úteis, domingos e feriados".

EMENDA Nº 4-CF

Substitua-se o artigo 3º pelo seguinte:

"Art. 3º A Prefeitura do Distrito Federal permitirá o funcionamento das casas comerciais referidas nos artigos anteriores em horário especial, mediante o pagamento da taxa de licenciamento estabelecida no Código Tributário do Distrito Federal".

EMENDA Nº 5-CF

No art. 4º:

Onde se lê: "com a multa de ... NCr\$ 20,00 (vinte cruzeiros novos), cabendo o dobro em caso de reincidência";

Leia-se: "com a multa de 0,2 vezes o valor do salário-mínimo mensal do Distrito Federal".

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1967. — *Argemiro de Figueiredo*, Presidente. — *Pessoa de Queiroz*, Relator. — *Adolpho Franco*. — *Leandro Maciel*. — *José Leite*. — *Clodomir Milet*. — *Carvalho Pinto*. — *José Ermirio*. — *Fernando Corrêa*. — *Julio Leite*. — *Bezerra Neto*.

Parecer nº 894, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei do Senado número 57, de 1967, que declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Belas Letras e Ciências. Relator: Senador Bezerra Neto.

RELATÓRIO

Pelo presente projeto de lei, propõe o seu autor, o eminente Senador Gilberto Marinho, seja declarada de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Belas Letras e Ciências, com sede à Rua do Catete, 115, na cidade do Rio de Janeiro.

2. Ela foi fundada e é mantida pelo Colégio Santo Antônio Maria Zaccaria e Ginásio Guido de Fontgalland, que há mais de cinquenta e cinco anos vêm ministrando instrução e educação na Guanabara. Brasileiros ilustres, nos vários ramos da vida nacional, passaram por estes educandários.

PARER DO RELATOR

Opinamos pela constitucionalidade do projeto, e, assim, pela sua aprovação.

PARER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Comissão de Constituição e Justiça, conhecendo o parecer do Relator, opina pela constitucionalidade do projeto.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 1967. — *Milton Campos*, Presidente. — *Bezerra Neto*, Relator. — *Ruy Palmeira*. — *Aloysio de Carvalho*, com restrições quanto à iniciativa legislativa; *Carlos Lindenberg*, vencido quanto à forma de apresentação do parecer; *Antônio Balbino*.

Parecer nº 895, de 1967

Da Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1967, que declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Belas Letras e Ciências.

Relator: Senador Lino de Mattos.

De iniciativa do eminente Senador Gilberto Marinho, o presente projeto propõe que seja declarada de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Belas Letras e Ciências, com sede na Rua do Catete, 115, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Justificando a proposição, seu autor salienta a obra benemerita realizada pela referida sociedade, há mais de cinquenta e cinco anos, de acordo com os princípios do humanismo cristão, em prol do aprimoramento intelectual de numerosos estudantes do Estado da Guanabara.

Textualmente afirma que, "de caráter filantrópico, a entidade em apreço exerce desinteressadamente seus nobres mistérios, firmando-se, assim, como um verdadeiro órgão auxiliar do Governo, na tarefa de formação e orientação da juventude".

O projeto, cuja conformidade com as exigências mencionadas nas letras a, b e c do art. 1º da Lei nº 9, de 28 de agosto de 1935, já foi reconhecida pela Comissão de Constituição e Justiça, se nos afigura, igualmente, merecedor de aprovação pela Comissão de Educação e Cultura.

De fato, a Sociedade Brasileira de Belas Letras e Ciências, que, desde sua fundação, a 11 de novembro de 1910, se vem dedicando desveladamente à criação e manutenção de institutos de educação da mocidade em diversas localidades do Brasil, já logrou, ao longo deste meio século, promover a formação e a instrução de incontável número de educandos, muitos deles ocupando hoje, posições de destaque no cenário cultural do país.

Do ponto de vista da competência desta Comissão, não vemos como negar apoio a uma iniciativa que, além de preencher os requisitos legais para os fins a que se propõe, se destina a reconhecer o valor de uma entidade

que vem desenvolvendo meritória obra na preparação da mocidade brasileira. Sala das Comissões, 14 de novembro de 1967. — *Menezes Pimentel, Presidente; Lino de Mattos, Relator; Adalberto Sena; Benedito Valadares;*

Parecer nº 896, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1967, que declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Belas Letras e Ciências.

Relator: Senador Fernando Corrêa.

O ilustre Senador Gilberto Marinho apresentou o presente projeto que declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Belas Letras e Ciências, com sede no Estado da Guanabara. A referida entidade, fundada há mais de 50 anos, vem se dedicando "à formação da mocidade estudiosa dentro dos princípios do humanismo cristão".

Conforme demonstram os documentos anexos, satisfaz ela todos os requisitos previstos no art. 1º da Lei nº 9, de 28 de agosto de 1935.

A douta Comissão de Educação e Cultura, apreciando o mérito da proposição, afirma que não há como não dar apoio à iniciativa que, além de preencher as exigências legais, "destina-se a reconhecer o valor de uma entidade que vem desenvolvendo meritória obra na preparação da mocidade brasileira".

Do ponto de vista de sua atribuição regimental, a Comissão de Finanças nada encontra no projeto que lhe contrariar a aprovação.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 1967. — *Argemiro de Figueiredo, Presidente; Fernando Corrêa, Relator; Julio Leite; José Ermírio; Carvalho Pinto; Clodomir Milet; José Leite; Bezerra Neto; Adolpho Franco; Leandro Maciel; Pessoa de Queiroz.*

Parecer nº 897, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1967 (nº 2.872-A-65 na Câmara) que autoriza o Poder Executivo "abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região — o crédito especial de ... NCr\$ 60,45 (sessenta cruzeiros novos e quarenta e cinco centavos), para atender ao pagamento de salário família ao Juiz daquele Tribunal — Dr. Dilermando Xavier Porto.

Relator: Senador Leandro Maciel.

O Egrégio Tribunal do Trabalho da 4ª Região encaminhou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 5, de 4-10-63 pela qual solicita abertura de crédito especial de NCr\$ 60,45 (Sessenta cruzeiros novos e quarenta e cinco centavos), destinado a atender ao pagamento de salário-família referente aos exercícios de 1952 a 1962.

Em plena vigência a Carta de 1961, foi aprovado o projeto de lei relativo ao assunto, na Câmara dos Deputados com pareceres favoráveis das Comissões Técnicas que examinaram a matéria antes da proibição constante do art. 59 da Constituição.

Esta Comissão tem opinado, em várias oportunidades, pela rejeição de proposições idênticas, fulminadas, em plena tramitação, pela norma do artigo 59, que fez privativas dos Tribunais Federais com jurisdição em todo território nacional as iniciativas das leis.

Diante do exposto, somos pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 1967. — *Argemiro de Figueiredo, Presidente; Leandro Maciel, Relator; Bezerra Neto; Adolpho Franco; José Leite; Clodomir Milet; Carvalho Pinto; José Ermírio; Fernando Corrêa; Julio Leite; Pessoa de Queiroz.*

Parecer nº 898, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1967 (nº 471-B-67, na Câmara), que concede isenção de impostos para equipamentos e bens de consumo enviados por "Royal Society" e "Royal Geographical Society" para utilização em sua expedição científica no interior do Brasil.

Relator: Senador José Ermírio.

O Presidente da República, com a Mensagem nº 577, de 16 de agosto do corrente ano, propôs a isenção do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados para equipamentos e bens de consumo enviados pelas entidades britânicas "Royal Society" e "Royal Geographical Society", para serem utilizadas pela expedição de natureza científica que ambas patrocinam no interior do Brasil.

Estabelece a proposição que a medida dependerá de requisição da Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores ao Inspetor da Alfândega, com discriminação de quantidade, qualidade e outros dados de identificação do material, abrangendo, também, o mesmo favor fiscal os equipamentos e bens de consumo que já tenham sido desembarcados com suspensão dos impostos, mediante termo de responsabilidade.

Na Exposição de Motivos do Ministério da Fazenda que acompanha a matéria, declara-se que "a legislação vigente não prevê a concessão de favores de isenção para casos dessa natureza, especificamente na forma pretendida por essas entidades, cujas finalidades culturais e científicas são universalmente conhecidas".

O mesmo documento ministerial salienta que a importação do referido material "poderá resultar na permanência, em território nacional, de instrumentos e aparelhos científicos de grande valor cultural, sem qualquer dispêndio de divisas", para a Nação.

Tendo em vista, assim, as características científicas da expedição, bem como os benefícios de natureza cultural que advirão de seu acervo para o Brasil, entendeu o governo de tomar a presente iniciativa.

No caso em apreço, consta que as duas pretendentes aos favores fiscais exercem meritórias atividades científico-culturais no campo da Antropologia e Geografia, através de publicações periódicas de real valor, tendo mesmo se valido de seus serviços especializados a ex-Fundação Brasil Central.

O projeto, pois, consulta aos interesses sociais e econômicos do País.

Apenas julgamos que, de acordo com os entendimentos desta Comissão, deva restaurar-se a proposta do Poder Executivo, na parte referente às taxas de despacho aduaneiro e às despesas de armazenagem, objeto de supressão pela outra Casa do Congresso Nacional.

Opinamos, assim, pela aprovação do projeto, com a seguinte:

EMENDA Nº 1 — CF

Ao art. 1º acrescente-se a seguinte expressão:

"...e da taxa de despacho aduaneiro, bem como das despesas de armazenagem..."

Sala das Comissões, 22 de novembro de 1967. — *Argemiro de Figueiredo, Presidente; José Ermírio, Relator; Julio Leite; Carvalho Pinto; Clodomir Milet; Celso Ramos; Leandro Maciel; Adolpho Franco; Bezerra Neto; Pessoa de Queiroz.*

Parecer nº 899, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1967, que retifica, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 1967.

Relator: Senador Josaphat Marinho.

Propõe o nobre Senador Lino de Mattos, através deste projeto, seja retificada, sem ônus, a Lei nº 5.189 de 8 de dezembro de 1966, ou seja o orçamento para 1967. A retificação consiste em declarar situado no Distrito Federal e não em São Paulo, como consta da lei, o Centro Espírita "Fraternidade Allan Kardec", com auxílio de NCr\$ 10.000,00 para assistência a menores no Ministério da Justiça — Adendo A.

A justificativa não indica a emenda, de que resultou a dotação orçamentária. Limita-se a acentuar que houve "errônea inclusão, no Estado de São Paulo, da entidade beneficiária, quando deveria ter sido incluída no Distrito Federal, onde, de fato, tem sede".

Do ponto de vista jurídico, a retificação é possível, cabendo à Comissão de Finanças apurar o equívoco, que autorizará a aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 1967. — *Milton Campos, Presidente; Josaphat Marinho, Relator; Wilson Gonçalves; Aloisio de Carvalho; Eurico Rezende; Antônio Salbino; Bezerra Neto.*

Parecer nº 900, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1967, que retifica, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1967.

Relator: Senador Bezerra Neto.

O presente projeto, de autoria do nobre Senador Lino de Mattos, dispõe sobre a retificação, sem ônus, da Lei nº 5.189 de 1966, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1967.

O ilustre autor da proposição explica que se trata de simples correção, justificada pela errônea inclusão, no Estado de São Paulo, de entidade que tem sede no Distrito Federal.

Com efeito, à página oito (8) do avulso das emendas, anexa ao Parecer nº 1.060, de 1966, oferecido pela Comissão de Finanças do Senado Federal ao projeto, de lei orçamentária para o exercício de 1967, verifica-se que há uma emenda, de autoria do nobre Senador Lino de Mattos, incluindo no Estado de São Paulo a referida entidade, com uma dotação no valor de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos).

Esses os motivos pelos quais opinamos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 1967. — *Argemiro de Figueiredo, Presidente; Bezerra Neto, Relator; Adolpho Franco; Leandro Maciel; José Leite; Clodomir Milet; Carvalho Pinto; José Ermírio; Pessoa de Queiroz; Fernando Corrêa; Julio Leite.*

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Ofício do Sr. Ministro das Comunicações, informando que o prazo concedido para as respostas ao Requerimento nº 840, de 1967, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, esgotou-se antes da complementação das necessárias informações.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado por trinta dias o prazo de resposta ao citado Requerimento.

Como não houve objeções, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu o Ofício GGG nº 1.667, de 21 do mês em curso, do Governador do Estado da Guanabara, solicitando autorização do Senado Federal à operação de financiamento para o contrato de elaboração de estudo de viabilidade econômica e financeira e de pré-projeto de engenharia do metrô do Rio de Janeiro, firmado por esse Governo com o consórcio brasileiro alemão, no total de DM. 10.680.086 (dez milhões, seiscentos e oitenta mil e oitenta e seis marcos alemães).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Ofício do Sr. Ministro das Minas e Energia, solicitando prorrogação, por trinta dias, do prazo para a prestação de informações solicitadas no Requerimento nº 742, de 1967, de autoria do Sr. Senador Ney Braga, que dependem de esclarecimentos pedidos ao Departamento Nacional de Águas e Energia — DNAE.

Se não houver manifestação em contrário, a Presidência dará conhecimento ao Ministro do deferimento do seu pedido.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Ofício nº G-273, de 22 de novembro do ano em curso, do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, esclarecendo que por equívoco da Presidência daquele Tribunal, foi enviado ao Senado o Ofício nº 17-87-P-MC, de 21 de agosto de 1967, quando de acordo com o artigo 11, § 1º, letra c, da Constituição Federal, o seu exame é da competência do Presidente da República e do Congresso Nacional, por se tratar de inconstitucionalidade declarada em representação.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Foram encaminhados à Mesa requerimentos de informações: do Senador Raul Góberti, ao Ministério da Agricultura do Senador Lino de Mattos, ao Ministério da Saúde; do Senador Vasconcelos Torres, ao Ministério da Indústria e do Comércio; do Senador Vasconcelos Torres, ao Ministério da Agricultura; do Senador Vasconcelos Torres, ao Ministério das Minas e Energia; do Senador Vasconcelos Torres, ao Ministério da Fazenda; do Senador Lino de Mattos, ao Ministério da Saúde.

Após despachados pela Presidência serão publicados.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes:

Brasília, 23 de novembro de 1967

Sr. Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Sa. Excelência que esta Liderança liberou propor a substituição do 1º Senador Wilson Gonçalves pelo Nobre Sr. Senador Duarte Filho Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 18-67 (CN).

Aproveito a oportunidade para novar os protestos da mais alta tima e distinta consideração. — *Átlio Carlos, Líder em exercício.* Brasília, em 23 de novembro de 1967.

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a V. Sa. Excelência que esta Liderança liberou propor a substituição do Nobre Senador Senador Paulo Barreto pelo Nobre Senador Senador Fernando Corrêa na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer

bre o Projeto de Lei nº 18-67 (CN).
Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — *Antônio Carlos, Líder em exercício.*

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — Em consequência, esta Presidência designa os Srs. Senadores Duarte Filho e Fernando Corrêa para substituírem, respectivamente, os Srs. Senadores Wilson Gonçalves e Paulo Sarasate, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 18, de 1967 (CN).

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — Esta Presidência comunica haver despachado hoje, os seguintes requerimentos de informação, anunciados em sessões anteriores:

REQUERIMENTO Nº 1.090, de 1967

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda e dirigidas ao Banco Central do Brasil, as informações abaixo. No dia 6, deste mês, fiz um pronunciamento junto ao Senado, analisando a conjuntura nacional e fazendo especial referência à Resolução nº 53 e à Circular nº 94, ambas do Banco Central. A primeira, de 11.5.67 a nosso ver foi uma medida oportuna e feliz quando determinava que "as instituições financeiras deverão destinar a pesosas e firmas nacionais, assim entendidas, quanto a empresas, as que tenham sede no País e disponham de capital social majoritariamente pertencente a brasileiros natos, ou naturalizados residentes e domiciliados no Brasil, pelo menos 50% (cinquenta por cento) do global de suas operações de crédito" (grifo nosso). A segunda, por outro lado de 21.7.67, dispensa o mesmo tratamento aos imigrantes de origens diversas que se radicaram definitivamente no País, estendendo normas ao Conselho Monetário Nacional, através de deliberação deste. Assim sendo, perguntamos:

- 1) A Circular nº 94, de 21.7.67, ao estender aos imigrantes de origens diversas o disposto no item I da Resolução 53, de 11.5.67, não esvaziou a finalidade desta última?
- 2) Porque o item IV, da Circular nº 94, estipula que "nas firmas cujo capital esteja em maioria representado por ações ao portador, o grau de nacionalidade será apurado pela identificação na última assembleia de acionistas, sem prejuízo de outras comprovações adequadas", quando essas ações podem ser transferidas sem ônus antes da assembleia e depois, também sem ônus voltarem às mãos dos legítimos possuidores?

Justificação

O Senado precisa conhecer em toda a sua profundidade o que ocorre com relação a essas duas normas, com relação a brasileiros e estrangeiros. A finalidade da Resolução nº 53 foi justamente a de beneficiar as pessoas e firmas genuinamente nacionais. No entanto, a Circular 94, esvaziou totalmente a sua finalidade ao estender os benefícios aos estrangeiros. Sabemos, por outro lado, que até bem pouco tempo, em alguns países, até os filhos dos estrangeiros que para cá vieram conservam o passaporte do país de origem dos seus pais, ficando como consequência com dois passaportes.

Por outro lado, a facilidade de apuração do grau de nacionalidade na última assembleia de acionistas, poderá facilitar o jogo ilícito das ações ao portador podendo serem transferidas alguns dias antes e recebidas alguns dias depois pelos legítimos donos.

Nunca fomos contra a participação dos estrangeiros na composição da vida nacional em todos os seus aspectos econômicos. Apenas julgamos que não pode, de forma alguma, ser dispensado tratamento igual por vir isto em detrimento da economia nacional em virtude do carreamento de divisas para o Exterior.

Dai o presente requerimento de informações.
Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1967. — Senador José Ermírio de Moraes.

REQUERIMENTO Nº 1.091, de 1967

Requerimento de Informações ao Ministério da Saúde, através da Mesa do Senado Federal, a respeito do surto de poliomielite em Pernambuco, principalmente na cidade de Caruaru.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos Regimentais, sejam solicitadas pela Mesa, com urgência, ao Ministério da Saúde, a propósito de surto de poliomielite no Estado de Pernambuco e principalmente na cidade de Caruaru, as seguintes informações:

I — Se o Ministério tomou conhecimento, oficialmente, do surto de poliomielite que grassa no Estado de Pernambuco, com particular incidência no Município de Caruaru, o segundo mais importante daquela unidade da Federação;

II — Se o Ministério já dispõe de dados estatísticos a respeito do mal, capazes de informar a esta Casa quantas foram as pessoas atacadas em cada município, a idade das vítimas e o número de casos fatais em cada localidade;

III — Se o Ministério tomou providências objetivas e com a urgência que um surto dessa ordem requer, no sentido de prevenção do mal e de amparo às vítimas, e quais;

IV — Quais as razões das declarações do Governador do Estado ao denunciador, através da Imprensa, o indifferntismo do Ministério da Saúde, diante de uma situação calamitosa como essa em que se encontram várias localidades de Pernambuco, onde centenas de crianças foram atacadas do pólio, a ponto do Governador ter que bater às portas da SUDENE solicitando ajuda para combate ao mal?

Justificação

As notícias que chegam de Pernambuco, através de jornais e de noticiários de emissoras de Rádio e Televisão, são as mais alarmantes e particularmente as que chegam da cidade de Caruaru, a segunda mais importante do Estado, onde um surto de poliomielite, em pouco mais de um mês, teria atingido a quase cem crianças, com um número de 15 casos fatais, até ontem.

Esse surto, agora estaria se espalhando por vários municípios pernambucanos, onde igualmente, dezenas de casos de paralisia infantil se manifestaram, preocupando seriamente as autoridades governamentais do Estado.

Os informes colhidos dão conta de que, na cidade de Caruaru, por determinação do Secretário de Saúde do Estado, as piscinas dos clubes locais foram interditadas aulas suspensas, evitadas as aglomerações humanas e vedadas terminantemente visitas aos doentes.

A situação de calamidade teria chegado a tal ponto que, em Caruaru, um hospital em fase final de construção, o Hospital Infantil Jesus de Nazareno, teve que ser adaptado às pressas para receber os numerosos pequenos doentes, muito tendo contribuído nesse socorro de urgência, a primeira Dama Pernambucana Dona Maria Tereza Brenand Coelho, pois os outros estabelecimentos hospitalares

locais não tinham condições mais de atendimento.

Nessa terrível emergência há que se estranhar o alheamento do Ministério da Saúde que não teria atendido, a tempo e hora, aos rogos do Governador Nilo Coelho para lhe proporcionar maiores meios de combate ao mal, não somente no sentido de conter a sua maior propagação, como também de uma assistência mais efetiva às pequenas vítimas, a fim de que o número de casos fatais, já bem elevado, não viesse a se tornar ainda maior. Isto teria feito com que o Governador de Pernambuco não somente fosse bater às portas da SUDENE solicitando ajuda como até à porta de embaixadas de países amigos, porque as vacinas pedidas ao Ministério da Saúde não chegavam, quando isto ocorria, em número bem inferior às reais necessidades.

Diante de tudo isto, esta Casa não poderia ficar omissa, daí a razão desse pedido de informações, a fim de que possamos ter conhecimento oficial do que fez e do que poderá fazer, ainda, o Ministério da Saúde, em favor de Pernambuco, nesta hora tão difícil e amarga para a sua população infantil, calculada em mais de um milhão de pequenas criaturas, ameaçadas de tão terrível doença.

Brasília, em 20 de novembro de 1967. — Senador F. Pessoa de Queiroz.

REQUERIMENTO Nº 1.092, de 1967

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos e prazos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo através do Ministério da Aeronáutica, as seguintes informações:

1) Qual o inteiro teor do contrato para as obras de reparos na pavimentação e drenagem na pista de pouso de Aracaju;

2) Se o mesmo foi precedido de licitação pública e, em caso afirmativo, quais as firmas concorrentes, juntado-se o mapa discriminativo do resultado da licitação;

3) Se, na execução do referido contrato, foi obedecido o prazo estipulado para a conclusão das obras, e, em caso negativo, se estavam previstas cláusulas penais para o não cumprimento desse prazo;

4) Se, na hipótese de não ter sido cumprido o prazo contratual para o término da obra, foi aplicada alguma sanção à firma empreiteira e, em caso afirmativo, qual; em caso negativo, por que;

5) Qual o inteiro teor das especificações para a execução das referidas obras;

6) Se as obras foram oficialmente recebidas pelo Ministério da Aeronáutica e, em caso afirmativo, em que data, qual o inteiro teor do laudo de inspeção e recebimento, e qual a autoridade que o firmou;

7) Se as obras, durante a sua execução, foram fiscalizadas por Engenheiro do Ministério da Aeronáutica e, em caso afirmativo, quantas inspeções foram feitas, quais os respectivos laudos, juntando-se cópia dos mesmos; em caso negativo, por que;

8) Quantas interrupções totais ou parciais sofreu a pista de Aracaju, durante as obras e qual a duração de cada interrupção;

9) Depois de esgotado o prazo contratual, esclarecer se pesa alguma interdição, total ou parcial sobre a pista e quais as razões;

10) Quais as linhas aéreas regulares e os tipos de aviões que estão operando no aeroporto de Aracaju;

11) Se alguma companhia aérea suspendeu vôos para Sergipe, quando, qual a razão, e quando deverão ser os mesmos restabelecidos;

12) Se as obras realizadas na pista do aeroporto de Aracaju são consi-

deradas satisfatórias pelo Ministério da Aeronáutica;

13) Na hipótese negativa, quais as obras complementares que devem ser feitas, quais os recursos para atendê-las, em quanto estão orçadas, e qual o prazo para que o Aeroporto possa ser liberado ao tráfego normal de aeronaves comerciais, de grande porte.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1967. — Senador Júlio Leite.

REQUERIMENTO Nº 1.093, de 1967

Senhor Presidente

Na forma do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência determine providências no sentido de serem encaminhados expedientes ao Senhor Ministro dos Transportes e ao Senhor Diretor do Departamento de Portos e Rios navegáveis, solicitando a seguinte informação:

Quais as medidas que estão sendo adotadas com a finalidade de ser realizada a dragagem do Vale do Rio Benevente, no Espírito Santo, a fim de evitar os prejuízos causados, pelas enchentes, à produção agrícola daquela região.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1967. — Senador Raul Giarbetti.

REQUERIMENTO Nº 1.094, de 1967

Sr. Presidente

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil o seguinte pedido de informações:

1) Quais os imóveis situados na Avenida W-3 de propriedade da Prefeitura do Distrito Federal ou da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP — quais foram os vendidos neste exercício?

2) Dentre os vendidos, quais os que foram aos legítimos ocupantes?

3) Qual a área construída e área útil de cada imóvel?

4) Qual o preço de venda e condições de pagamento de cada imóvel vendido?

5) Quais os nomes dos adquirentes e números dos Registros de suas firmas no Departamento Comercial próprio?

6) Juntar as cópias dos laudos de avaliação de cada um dos referidos imóveis.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1967. — Senador Lino de Mattos.

REQUERIMENTO Nº 1.095, de 1967

Sr. Presidente

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil o seguinte pedido de informações:

1) Quais os funcionários pertencentes ao conjunto administrativo da Prefeitura do Distrito Federal e da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP — que recebem as vantagens de Dedicção Exclusiva (tempo integral)?

2) Em que data foi publicado no Diário Oficial o ato concedendo esses benefícios?

3) Qual o critério adotado pela Administração Municipal ao conceder esses benefícios?

4) A concessão desses benefícios teve efeito retroativo?

5) Atingiu a que pessoas e cargos?
Sala das Sessões, 21 de novembro de 1967. — Senador Lino de Mattos.

REQUERIMENTO

Nº 1.096, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda — Banco Central do Brasil — o seguinte:

- 1) Número de fusões de organizações bancárias verificadas no país, a partir de 1964;
- 2) Se as fusões geraram:
 - I — unificação de serviços;
 - II — diminuição do número de agências;
 - III — redução de pessoal;
 - IV — condições de operação mais vantajosa para o cliente.
- 3) Se as fusões verificadas obedeceram a uma conveniência interna dos bancos ou resultaram de fatores externos, ligados à legislação bancária e à ação do Banco Central.

Justificação

Tem sido numerosas, como ninguém ignora, as fusões de estabelecimentos bancários verificadas no país nos últimos anos.

Traça-se de um fenômeno normal a aceitar nos economistas, pois, segundo eles, a imensa expansão horizontal da nossa rede bancária, nos anos de inflação galopante, foi exatamente uma consequência dessa inflação. Cessada ou atenuada a inflação — a causa, no caso — deveria necessariamente alterar-se o efeito.

Tudo muito simples e muito lógico, como se vê.

Mas, acontece que nem sempre a realidade coincide com a teoria. Os fatos, quase sempre, superam ou, pelo menos, contrariam as expectativas.

O que pode ser constatado no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Curitiba, é que as agências bancárias — não obstante a fusão de siglas e de matrizes — continuam a aumentar de número, desalojando dos chamados pontos nobres das ruas principais, estabelecimentos comerciais diversos, necessários ao interesse das populações e ao equilíbrio das cidades. Bancos existem, no Rio de Janeiro, que têm duas ou mais agências no centro da cidade, separadas entre si por distância inferior a 5 quilômetros.

Ora, com o aluguel — e imagino a que preços! — de tantos imóveis, com a manutenção de tantas equipes de trabalho e com os demais ônus determinados por essa frequência de serviços, não creio que o custo operacional dos bancos esteja em decréscimo.

Provavelmente está mesmo em ascensão. E alguém — por certo o público — está pagando. E nesse fato residirá, sem sombra de dúvida, uma das causas da elevação do custo de vida.

Por tudo isso quero conhecer, sobre as fusões bancárias, a versão oficial, direta, do Banco Central. Depois voltarei ao assunto.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres;

REQUERIMENTO

Nº 1.097, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — se está no plano prioritário do DNOS a dragagem do rio Payuna, em São João do Meriti, Estado do Rio de Janeiro, e, em caso positivo, quando serão iniciados os trabalhos?

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1967 — Vasconcelos Torres

REQUERIMENTO

Nº 1.098, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Conselho Nacional do Petróleo, quais as medidas tomadas visando solucionar o grave problema da distribuição de gás liquefeito nos municípios de Nova Iguaçu, São João do Meriti, Nilópolis e Duque de Caxias. Estado do Rio de Janeiro, uma vez que as empresas daquele setor não estão fazendo a entrega do produto a domicílio?

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1967 — Vasconcelos Torres

REQUERIMENTO

Nº 1.099, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — DNER — quais os estudos realizados visando a construção da estrada ligando Itaocara-RJ a Porto Novo do Cunha-MG?

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1967 — Vasconcelos Torres

REQUERIMENTO

Nº 1.100, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — Rede Ferroviária Federal — quais as providências tomadas visando a construção de um viaduto aéreo ou subterrâneo nos bairros de Miramar e Visconde de Araújo, ligando-os à cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1967 — Vasconcelos Torres

REQUERIMENTO

Nº 1.101, de 1967

Sr. Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — RFF S.A. — quais foram as providências tomadas visando a colocação de cancelas de nível nos trechos da Rua Francisco de Souza e Praça da Estação, em Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro, face aos inúmeros acidentes ali ocorridos?

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1967 — Vasconcelos Torres

REQUERIMENTO

Nº 1.102, de 1967

Requero, na forma regimental, sejam, pelo Instituto Brasileiro do Café, prestadas as seguintes informações:

- a) Se é propósito do I.B.C. fazer aquisição de sacos de papel para empacotamento de seu produto;
- b) Se o I.B.C. anteriormente, fez alguma aquisição nesse sentido. Em caso afirmativo, quando, que quantidade, qual o seu valor se mediante concorrência pública, qual a firma vencedora;
- c) Ainda em caso afirmativo, quais as vantagens para o I.B.C. na substituição da sacaria atual, de fibra, pela de papel;
- d) Se na fabricação dos sacos de papel, além deste, entra outro material, qual, se nacional ou estrangeiro;
- e) Qual a média, anualmente que dispense o I.B.C. na aquisição da sacaria de fibra, origem, quantidade;
- f) Qual o preço unitário do saco de papel e do de fibra.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 1967 Moura Palha, Senador

O SR. PRESIDENTE:

(Guberto Marinho) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador José Ermírio, primeiro orador inscrito.

O SR. JOSE ERMÍRIO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente e Senhores Senadores, Brasília não é apenas a Capital irrevogável do nosso país. Constitui, sobretudo a realização histórica de um grande sonho e uma afirmação altiva da capacidade de nossa gente. Em 1891 fulgurou como promessa no texto constitucional, inspirando um debate que durou mais de 60 anos. Quando ainda se cultivava a ideia como presente de uma época ainda distante o Congresso Nacional colocou nas mãos do Presidente da República, como um desafio, os meios legais para realizá-la. Juscelino Kubitschek capitaneou, então, a grande arrancada, que culminou com a transferência da Capital para o planalto no fim do seu mandato.

O episódio da transferência acordou as esperanças interioranas de todo o país, ávidas de novas opções. Nos setores responsáveis, todavia, perdurava uma descrença, uma ansiedade de mesmo sobre a perenidade do grande empreendimento. O sucessor de Kubitschek guardaria fidelidade à Capital nova prosseguindo na tarefa consolidadora? Os acontecimentos, todavia, senão assinalaram êxitos maiores, não retardaram o desenvolvimento da Capital nascente. A administração Quadros teve a existência de uma rosa de Malherbe que feneceu ao calor da renúncia. A administração Goulart, convulsionada por eventos políticos, minada por aproveitadores e demagogos, terminou na melancolia de uma deposição revolucionária. As agitações, todavia, não impediram que muito se realizasse no nosso Distrito Federal. A administração Castello Branco, por seu turno, entregou-se às garras do formalismo tecnicista, subordinando-se ao sistema de frenagem imposto pelo Fundo Monetário Internacional. Inobstante a característica alienadora da filosofia adotada pelos técnicos com funções executivas, algo se fez por Brasília, muito embora prevalecesse um agudo receio de falar sobre ela aos ouvidos do mundo. Havia, no temor, uma fusão compreensiva entre a cidade e o seu criador, e as deliberações políticas da nova ordem, silenciando um, pareciam aconselhar que não se falasse do futuro. Daí porque muito mais se fez no período, embora os que privaram da convivência com Brasília, notadamente os militares, passaram a amar a nossa cidade e a incansavelmente trabalhar por ela. Foi nessa quadra de recomposição que os modernos edifícios militares se multiplicaram e, formando o Conjunto BGEF, são hoje orgulho da paisagem brasileira.

A Universidade Nacional de Brasília, fundada com a cidade, teve notável impulso na administração Goulart e, em seguida, recebeu, no setor de construções, especial tratamento do Governo Castello Branco. E foi ainda durante a gestão Castello que se realizou a maravilhosa concepção de Niemeyer, que é o Palácio dos Arcos, oficialmente reconhecido, pela tradição, como o Itamaraty.

Adveio, então, a administração Costa e Silva. O novo Presidente trazia o coração limpo de prevenções e já declarara publicamente a sua admiração pela Capital e o desejo sincero de governar do planalto. Acostumado à educação militar por vocação, adotara a disposição de bem cumprir o seu compromisso com os olhos no futuro, sem se preocupar com os passados eventos da retaguarda. Sem nunca ter-lhe ouvido sobre tão importante tema, sinto-o como um homem bem intencionado, preocupado com a dimensão da sua responsabilidade em todos os setores, e necessitados, por

isso, da colaboração construtiva e leal. Talvez, por entender assim, tenha eu vindo a esta tribuna, depois de muito perguntar, inquirir em todos os polos da administração para, ao final, trazer a esta Casa o clichê do trabalho que se realiza na Capital da República. Enquanto o Governo espera completar um acervo de obras que justifique a vitória da operação "Consolidação de Brasília" trago uma colaboração informativa, com o intuito de mostrar ao país e ao Exterior que, a par da suave beleza de suas estruturas, Brasília é hoje um canter de serviço fabricante, onde se movimentam recursos apreciáveis, reaproveitando o esforço progressista do cangango humilde.

O Sr. João Abrahão — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSE ERMÍRIO — Com grande prazer.

O Sr. João Abrahão — Congratulome com V. Exa. pelo pronunciamento que faz a respeito de Brasília. V. Exa. tem sido, nesta Casa, um Senador brilhante e sobretudo combativo, dotado de espírito público e patriótico, e acima de tudo, desenvolve, nesta Casa, uma Oposição construtiva. A construção de Brasília desafiou homens e séculos. Hoje, vemos a nossa Capital consolidada. Sem dúvida, reconhecemos o trabalho do Sr. Presidente da República para que Brasília se torne uma realidade. Assistimos a atuação brilhante do jovem prefeito de Brasília, que tudo tem feito para desempenhar a árdua missão de administrar o Distrito Federal com parcimônia de recursos e dificuldades de toda sorte, principalmente quando a cidade vive uma expansão crescente a todo instante, todos os dias. Agradeço muito a palavra de V. Exa. e, por essa razão, a ela nos associamos. Esta a razão por que nos congratulamos com o pronunciamento de V. Exa. com relação à Capital da República.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Senador João Abrahão, os meus agradecimentos pelo aparte de V. Exa. Nós, da Oposição, temos que falar a verdade para que vejamos que fazemos uma oposição construtiva. Esta a nossa função nesta Casa.

(Retomando a leitura)

Impulsionada pelas reservas do orçamento local, de 1968, aprovado a semana passada e que prevê despesa e receita em torno de 373 milhões de cruzeiros novos, na nova Capital serão investidas, por outro lado, verbas orçamentárias destinadas aos diversos Ministérios e organismos outros, numa previsão de investimento de cerca de 1 trilhão de cruzeiros antigos.

Desejo, antes de examinar as obras em andamento e o seu vulto, convocar a atenção dos meus pares para a significação do trabalho que ora se realiza no Distrito Federal. Do que se faz muito pouco se verá a flor do sono pois os investimentos maiores se relacionam com a programação de infra-estrutura. São essenciais à vida da cidade, mas não aparecem à delícia dos olhos. Abrem sulcos na terra, onde plantam uma outra cidade, habitada pelas canalizações da água, esgoto e tubulações para a transmissão e distribuição de energia elétrica e telefones.

No tocante ao problema da água por exemplo, concluem-se os planos de construção de uma nova barragem para o represamento do Ribeirão do Torto, com instalações de recalque e tratamento. Cuida-se, por outro lado da captação para as cidades-satélites com as respectivas estações de tratamento e moderna rede de distribuição.

No tocante ao problema da energia elétrica, considerando a inexistência de auto-suficiência de geração e a inconveniência de subordinar-se a Brasília ao sistema Peixoto-Cachoeira, partiu-se para a alternativa da usina de Queimados, com os estu-

dos prontos, inclusive os geológicos, os mais difíceis e demorados. A geradora de Queimados que deverá resolver o problema de energia elétrica de toda Brasília até 1985 e terá a potência de 217.000 HP, advença o aproveitamento do Rio Preto, perto de Unai e exigirá uma linha de transmissão de 100 quilômetros, além da construção de diversas sub-estações.

No capítulo esgotos estão em estudo várias estações de tratamento notando-se que a estação da Asa Norte já se acha em construção devendo ser inaugurada em março de 1968. Cuida-se, de outro lado, da ampliação da estação de tratamento da Asa Sul, enquanto que, em Taguatinga, já se acham adiantados os trabalhos da rede que se estenderá por toda a cidade. O problema decorrente do depósito de águas pluviais está sendo resolvido com a construção de grandes galerias e com a execução final de obras antes iniciadas.

Os serviços de comunicação telefônica ganharão imediatamente 6.000 aparelhos, notando-se que se acha em construção, conforme especificaremos mais adiante, uma estação central para controle de 80.000 telefones, assim como consta dos planos de obras construção de estações em todas as cidades-satélites. Todas as obras obedecem a uma escala de prioridade, onde se alinham a infra-estrutura e os problemas de habitação, educação e saúde.

Há um outro aspecto novo no trabalho que a NOVACAP está realizando, dirigida pelo jovem e dinâmico Engenheiro Rogério de Freitas: trata-se do *mutirão*.

E o operário construindo a sua própria casa, em grupos de solidariedade com dez outros, durante as férias ou com o aproveitamento dos sábados e domingos. A NOVACAP financia o material e os próprios interessados levantam as suas casas, executando uma tarefa que vale por uma lição esplêndida de fraternidade e união, dissolvendo as reações negativas do individualismo, muito comuns nas camadas sociais não aprimoradas.

Para que se tenha uma idéia pália do trabalho que revolucionaria Brasília, somente na área da Secretaria de Viação e Obras Públicas, citamos as frentes de serviço atualmente em andamento: obras de arte, 9; pavimentação, 82; terraplenagem, 89; urbanização, 199. No setor água, 127 frentes de serviço e 721 ligações já efetuadas. No tocante a esgotos sanitários 37 frentes de serviço com 235 ligações. Águas Pluviais conta com 117 frentes de serviço. No setor de Edificações anota-se 17 frentes de serviço com o investimento de 150 milhões de cruzeiros novos. No setor do Departamento de Força e Luz 189 frentes de trabalho. No Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos verifica-se 78 frentes de serviço.

A Secretaria de Agricultura, por outro lado, está levando avante trabalhos de grande importância. Nada menor de 337 mil mudas de árvores, entre eucaliptos e outras já foram distribuídas em 1967 para as fazendas e hortos florestais. Encontra-se em andamento o reequipamento da Secretaria através de convênio com a Caixa Econômica Federal de Brasília no valor de 9 milhões de cruzeiros novos, o que dará para a aquisição de mais 80 tratores adicionando-se aos 10 ora existentes; compra de máquinas e implementos agrícolas e construção de laboratórios, oficinas de mecanização e parque zootécnico. Na parte do Departamento dos Recursos Naturais sobressai o trabalho de replantio de 400 mil mudas de eucaliptos às margens das rodovias que ligam o Plano Piloto às cidades-satélites do Gama, Sobradinho e Taguatinga. No Departamento de Engenharia Rural, por sua vez, já foi iniciada a construção de 2 barragens que possibilitarão a irrigação de 2.100 ha (Vargem Bonita e Rio Preto), além de assistência mecanizada a agricultores, locação de

lotes e outros trabalhos de auxílio aos lavradores. Por último, no tocante ao Departamento de Coordenação de Agricultura e Pecuária, em osso ver são de grande valor os planos de assistência pelos agrônomos aos agricultores, o plano de irrigação para execução entre 1968 e 1970 de cerca de 100 quilômetros de canais principais e 150 quilômetros secundários. Também existe um laboratório de análise de solo em pleno funcionamento, sendo, aliás, o único na região do planalto Central.

No Brasil existem talvez cinco. Um, inauguramos no Instituto Agrônomo de Campinas há cerca de um ano e meio; outro foi inaugurado em Pernambuco; outro, no Sul e outro está programado para Minas Gerais.

O ritmo impulsional, entretanto, não se circunscreve a essas duas secretarias. Toma conta do global e se expande pelos seus departamentos e órgãos dos mais altos aos menores. Se a Secretaria da Agricultura porém conseguir levar adiante os seus planos, estamos seguros de que em breve Brasília se libertará do pesado ônus da dependência no setor de alimentos longas distâncias vindos dos Estados.

Falamos, até agora, do esforço contido no Plano de Consolidação de Brasília, concepção de um jovem, Prefeito — o Engenheiro Wadij da Costa Gomide — a quem não se lhe pode negar o mérito de um grande esforço. Inúmeras são as dificuldades que carece vencer, não obstante o apoio moral e material que lhe é dispensado pelo Presidente Costa e Silva. Quem passou pela experiência da administração não percebe facilmente a natureza dos obstáculos a vencer, quando se depende de verbas e suas liberações. Muitas vezes não basta necessitar o Prefeito, nem querer o Presidente. Um país como o nosso, acotado pelos males de toda a ordem, é obrigado a ater-se a uma imposição orçamentária geralmente austera e inflexível, quando não suportar o controle remoto de organismos internacionais, de fiscalização financeira. Ainda assim, o resultado se afigura positivo, podendo o Presidente da República contar saído de obras a seu favor, que estão a justificar o natural e mais um título que conquistará: Costa e Silva, o Consolidador de Brasília.

Não morreu na área local, todavia, os esforços em benefício da Capital.

O Sr. João Abrahão — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSE ERMIRIO — Com muito prazer.

O Sr. João Abrahão — No que tange ao Aeroporto de Brasília, queremos deixar a nossa crítica, pela teimosia, pela birra de determinados militares, que desejam, a todo custo, modificar o panorama arquitetônico da nossa Capital. Repetindo o que disse ao associar-me às palavras que V. Ex^a vem proferindo, quero deixar caracterizado o nosso desacordo diante da construção do Aeroporto de Brasília, que dizem ser provisório, mas onde está sendo empregada vultosa importância, quase dez bilhões de cruzeiros. Todos nós admitimos a irreversibilidade de Brasília e não podemos aceitar, a esta altura, nada provisório; tudo tem de ser definitivo, acompanhando o seu extraordinário ritmo moderno de arquitetura que tem sido motivo de admiração em todo o mundo.

O SR. JOSE ERMIRIO — Agradeço o aparte de V. Ex^a.

A função da Oposição é exatamente a de falar sem receio quando algo estiver errado.

Regimento, pelos estudos que realizei e pela leitura dos jornais, cheguei à conclusão de que há, inequivocamente, um desacordo quanto a esse problema, da construção do aeroporto. Mas espero que, na oportunidade, o Sr. Presidente da República possa equacioná-lo e resolvê-lo.

O Governo criou a CODEBRAS, órgão a quem cabe a responsabilidade de criar condições habitacionais para a definitiva transferência da Capital. Sob a presidência do ilustre General Mário Gomes, a CODEBRAS é fiel a um Plano Diretor de Transferência, com o programa de construção de 14.000 unidades residenciais até 1970. A primeira fase, a que se deu o nome de "Programa de Ação Imediata", termina em meados de 1968 e prevê a construção de 151 blocos com 3.540 unidades na Asa Sul e 36 blocos com 1.140 unidades na Asa Norte. Informa a CODEBRAS, ainda, que no período de abril a novembro de 1967 foram deslocados para Brasília 320 servidores, com 1.050 dependentes, tendo sido distribuídas 250 habitações.

Brasília, hoje, não é uma expectativa de cidade. É, isto sim, uma metrópole na acepção legítima do termo e não há paralelo na História de índices de crescimento tão grande. O Distrito Federal conta atualmente com 400 mil habitantes e possui 180 fábricas e 11.000 estabelecimentos comerciais. O mercado consumidor de Brasília, no tocante à manufatura de modo geral, é abastecido em mais de 70% por São Paulo, notando-se tendência para maior penetração quando a ligação ferroviária, esperada para 1968, venha estabelecer o fluxo sócio-econômico da área-programa. Para que se avalie o desenvolvimento regional brasiliense, basta que lembremos os dados oferecidos pela estatística do Distrito Federal quando revela que a área de expansão de 5.814 km² se estenderá para mais de 66.000 km², abrangente de 19 municípios goianos e mineiros, cuja densidade demográfica de 6,14 em 1960 já, hoje, pelos dados do IBGE alcança a densidade de 10 habitantes por quilômetro quadrado.

Como se vê, a área demarcada quando vislumbrada na hora zero da Capital no início de sua construção, em 1956, oferecida uma população de 12.000 habitantes. Atualmente 150 mil almas vivem na Cidade-céu, como é conhecida pela ternura dos seus cronistas, totalizando 400 mil habitantes em todo o Distrito Federal.

Há um detalhe da maior importância revelado pelo estudo estatístico de Brasília: aqui vive e trabalha a representação legítima de todo o país, significando uma contribuição nacional autêntica, que reúne e polariza brasileiros de todos os cantos, irmanados no esforço comum, com o objetivo nobre de consolidar o centro geo-político das altas decisões.

Neste instante decisivo para a Consolidação, por que tanto se empenha o Presidente da República, vale como uma grande esperança os dados referentes a infra-estrutura descrita atualmente numa pirâmide de idade, pela qual se infere que mais de 50% dos habitantes de Brasília ainda não tem 30 anos. A pirâmide etária está assim elaborada:

Anos — Número:

De 0 a 9	— 87.000.
De 10 a 19	— 70.000.
De 20 a 29	— 52.500.
De 30 a 39	— 48.500.
De 40 a 49	— 34.500.
De 50 a 59	— 24.500.
De 60 a 69	— 20.500.
De 70 e mais	— 10.000.
Total	— 347.500.

Pelos dados aqui trazidos pode a opinião pública certificar-se de que existe realmente empenho do Presidente pela Consolidação da Capital. Tive conhecimento de que Sua Excelência, no ano vindouro, dará outro destino aos palácios Laranjeiras e Rio Negro, apagando os últimos vestígios da presença física da Presidência na antiga capital. Se tais no-

tícias tiverem procedência, serão recebidas com júbilo pela opinião pública. Em verdade, um Governo não pode dissolver-se em diversas moradas. O povo quer vê-lo em comando fixo para que lhe não falte perspectiva para uma administração única, fiscalizadora e beneficiadora. Não sempre pressurosos em imitar os exemplos da administração americana, não devemos nos esquecer de que naquele país o Presidente só tem uma morada: a Casa Branca.

Louvemos, pois, o clima de trabalho que envolve Brasília. Daqui partem não só os atos administrativos de cúpula mas, sobretudo, um estado de espírito que é um exemplo para todas as comunidades brasileiras. Brasília cresce vertiginosamente e é ainda uma colmeia em ebulição e a sua consolidação, para o bem do país, afigura-se uma concreta realidade que, por si só, justifica um programa presidencial de Governo.

São estas, Sr. Presidente, as explicações que podia dar sobre Brasília. (Muito bem. Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Güberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Ruy Carneiro, por cessão do nobre Senador Josaphat Marinho, que havia permutado com o Senador Aurélio Vianna.

O SR. RUY CARNEIRO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, agradeço o gesto cativante do nosso eminente colega, Senador Josaphat Marinho, inscrito em segundo lugar, cedendo a sua vez para que eu prestasse homenagem a um homem que está no Nordeste do Brasil, na minha Paraíba, levantando a mocidade, sobretudo a mocidade pobre daquele pedaço do Nordeste.

Senhor Presidente e Senhores Senadores, representante do nordeste nesta Casa, pela vontade livre e soberana da maioria absoluta do eleitorado da Paraíba, não posso silenciar meu desejo de louvar, ao lado das atividades públicas que ali vem exercendo a SUDENE no campo econômico e social, auxiliada técnica e financeiramente por agências internacionais, valorosas iniciativas de caráter privado, que bem merecem não apenas aplausos, mas sobretudo nosso apoio e inteira solidariedade.

Refiro-me Senhor Presidente, à ação benemerita, devotada e patriótica de um frade capuchinho — Frei Marcelino Santana, autêntico apóstolo do bem, já internacionalmente conhecido e que, em Catolé do Rocha, município paraibano, terra de nascimento dos meus ascendentes, se consagra com genuína obra social de fomento educacional, cultural e de formação profissional da juventude conterrânea.

Podemos afirmar que um capuchinho revolucionou o Nordeste, com o sistema moderno e mais proveitoso ao setentrão brasileiro, ministrando à sua mocidade o ensino profissional e motivando-a a enfrentar com galhardia e espírito esportivo as tremedais dificuldades em que têm vivido as populações daquele pedaço de chão de nossa Pátria.

Frei Marcelino, como o trato o povo do Sertão, ainda jovem, é riograndense do Norte natural de Santana do Matos, franciscano de boa cepa e um dos três Superiores maiores da Província dos Capuchinhos Brasileiros do Nordeste. Sua formação se fez em São Paulo, Pernambuco e Alagoas; em cuja Faculdade, de Filosofia se diplomou em línguas anglo-germânicas; viajou pelos principais países da América do Sul e recentemente realizou conferências, a convite, em diversas universidades da América do Norte.

Adotou na sua vida de religioso e educador, a filosofia do inolvidável patrono da sua Ordem: tudo fazer em

benefício da sociedade, a que se dedica, sem pensar em recompensas terrenas.

O Sr. Duarte Filho — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Pois não.

O Sr. Duarte Filho — Quero congratular-me com V. Ex.^a, em primeiro lugar, pelo brilhante discurso que está pronunciando nesta Casa.

O SR. RUY CARNEIRO — Obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Duarte Filho — Em segundo lugar, porque está fazendo justiça a um homem que vem dedicando toda a sua vida à educação da mocidade paraibana, particularmente aos filhos de Catolê do Rocha. Frei Marcelino de Santana Matos é um riograndense do norte, como disse V. Ex.^a, e um orgulho para todos nós, potiguares. Está realizando uma obra formidável em Catolê, a maior obra no terreno do ensino industrial, naquela cidade paraibana, e talvez uma das maiores obras, neste mesmo setor, em todo o Nordeste brasileiro. Para realizá-la, Frei Marcelino conseguiu a atenção, a boa vontade e a solidariedade das associações católicas da América do Norte e da Alemanha Ocidental. De lá obteve recursos capazes de possibilitar o empreendimento que está realizando com carinho, com dedicação e amor à terra paraibana. Creio que essa solidariedade, esse carinho e amor à educação da mocidade paraibana já contaminaram a população de Catolê do Rocha e estou certo de que também o Governador da Paraíba Estado que V. Ex.^a muito dignamente representa nesta Casa.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço a gentileza da intervenção do nobre Senador Duarte Filho, representante do Rio Grande do Norte, da terra do nosso homenageado desta tarde. É um presto de justiça que presto, em nome do povo da Paraíba, sobretudo do povo sertanejo, ao Frei Marcelino.

Na realidade, é valioso o depoimento do Senador Duarte Filho, médico e político, médico sobretudo, na cidade de Mossoró, uma das mais importantes do Rio Grande do Norte, e político, hoje, homem de caráter, de grande conceito. Está S. Ex.^a em condições de ilustrar a minha modesta oração com o depoimento que acaba de dar acerca do capuchinho que vem revolucionando o ensino industrial e profissional no sertão da Paraíba. Mas dizia eu: como educador, ele é, antes de tudo, um reformador, um autêntico revolucionário no bom sentido da palavra.

Além, para fazer com segurança este modesto pronunciamento que estou iniciando aos meus pares, tomei a deliberação de em junho último, ao realizar uma viagem à Paraíba, com o fim especial de 1966 pela 3.^a vez, dentro os municípios sertanejos que percorri, incluí o de Catolê do Rocha, pois pretendia conhecer pessoalmente a obra, que poderemos considerar modelo, do Frade Capuchinho Marcelino Santana. Em companhia dos Deputados estaduais paraibanos José Lyra e José Gayoso, tivemos o ensejo de dedicar todo um dia para constatar que agora venho trazer ao conhecimento da Nação através desta tribuna.

É do Frei Marcelino, na qualidade de Superior Maior da Província dos Capuchinhos do Nordeste, o plano inovador consistente em transformar os Conventos e Seminários do Nordeste, que sempre construídos com o dinheiro do povo, e sem qualquer mudança administrativa, em oficinas de arte industriais, em ginásios de trabalho, dotados igualmente de cursos de comércio e arquitetura, sem prejuízo do ensino das matérias de cultura humanística e de outros especificamente de formação sacerdotal. Segundo sua idéia generosa, colocar a Igreja no seu verdadeiro papel

social de educadora da juventude, orientando-a para o trabalho, para a formação profissional, para o vasto campo das atividades industriais, comerciais e agropecuárias, segundo ponto de vista, aliás, coincidente com as últimas encíclicas pontificiais, notadamente, a "Pascua in Terris", a "Mater et Magistra" de João XXIII e a "Populorum Progressio", do Papa Paulo VI.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Ex.^a um aparte?

O Sr. Ruy Carneiro — Com muito prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — V. Ex.^a está prestando uma homenagem e uma justiça ao Frei Marcelino, já tão conhecido não só no Rio Grande do Norte, Paraíba e mesmo Nordeste. Ele está agindo de acordo com os mandamentos da Igreja e vem fazendo o que muitos já deviam ter feito, há muito tempo — representa, verdadeiramente, o pensamento de Cristo, que é o Chefe da sua Igreja. Frei Marcelino é um pastor evoluído. Está trazendo para a mocidade aquilo que ela precisa. Assim, V. Ex.^a não poderia mesmo esquecer os benefícios que esse homem da Igreja está prestando àquela região do Nordeste brasileiro.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do meu prezado amigo e ilustre representante do Estado de Goiás, Senador Pedro Ludovico, homem de inteligência, de grande cultura, de uma cultura, que pela sua modestia, poucos sabem que ele a possui.

O Sr. Pedro Ludovico — Bondade de V. Ex.^a

O Sr. Vasconcellos Torres — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Concedo-o com prazer, porém quero que V. Ex.^a me permita concluir o agradecimento ao Senador Pedro Ludovico.

A intervenção do nobre Senador, grande chefe do Estado de Goiás, nesta Casa e no Brasil, me enche de grande satisfação.

Estou certo de que as suas expressões vão calar fundamente na sensibilidade do religioso que está nos sertões quentes e pobres do Nordeste, levando, encorajando a sua mocidade.

Com prazer ouço, agora, o nobre Senador Vasconcellos Torres.

O Sr. Vasconcellos Torres — Senhor Senador Ruy Carneiro, se interrompo o discurso de V. Ex.^a é para, também, conjugar com a exaltação que V. Ex.^a faz a um sacerdote, ressaltando ainda que a Igreja Católica está, de fato, cumprindo a sua missão social no Nordeste. Essa Ordem dos Capuchinhos pioneiramente vem tratando desses problemas e eu quero dizer que a SUDENE tem uma alavanca nesse maravilhosos clero nordestino. Agora vejo que há um símbolo no seu Estado e confesso que as palavras de V. Ex.^a me empolgaram. Como católico, quero pedir permissão para manifestar, também assim de pronto, o júbilo que tenho de ver um Senador da República exaltar o trabalho que ficaria anônimo perante os "seculum seculorum" mas que encontramos justiça nas palavras oportunas de V. Ex.^a. Eu o felicito e fico aguardando a oportunidade de, um dia, ter a felicidade de conhecer esse maravilhoso Frei Marcelino.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o pronunciamento do representante do Estado do Rio de Janeiro, Senador Vasconcellos Torres.

Na realidade, não estamos exaltando a figura extraordinária daquele humilde e notável franciscano, mas a sua obra, que pertence ao Nordeste e ao Brasil.

Agradeço a V. Ex.^a pelo aparte com que me honrou, assim como os dos nobres colegas que ilustraram esta minha modesta oração.

Sua pregação não caiu no vazio, pois várias entidades, no gênero, já adotaram essa magnífica concepção.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, Frei Marcelino Santana não é apenas um teórico, fértil em boas iniciativas. Ele é, sobretudo, um admirável executor de obras fecundas.

Segundo a doutrina Social da Igreja e sempre inspirado na encíclica Ilusoria São Francisco, Frei Marcelino edificou, em Catolê do Rocha, para onde foi designado, desde 1958, uma série de obras do mais alto nível cultural e espiritual da cooperação.

Dentre as suas realizações, naquele município, vale destacar em primeira linha, o Colégio Técnico Dom Vital, estabelecimento que atinge o ensino nos setores da Indústria, do Comércio e da Agricultura, onde o aluno, em regime de cooperação, ganha para estudar. E' tido, no gênero, como o melhor do Estado, talvez do Nordeste e um dos poucos do Brasil. Deslina-se, especialmente, a formação de pessoal profissionalmente capacitado, isto é, a preparação da mão de obra especializada, como acima me referi. Conta esse Colégio hoje com cerca de setecentos jovens alunos e ministra os seguintes cursos: colégio de máquinas e motores; ginásio de comércio; aprendizado industrial; artesanato, cerâmica, tapeçaria, corte e costura e flores; primário, jardim de infância. Para a consecução deste notável empreendimento, Frei Marcelino teve que recorrer à ajuda dos católicos alemães, que o atenderam, através da Misericórdia, com substancial auxílio. É fácil, Sr. Presidente, aatever-se os frutos que desse colégio regional advêm à mocidade sertaneja da Paraíba.

O Sr. João Abrahão — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. João Abrahão — Desejo, também, congratular-me com V. Ex.^a pelo seu pronunciamento sobre Frei Marcelino, e dizer que vim, recentemente, do Japão, onde presenciamos o avanço tecnológico daquele povo, avanço esse que se assenta no binômio educação-disciplina. A ação desse capuchinho não é benéfica apenas para o Estado que V. Ex.^a tão bem representa nesta Casa...

O SR. RUY CARNEIRO — Muito obrigado a V. Ex.^a!

O Sr. João Abrahão — ...mas é benéfica para toda a Nação brasileira. Povo nenhum, em parte alguma do mundo, conseguirá libertar-se se não tiver um nível educacional realmente elevado. Vimos no Japão, uma população de cem milhões de habitantes com 97% de seus habitantes alfabetizados. E' hoje, o País mais avançado do mundo, em sistema eletrônico, fruto exclusivamente da educação e da disciplina. E' por isso, ilustre Senador Ruy Carneiro, que tenho o prazer de juntar o meu apoio, quando V. Ex.^a reconhece os grandes benefícios prestados à Nação brasileira através de Frei Marcelino.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o depoimento de meu prezado amigo, Senador João Abrahão, representante de Goiás, que acaba de visitar o Japão.

O seu pronunciamento vem corroborar os aplausos e a exaltação que, neste instante, faço às realizações de Frei Marcelino Santana, no Estado da Paraíba.

Na concepção de Frei Marcelino, na sua estrutura e dinâmica, o Colégio Dom Vital, seria o paradigma a ser seguido na implantação de ginásios de trabalho nos Conventos e Seminários do Brasil, especialmente no Norte e Nordeste.

Outra iniciativa da maior repercussão regional, procedente das atividades de Frei Marcelino, em Catolê do Rocha, merecedora do justo apelo, especialmente pela sua projeção no seio das massas rurais, antecipando-se hoje, pelo Sr. Presidente da República, a Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, Dr. Bisniet Malani, teve ensejo da

circunscrições. Fundados em 1964, possuem cerca de quatro mil ruralistas associados, que tem sua cooperativa, já registrada no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, porém, lamentavelmente sem nenhum auxílio, nem do Departamento de Assistência ao Cooperativismo do Estado, nem de qualquer outro órgão federal, apesar dos constantes apelos formulados a quem de direito. Mesmo assim, a Cooperativa vem funcionando, mas, apenas com o modesto capital de seus associados. Nesta oportunidade, ao referir-me a esse aspecto da obra notável de Frei Marcelino Santana quero encorajar um apelo ao Ilustre Ministro Ivo Arzua, de quem tenho boa impressão, no sentido de S. Ex.^a procurar conhecer e apoiar as realizações daquele admirável religioso, nos setores ligados à sua Pasto.

Mas Frei Marcelino, Sr. Presidente, não se deve em Catolê do Rocha, apenas aos setores da educação, cultural e social rural, penetrou no campo da assistência médico-cirúrgica e maternal. Fundou a Casa do Pobre e sob sua égide, reconstruiu e mantém o Hospital Maternidade Padre Belisário Dantas, que já vem prestando relevantes benefícios às populações de sua paróquia e municípios circunvizinhos.

São estes, Sr. Presidente e Srs. Senadores, entre outros de menor monta, os principais cometimentos oficiais por esse humilde e intrépido Capuchinho, que para tanto realiza em favor do seu povo, não teve infelizmente a devida colaboração dos poderes públicos, sobretudo do Estado.

Quero aproveitar a oportunidade para dizer ao Senado e ao Brasil que, dentro das minhas possibilidades, fazendo uma distribuição, com equidade, aos diferentes setores da minha terra pobre, dei-lhe o máximo que podia, na colocação de verbas do Orçamento da República que votamos. Sem auxílio vive o Frei Marcelino, e tem visto até hoje exclusivamente do suor daqueles pobres que estão recebendo, não somente sua ajuda espiritual, como também sua ajuda educacional, que é a mais valiosa do mundo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores ao enaltecer, como estímulo e reconhecimento do povo da região sertaneja, a significativa obra social de Frei Marcelino Santana, formulei apelo insistente às autoridades do Poder Executivo e aos representantes paraibanos desta e de outra Casa do Congresso Nacional sem cor partidária, no sentido de que todos prestem a maior assistência e máximo apoio a esse indomável capuchinho, que, com tanto sacrifício, jogado nos confins dos sertões nordestinos, luta bravamente para tornar vitorioso um leão que não é somente seu, mas de todos nós, porque é judicosa sentença do Papa Paulo VI: "Se quisermos paz no nordeste teremos de obtê-la através do desenvolvimento com justiça social." (Muito bem! Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) A Mesa associa-se às homenagens prestadas a Frei Marcelino Santana pelo assinalados serviços ao Estado da Paraíba e sobre cuja obra educacional e assistencial discorreu, com tanto brilho, o nobre Senador Ruy Carneiro.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, por cessão, do nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. GILBERTO MARINHO:

(Sem revirado do orador) — Senhor Presidente, recebido em audiência hoje, pelo Sr. Presidente da República, o Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, Dr. Bisniet Malani, teve ensejo da

apresentar ao Chefe da Nação as reivindicações de classe já formuladas em recente memorial.

Vem sustentando aquela Confederação, em repetidas manifestações que o reajustamento salarial não é fator de agravamento da inflação, de vez que o aumento de numerário de que passam a dispor os assalariados reverte-se aos cofres públicos, sob a forma de impostos e, estimula a produção mediante maior volume de compras.

Por outro lado, apoiada em dados irrefutáveis, a Confederação procurou demonstrar no memorial acima referido, a biabilidade do reajustamento constante da tabela que apresentou.

Entretanto, respeitando as razões do Executivo, mas considerando insuficiente o reajustamento de vencimentos proposto para os servidores públicos, a Confederação sentiu-se no dever de vir pleitear perante o Chefe da Nação algumas compensações que possam minorar as dificuldades enfrentadas pela classe que representa, sem sobrecarregar em demasia o Tesouro Nacional:

1) Que o reajustamento proposto pelo Governo seja pago a partir de 1º de novembro de 1967;

2) Que seja estabelecida a paridade da gratificação quinzenal com os Poderes Legislativo e Judiciário;

3) Que sejam estabelecidas em caráter definitivo as gratificações de auxílio-moradia e 13º salário para todos os servidores.

O item 1 encerra uma providência transitória, que visa amenizar a situação dos servidores públicos.

O item 2 visa apenas a fazer cumprir uma disposição legal altamente moralizadora e de inteira justiça. A concessão de 20 por cento ao completar o servidor cinco anos de serviço efetivo, 10 por cento nos 3 quinquênios seguintes e 5 por cento nos demais quinquênios, até 7, é de prática corrente nos Poderes Legislativo e Judiciário, com excelentes resultados para a administração, pelo estímulo que representa.

O item 3 tem por fim estender aos servidores civis a gratificação de auxílio-moradia, com inteira razão, dado o pesado lastro que representa a habitação no orçamento dos assalariados e, finalmente, dar caráter definitivo ao 13º salário, já por vezes concedido aos servidores autárquicos, condicionando-o aos saldos orçamentários, para os quais os servidores concorrem com o seu esforço.

O baixo nível de remuneração: as distorções salariais, a ausência de carreira no serviço público que permita ao funcionário visualizar progresso na sua vida funcional; a ineficiência da Classificação de Cargos, pela sua infundável execução; a ausência de uma política de pessoal de caráter permanente, legada ao atual Governo, é determinada pela não participação dos funcionários no exame e solução dos seus problemas.

Corrêto efeito, avolumam-se os problemas e o complexo administrativo federal permanece insolvível. As promoções, os enquadramentos definitivos, as admissões, as readaptações, a aposentadoria igual para todos, a assistência social e a habitacional principalmente, a remuneração, a hierarquia funcional, a avaliação dos cargos e suas atribuições, os programas de aperfeiçoamento de pessoal, etc., tudo isso desafia os governantes e os funcionários, sem que se abram perspectiva de solução e de um estreitamento das relações dos administradores e dos servidores, como classe organizada.

Assim, encimi solicitação ao Senhor Presidente da República o atendimento das medidas pleiteadas e que determine a convocação da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, para participar, juntamente com os órgãos técnicos do Governo, dos estudos que digam respeito aos servidores civis federais incluindo um representante de sua indicação no Conselho Federal de Administração,

previsto na Reforma Administrativa. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Tem a palavra o Sr. Senador Vasconcelos Torres.

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, o problema da assistência judiciária gratuita aos necessitados tem sido longamente debatido neste País.

Apresentei um projeto que está sobre a mesa e vai ser lido na hora do expediente, cujo objetivo é (lendo) emprestar sentido prático, gerador de efeitos sociais, ao que está previsto de uma forma estática no parágrafo 32, do art. 150, da Constituição Federal.

Ninguém ignora que, infelizmente a Justiça é sempre cara e morosa — e dela pouca ou nada obtêm, justamente aqueles que mais necessitam do seu apoio.

No Brasil, vêm as sucessivas Constituições, bem como a legislação ordinária, procurando definir os direitos e os deveres do cidadão.

Acontece que, enquanto os deveres são rigorosamente cobrados — porque existe toda uma afiada máquina administrativa especializada nessa cobrança — os direitos não são garantidos com o mesmo empenho. Principalmente quando se trata do direito de cidadãos sem recursos.

Identifica-se, assim, uma situação anti-democrática em que a lei gera efeitos diferentes, para ricos e para pobres.

Isso colide com os princípios de Justiça Social hoje universalmente aceitos — e deve o legislador, com os meios de que dispõe, lutar pela necessária restauração da igualdade esquecida.

E' o que procuro fazer, neste projeto.

E' isto justamente que procurei fazer, Sr. Presidente, determinando que a assistência judiciária aos necessitados, prevista no parágrafo 32 do art. 150 da Constituição Federal, ser-lhes-á prestada, gratuitamente, entendida a expressão no seu sentido amplo e categórico. Em diferentes artigos que regulam essa matéria determina-se inclusive, que o indivíduo em estado de mendicância poderá requerer o atestado de pobreza sem mencionar o local de domicílio e de trabalho. E os documentos para esse fim são isentos de quaisquer ônus, inclusive no que se refere ao requerimento para sua obtenção.

Envio, também, à Mesa um projeto que modifica o art. 31 da Lei número 3.807, da Lei Orgânica da Previdência Social, estabelecendo que ele terá a seguinte redação: (Lê)

"Art. 31. A aposentadoria especial será devida ao segurado que, após 180 (cento e oitenta) contribuições mensais e contando no mínimo 40 (quarenta), 45 (quarenta e cinco) ou 50 (cinquenta) anos de idade, tenha, conforme a atividade pelo menos 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, respectivamente, de trabalho em serviços considerados, por ato do Poder Executivo, penosos, insalubres ou perigosos."

Estou também enviando um Requerimento de Informações ao Ministério dos Transportes, Omissão de Marinha de Guerra, sobre paralisação da construção da Escola de Grumetes em São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro.

Enviei ainda à Mesa, hoje, um pedido de informações ao Ministério da Agricultura, Comissão Coordenadora Executiva de Abastecimento, sobre o plano de abastecimento de trigo para o ano de 1968.

Eram esses os assuntos, Sr. Presidente, de que queria tratar no dia de hoje. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Tem a palavra o Sr. Senador João Abrahão, pelo artigo 163 do Regimento.

O SR. JOÃO ABRAHÃO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, presto a minha homenagem à República do Líbano, que ontem comemorou a sua data nacional. Vênulos históricos e sentimentais me prendem a essa gloriosa nega do mundo asiático, exposta à ternura do Mediterrâneo oriental. Essa Pátria, com pouco mais de 10 mil quilômetros quadrados, faz-se um País imenso diante de milhões de seres humanos que recorrem ao sagrado odor do cedro para enternecer a alma carente de reminiscências místicas. A História do Líbano confunde-se com a biografia dos seus velhos novos do mundo. Há uma antiga sabedoria informand os índoles desta Nação, que é uma instituição oriental, sem, todavia, esconder a sua vocação universalista. Não renunciou à força filosófica do Leste. Correntes cristã e islâmica compõem o seu corpo doutrinário, sobrepondo um conceito democrático à ecultura que lhe permite franquear-se aos reflexos das revoluções mentais do Ocidente.

Os fenícios originários do Mar Vermelho chegaram a este pedaço da Ásia. E de lá partiram na aventura marítima emoldurada com os próprios matizes do amadurecer da Humanidade, fundando Cartago, no setentrion africano, e Cadiz, na Espanha meridional. Difundiram o evangelho da inteligência alargando o campo do conhecimento humano, na eloquência de uma tarefa mais útil e necessária à futura comunhão dos povos, do que a si mesmos. A presença luminosa de Sidon ainda sugere a reação milenar ao assalto dos filisteus, que a destruíram, sem que demolissem a estrutura espiritual do velho porto, de capitulos históricos que flutuam com as águas do Mar Interior. Governada por reis, não houve relutância para que se adotasse a forma republicana, pois o essencial era a expansão das fronteiras da vida mercantil, isto ainda as vésperas do advento do Cristianismo.

Gente que tem a exata dimensão da Humanidade, nos seus anseios de progresso e grandeza, o libanês guardou a geografia do mundo no próprio coração, como se o Líbano refletisse numa condensação gloriosa de sonhos e ideais, a imagem agitada do planeta.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. JOÃO ABRAHÃO — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — No momento em que V. Ex.ª está fazendo a exaltação desse país amigo que é o Líbano, do Oriente Médio, eu preciso solidarizar-me com V. Ex.ª numa retribuição, e não somente pela admiração que sempre tive pelo povo libanês. Em 1964, em companhia do Deputado Antônio Feliciano e do Deputado Saldanha Derzi, este, descendente de libaneses e representante de Mato Grosso; o outro, de São Paulo — com as nossas famílias estivemos no Oriente Médio. Ao visitarmos o Líbano fomos cercados de tantas atenções que ficamos comovidos. Poder-se-ia supor que as homenagens e atenções aos parlamentares brasileiros decorriam do fato de participar de nossa comitiva um descendente de libaneses, o Deputado Saldanha Derzi. Mas isso não representaria a verdade porque assistimos à maneira como os libaneses trataram outros brasileiros que aportaram naquela cidade simpática, alegre e acolhedora. Minhas homenagens ao discurso de V. Ex.ª e ao povo libanês, acolhedor e bom.

O SR. JOÃO ABRAHÃO — Agradeço a intervenção de V. Ex.ª, ilustre Senador Ruy Carneiro, e posso, medo de errar, declarar a V. Ex.ª e aos ilustres componentes desta Casa que o

Líbano está muito preso ao Brasil. Vemos e sentimos a atuação dos descendentes de libaneses em todos os setores de atividades da nossa Pátria. Quer no comércio, quer na indústria, a colaboração libanesa é destacada, e, na política, vemos, nesta e na outra Casa do Congresso Nacional, a presença de descendentes de sírios e libaneses irmanados com o povo brasileiro, em prol do engrandecimento de nossa Pátria.

Por este motivo quando um brasileiro chega ao Líbano, chega à própria casa, ao seu País, e ali é recebido como se fora um próprio libanês.

O Sr. Marcello de Alencar — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. JOÃO ABRAHÃO — Com muito prazer.

O Sr. Marcello de Alencar — Quer demonstrar a nossa solidariedade ao pronunciamento de V. Ex.ª, porque vemos nos libaneses um pouco do nosso País. Realmente, a participação dos libaneses na formação da nossa História e da nossa terra faz com que sejamos agradecidos a essa participação. Ele é o povo que maior contribuição tem dado à nossa formação e ao nosso desenvolvimento, em todos os setores da atividade brasileira. Principalmente, é de destacar a sua capacidade de integração: cada libanês, ou filho de libanês que para aqui vem, se interioriza e se torna arraigado a todos os sentimentos de nossa nacionalidade. De sorte que presto meu apoio incondicional à palavra de V. Ex.ª, quando distingue o povo libanês.

O SR. JOÃO ABRAHÃO — Agradeço o aparte de V. Ex.ª. E, ilustre Senador além da facilidade de integração do libanês, existe a grande hospitalidade do povo brasileiro, que dá a todos aqueles que vêm de outros países, dá a seus filhos o direito de participação em todos os setores da vida nacional. Por isso, ilustre Senador, não só o libanês mas todos os povos que emigram para o Brasil se sentem com o direito — porque a Lei lhes dá — de participar da comunidade, do progresso, do desenvolvimento deste grande País que é admirado pelo mundo todo — o Brasil.

(Lendo.) O perfil imortal do Cedro deita as suas sombras sobre a alma de quem tenha conhecido o Líbano, ou sobre a daqueles que de lá procedam, por ligações de raça e sentimento. Vigorosos fatores me vinculam àquela antiga área da terra. E iniciaria o desdobramento dessas razões, por revelar, prioritariamente, que de lá venho, a agrupar-me às gerações que no Oriente iniciaram extensa viagem humana. E exalto, como exemplo de impercível grandeza, a valia sentimental do Líbano, que é uma pérola de amor e saudade, encantando os mapas místicos de Deus e de seus santos. Quero, ademais, dar o testemunho de quem sentiu a ternura do Líbano e o calor humano de seu povo. O eminente Presidente da República libanesa, Sr. Charel Helou conquistou-nos pelo apreço, pela fidelidade, pela afirmação do acolhimento. Admirador desta Pátria distante, e espectador da evolução de nossa Pátria atlântica, honrou-me o Chefe dessa Nação, quando me pediu trouxesse um abraço de fraternidade ao Presidente Artur da Costa e Silva. E o transmi to da tribuna do Senado da República, plenamente realizado porque são áreas destes dois Hemisférios da terra que se unem, numa emoção de paz.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, ângulos de doces paisagens perduram na minha memória. E como se estivesse assistido a um encontro de um passado bem distante, ou situado no fundo das épocas recobertas pela brancura das antiguidades, com o alvorecer do futuro, doirado pelos clarões da ventura e

da prosperidade, pela qual o homem anseia, como coroamento da moderna civilização.

Congratulando-me com o Líbano, pela efeméride de ontem, desejo exprimir os sentimentos de exaltação do povo que represento nesta Casa, diante de um dia que se insere nas anais históricos daquele País da Ásia, como acontecimento maior. Esse é o idioma leal e cristalino do coração. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — A Mesa se associa às homenagens que o Sr. Senador João Abrahão acaba de prestar à República do Líbano.

Em todos os recantos do Brasil existe uma colônia libanesa, empregando sua atividade, no comércio, na indústria na pecuária, na política, na engenharia, na medicina, constituindo um povo integrado no Brasil e tido como brasileiro. (Pausa.)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guilomard.
Oscar Passos.
Flávio Brito.
Arthur Virgílio.
Milton Tyndade.
Cattete Pinheiro.
Moura Palha.
Clodomir Millet.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Petrônio Portela.
José Cândido.
Sigefredo Pacheca.
Paulo Sarasate.
Wilson Gonçalves.
Dinarte Maria.
Ruy Carneiro.
Domício Gondim.
Teotônio Vilela.
Rui Palmeira.
José Leite.
Antônio Balbin.
Carlos Lindemberg.
Paulo Torres.
Aarão Steinbruch.
Vasconcelos Torres.
Marcello de Alencar.
Milton Campos.
Nogueira da Gama.
Carvalho Pinto.
Moura Andrade.
Fernando Corrêa.
Ney Braga.
Adolpho Franco.
Celso Ramos.
Antônio Carlos — 35).

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Sobre a mesa projeto de lei, que será lido pelo Senador 1.º Secretário.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, de 1967

Modifica o art. 31 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 31 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 31. A aposentadoria especial será devida ao segurado que, após 180 (cento e oitenta) contribuições mensais e contando no mínimo 40 (quarenta), 45 (quarenta e cinco) ou 50 (cinquenta) anos de idade, tenha, conforme a atividade, pelo menos 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, respectivamente, de trabalho em ser-

viços considerados, por ato do Poder Executivo, penosos, insalubres ou perigosos.”

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões. — Vasconcelos Torres.

Justificação

O art. 31 da Lei Orgânica da Previdência Social veio estabelecer aposentadoria especial para casos que a legislação trabalhista distinguia como merecedores de tratamento especial, face às condições peculiares em que se desenvolve o trabalho: serviços de natureza insalubre, perigosos ou penosos.

Assim, contemplou o art. 31 com aposentadoria especial os segurados da previdência que, com 15 anos de contribuições, houvessem trabalhado em serviços daquela natureza, pelo prazo de 15, 20 e 25 anos que corresponde a graus, fixados pelo Poder Executivo relacionados ao debilitamento do trabalhador face às condições específicas do trabalho.

Três foram as condições estabelecidas no dispositivo legal cuja alteração se pretende: a primeira, referente ao tempo mínimo de contribuições, fixando em 15 anos ou 180 contribuições mensais; a segunda, relacionada como tempo mínimo de trabalho em condições especiais (15, 20 ou 25 anos, de acordo com a graduação); e a terceira, relativa à idade mínima para obtenção do benefício, estabelecida em 50 anos.

Ofra, admitindo-se que um trabalhador, aos 15 anos de idade, começasse a trabalhar em serviço insalubre, perigoso, ou penoso, de grau máximo teria, 15 anos após, ou seja, aos 33 de idade, satisfeito o segundo requisito para a aposentadoria especial, mas não o último, ou seja, o mínimo de idade, que só iria alcançar aos 50 anos, quando já teria se continuasse no mesmo serviço, 32 anos de exposição ao trabalho em condições taxadas fora dos padrões normais.

Com a alteração ora proposta, seriam mantidos os requisitos de tempo mínimo de contribuições e de trabalho; seria mantida a idade mínima de 50 anos para o grau mínimo de trabalho em condições insalubres, perigosas, ou penosas (relativa ao tempo mínimo de trabalho de 25 anos), sendo reduzida a idade mínima para 45 e 40 anos, para os graus médio e máximo, respectivamente.

Sala das Sessões. — Vasconcelos Torres.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, de 1967

Dispõe sobre a assistência judiciária gratuita aos necessitados.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A assistência judiciária aos necessitados, prevista no parágrafo 32 do art. 150, da Constituição Federal, será prestada segundo as disposições desta lei.

Art. 2.º A assistência judiciária aos necessitados é gratuita, entendida a expressão no sentido amplo e categórico.

Art. 3.º O documento hábil para caracterizar a situação de necessidade a que se referem os artigos anteriores é o atestado de pobreza, expedido pela autoridade policial da zona em que o interessado trabalhar ou residir.

I — o indivíduo em estado de mendicância poderá requerer o atestado

de pobreza, sem mencionar o local de domicílio e de trabalho.

II — o atestado de pobreza para os fins previstos neste artigo é isento de onus de qualquer espécie, inclusive no que se refere ao requerimento para sua obtenção.

III — a autoridade policial tem o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis, para despachar as petições de atestado de pobreza a ela dirigidas e expedir o documento, quando for o caso.

IV — o atestado de pobreza valerá como prova de identidade, quando o interessado não dispuser de outro documento para esse fim.

V — o atestado de pobreza será expedido em formulário próprio e deverá ser aceito nas repartições da Justiça, sem exigência do reconhecimento da firma da autoridade policial.

Art. 4.º Até 60 dias após a promulgação desta lei, os Tribunais de Justiça da União baixarão normas disciplinadoras da prestação de assistência judiciária gratuita aos necessitados, fixando prazos rígidos para o atendimento aos beneficiários, bem como sanções severas a que ficarão sujeitos aqueles que, por ação ou omissão devidamente comprovadas, concorrerem para a frustração da beneficência ora estabelecida.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O objetivo deste projeto é empregar sentido prático, gerador de efeitos sociais, ao que está previsto de uma forma estática no parágrafo 32, do art. 150, da Constituição Federal.

Ninguém ignora que, infelizmente, a Justiça é sempre cara e morosa — e dela pouco ou nada obtém, justamente aqueles que mais necessitam do seu apoio.

No Brasil, vêm as sucessivas Constituições, bem como a legislação ordinária, procurando definir os direitos e os deveres do cidadão.

Acontece que, enquanto os deveres são rigorosamente cobrados — porque existe toda uma afluente máquina administrativa especializada nessa cobrança — os direitos não são garantidos com o mesmo empenho. Principalmente quando se trata do direito de cidadãos sem recursos.

Identifica-se, assim, uma situação antidemocrática em que a lei gera efeitos diferentes, para ricos e para pobres.

Isso colide com os princípios de Justiça Social, hoje universalmente aceitos — e deve o legislador, com os meios de que dispõe, lutar pela necessária restauração da igualdade esquecida.

É o que procuro fazer, neste projeto.

Sala das Sessões. — Vasconcelos Torres.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Os projetos lidos, após publicados, irão às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Sobre a mesa requerimento de dispensa de publicação, que será lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Em consequência passa-se à imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 59, de 1967 (Convênio Brasil-Japão).

Em discussão. (Pausa.)

Nenhum Sr. Senador desejando fazer uso da palavra, declara encerrada a discussão.

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

I projeto vai à promulgação.

É a seguinte a Redação Final aprovada:

REQUERIMENTO

Nº 1.103, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerio dispensa da publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 59-67, (nº 42-A-67, na Câmara dos Deputados), que aprova a Convenção destinada a evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre rendimentos, concluída entre a República do Brasil e o Japão, assinada em Tóquio, em 24 de janeiro de 1967.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1967. — Guido Mondin.

Parecer nº 901, de 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1967.

Relator: Senador João Abrahão.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1967, (nº 42-A-67 na Casa de origem), que aprova a Convenção destinada a evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre rendimentos, concluída entre a República do Brasil e o Japão, assinada em Tóquio, em 24 de janeiro de 1967.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1967. — José Feliciano, Presidente — João Abrahão, Relator — Filinto Müller.

ANEXO AO PARECER Nº 901, DE 1967

Redação fiscal do Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1967 (nº 42-A, de 1967, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 47, nº I da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº..., DE 1967

Aprova a Convenção destinada a evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre rendimentos, concluída entre a República do Brasil e o Japão, assinada em Tóquio, em 24 de janeiro de 1967.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovada a Convenção destinada a evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre rendimentos, concluída entre a República do Brasil e o Japão, assinada em Tóquio, em 24 de janeiro de 1967.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Passa-se à Ordem do Dia — No expediente da sessão do dia 22 de corrente foi lido o Requerimento de Urgência Especial nº 1.084, de 1967, nos termos do artigo 326, nº 5-b, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 131-67 (nº 705-B-57, da Câmara), que modifica artigos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias,

aria o Conselho Monetário Nacional e da providências.

Na conformidade do citado artigo 328, nº 5, b, foi o requerimento incluído na Ordem do Dia da mesma sessão, para deliberação.

Em virtude da falta de quórum, o Requerimento deixou de ser apreciado, ficando, em consequência, adiada a deliberação a seu respeito para esta sessão.

Na conformidade do art. 168, 3a, o Requerimento é agora incluído na Ordem do Dia para deliberação, com prioridade sobre a matéria em tramitação normal.

Em votação o Requerimento.

(Pausa.)
Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Aprovado o requerimento, passa-se, na forma regimental, à apreciação da matéria, que depende de parecer das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Solicito ao nobre Senador Antonio Carlos que dê parecer em nome da Comissão de Projetos do Executivo.

O SR. ANTONIO CARLOS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Srs. Senadores, a Casa deverá examinar, em regime de urgência especial, o Projeto de Lei número 131, de 1967, que modifica artigos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências.

O projeto é de origem do Poder Executivo. Foi encaminhado ao Congresso pelo Exmo. Sr. Presidente da República, acompanhado da Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Fazenda, em que ressalta:

"Passados são dois anos e meio da instalação do Banco Central do Brasil. Nesse período foi ele se organizando e passando a exercer as várias funções que lhe foram cometidas no referido diploma legal. As suas múltiplas atribuições foi acrescentada a de também pôr em execução as disposições da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que estabeleceu as normas do crédito rural no País.

Dentro das metas do atual Governo, detém a mais alta prioridade, a de pôr em execução a referida lei em toda a sua plenitude, de modo a se oferecer à Nação, no mais curto espaço de tempo possível, financiamentos às atividades rurais em nível adequado e suficiente e propiciador de condições que permitam o seu desenvolvimento.

Os atuais encargos da Diretoria não permitem que os seus membros, sobrecarregados com as demais tarefas, possam dar a atenção que requer, não só à implantação do sistema de crédito rural estabelecido na Lei número 4.829, mas também ao não menos importante objetivo de coordenar as atividades creditícias para a agricultura nos setores privado e público."

Essa justificação acompanha a mensagem do Sr. Presidente da República encaminhando ao Congresso projeto de lei, já examinado pela Câmara dos Senhores Deputados, e pelo qual se alteram os arts. 6º e 14 da Lei nº 4.595, para o fim de aumentar o número de Diretores do Banco Central, criando mais uma função naquela Diretoria e elevando o prazo do mandato desses Diretores, de

modo que a renovação se faça de um Diretor a cada ano.

No Art. 6º no seu Art. 14 da citada lei são operadas as modificações a que acabo de me referir.

Sr. Presidente, a Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Fazenda e os pareceres exarados sobre o projeto, na Câmara dos Deputados, por si só justificam a aprovação do projeto.

Há necessidade de, na Diretoria do Banco Central, no seu corpo dirigente, existir um Diretor especialmente encarregado da tarefa de executar, em toda a plenitude, a Lei que organizou o crédito rural no Brasil e que foi aprovado pelo Congresso Nacional, em novembro de 1966.

A atual Diretoria do Banco Central já tem tarefas tão importantes que estão a exigir a criação de uma função especializada, de modo que aquele organismo de crédito oficial que disciplina toda a política monetária e creditícia do Governo tenha um elemento com a categoria de Diretor para poder promover o desenvolvimento, a ampliação e a racionalização do crédito rural em nosso País, de acordo com o diploma legal de novembro do ano passado.

Por outro lado, é também medida salutar e conveniente que a renovação da Diretoria do Banco Central se faça de um diretor a cada ano, de modo que não haja solução de continuidade nas atividades daquela importantíssima repartição do Governo Federal.

Essas as razões, Sr. Presidente, que me levam a, em nome da Comissão de Projetos do Executivo, manifestar-me favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 131, de 1967.

E' o parecer.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O parecer foi favorável.

Tem a palavra o Sr. Relator da Comissão de Finanças, Senador Clodomir Millet.

O SR. CLODOMIR MILLET:

(Para emitir parecer) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara, que, no Senado, tomou o nº 131, de iniciativa do Poder Executivo, visa a aumentar, de 6 para 7, o número de membros do Conselho Monetário Nacional, de 4 para 5, o número de diretores do Banco Central do Brasil, e também aumentar, de 6 para 7 anos, o prazo de mandato dos membros do referido Conselho.

Como já esclareceu no seu brilhante parecer o Relator da matéria na Comissão de Projetos do Executivo, esse projeto merece a aprovação da Comissão de Finanças, porque o Governo entende que, assoborçado como está o Banco Central, com todas as matérias que lhe são deferidas por lei para executar, está em dificuldades, de vez que os diretores atuais acumulam funções, deixando, por exemplo, um setor importante de atividade econômica do País entregue a diretores que já têm outros grandes encargos a solver.

Sr. Presidente, diz a exposição de motivos do Sr. Ministro da Fazenda que o interesse do Banco Central é o de fazer a incrementação do crédito rural, executando imediatamente a Lei 4.829, de 5 de novembro de 1965 e, ao mesmo tempo, dando ensejo a que as atividades creditícias para a agricultura, no setor privado e público, tenham prosseguimento ou sejam encaminhadas com os financiamentos que a própria lei prevê e determina.

Sr. Presidente, dando parecer favorável a esse projeto, em nome da Comissão de Finanças, só nos resta fazer um apelo para que o Poder Executivo, para que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao escolher o candidato que deva tomar

a seu cargo justamente a execução dessa tarefa do setor creditício rural, tenha em vista, além da libada honestidade, além da competência em assuntos financeiros, o candidato escolhido por S. Exa., que terá de ser submetido à aprovação do Senado Federal antes de nomeação, tenha vinculação, tenha vivência com os problemas rurais de nosso País, com os problemas de crédito agrícola, conheça a matéria, dando realmente impulso a essas atividades na Carteira que lhe competir dirigir no Campo Central.

O Parecer da Comissão de Finanças é favorável, e a certeza que temos de que o Sr. Presidente da República saberá prover o cargo com o homem à altura das necessidades do momento, no que respeita às atividades creditícias do setor rural, nos leva a dar um parecer o mais rápido possível para que esse projeto suba imediatamente à sanção depois de aprovado pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O parecer é favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa)
Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

O projeto vai à sanção

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 131, DE 1967

(Nº 705-B-67, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Modifica artigos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 6º e 14 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação, mantidos os respectivos parágrafos:

"Art. 6º O Conselho Monetário Nacional será integrado pelos seguintes membros:

I — Ministro da Fazenda, que será o Presidente;

II — Presidente do Banco do Brasil S.A.;

III — Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

IV — sete (7) membros nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômicos-financeiros, com mandato de sete (7) anos, podendo ser reconduzidos."

"Art. 14 O Banco Central do Brasil será administrado por uma diretoria de cinco (5) membros, um dos quais será o Presidente, escolhido pelo Conselho Monetário Nacional dentre seus membros mencionados no inciso IV do art. 6º desta Lei."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Passa-se ao item nº 1, da Ordem do Dia:

Discussão em turno único, com apreciação preliminar da constitucionalidade, do Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 1967 que suspende a execução e efeitos do Decreto Legislativo nº 8 de 18 de abril de 1967, que autoriza a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional a complementar todas as vendas autorizadas por lei e realizadas por concorrência pública inclusive a Pinho e Terras Ltda., tendo parecer, sob número 829, de 1967 da Comissão: de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Em discussão o projeto quanto a constitucionalidade. (Pausa) Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados

(Pausa.)

Está rejeitado.

O projeto será arquivado.

E o seguinte o projeto rejeitado.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 1967

Suspende a execução efeitos do Decreto Legislativo nº 8, de 18 de abril de 1967, que autoriza a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional a complementar todas as vendas autorizadas por lei e realizadas por concorrência pública, inclusive a Pinho e Terras Ltda.

Art. 1º São suspensas a execução e efeitos do Decreto Legislativo nº 8, de 18 de abril de 1967, que autoriza a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional a complementar todas as vendas autorizadas por lei e realizadas por concorrência pública, inclusive a Pinho e Terras Ltda., cujos processos estejam tramitando administrativa ou judicialmente, ainda que para os fins previstos no nº III do art. 77 da Constituição Federal de 1946.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44 de 1967 (nº 20-A-67, na Câmara dos Deputados), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas, a fim de ser mantida a reforma do Cabo Arnóbio Fernandes de Andrade Moraes, tendo pareceres favoráveis, sob números 839 e 840, de 1967 das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados

(Pausa.)

Está aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1967

(Nº 20-A-67, na Casa de origem)

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a reforma do Cabo Arnóbio Fernandes de Andrade Moraes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, interposto pelo Ofício núme-

ro 235-66, a fim de ser mantida a reforma do Cabo Arnóbio Fernandes de Andrade Moraes, tornando-se definitivo o ato praticado em 14 de dezembro de 1965, de acordo com autorização concedida pelo Presidente da República, em despacho exarado na Exposição de Motivos nº 020-DF, de 8 de setembro de 1965, do Ministério da Guerra.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) Item 3º

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 45, de 1967, de autoria do Sr. Senador Nogueira da Gama, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão à viúva do ex-parlamentar Walter Geraldo de Azevedo Athayde, tendo parecer sob ns. 816 e 817, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça, favorável, nos termos de substituição que oferece; de Finanças, após audiência do Instituto de Previdência dos Congressistas, contrário (com voto em separado do Sr. Oscar Passos).

Em discussão o projeto (Pausa.) Não havendo que peca a palavra declaro encerrada a discussão.

Tem preferência regimental o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. CATTETE PINHEIRO:

(Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, pediria a V. Exa. informar — se fosse ainda oportuno — qual a redação do Substitutivo que deverá ser submetido à votação neste momento.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. Secretário procederá à leitura do Substitutivo de autoria da Comissão de Constituição e Justiça.

É lido o seguinte

SUBSTITUTIVO

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Autoriza o Instituto de Previdência dos Congressistas a conceder pensão à viúva do ex-parlamentar Walter Geraldo de Azevedo Athayde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC — criado pela Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963, autorizado a conceder à Amélia Motta Athayde, viúva do ex-parlamentar Walter Geraldo de Azevedo Athayde, uma pensão mensal correspondente ao seu tempo de mandato legislativo.

Parágrafo único. O cálculo da pensão obedecerá às normas regulamentares do Instituto de Previdência dos Congressistas, podendo os recolhimentos relativos à carência serem efetuados parceladamente, mediante descontos no valor da pensão ou em prestações mensais sucessivas, a critério do IPC.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vai-se passar a votação do projeto.

Tem a palavra o Sr. Senador Cattete Pinheiro para encaminhar a votação.

O SR. CATTETE PINHEIRO:

(Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, como um dos conselheiros do Instituto de Previdência dos Congressistas, julgo-me no dever de um esclarecimento ao Plenário neste momento. Pela lei que criou o IPC e pelos seus regulamentos, só podem receber

qualquer tipo de benefício aqueles congressistas ou seus dependentes que tenham feito sua inscrição no Instituto e para ele contribuído no período de sua existência legal, é claro.

Acontece que, ao meu ver, não encontra justificativa nenhuma, um projeto autorizando o IPC a conceder benefício a quem tal não faz jus.

O IPC não é um órgão do Poder Legislativo. O IPC é uma entidade criada em 1963, para atender e assistir congressistas e seus dependentes, quando esses congressistas a ele filiados. Tem personalidade jurídica própria, autonomia administrativa e financeira.

De maneira que, embora respeitando a intenção muito humana que ditou o projeto, embora, lamentando que tenha de me pronunciar, neste momento, contrário a ele, pediria a atenção da Casa para esta votação, porquanto não me parece possível, sob qualquer aspecto, aprovar uma proposição, autorizando o IPC a adotar medida que não pode ser tomada. Em segundo lugar, o fato abriria precedente, perigoso, porquanto estou certo de que o Instituto não poderá atender a essas recomendações. Estaríamos, assim, legislando ou votando proposição, conhecida, antecipadamente, como impraticável.

Era o esclarecimento que me julgava no dever de dar, neste momento, à Casa. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. EDMUNDO LEVI:

(Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o projeto ora em votação constitui, naturalmente, a manifestação do sentimento de coragem do seu eminente autor.

Atendendo aos grandes méritos do ilustre chefe de família desaparecido, o eminente Senador Nogueira da Gama solicita a concessão de pensão à família do Sr. Walter Geraldo de Azevedo Athayde.

Sr. Presidente, Srs. Senadores: as minhas palavras têm apenas a finalidade de de justificar o meu pronunciamento contrário a tão louvável medida. Reconheço o grande mérito, reconheço a justiça da proposição quando se refere ao Executivo mas, em acordo com o eminente Senador Cattete Pinheiro, estou certo de que constituiria um precedente perigoso para a segurança do Instituto de Previdência dos Congressistas. Não me quero alongar nas considerações. Sr. Presidente, mas como vou votar contrariamente ao projeto, sinto-me no dever de dar esta explicação à Casa para que não se pense que eu estaria hostilizando o eminente companheiro, Senador Nogueira da Gama. Apenas, é uma questão de consciência, de compreensão e, por isso não posso concordar em que se abra tal precedente que poria em perigo, através de outros casos que surgiriam, em decorrência desse ato de benevolência — a própria segurança da instituição.

Dai, Sr. Presidente, porque, embora, contrariando, manifesto meu voto, desde logo, contrário ao projeto. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Marcello de Alencar.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores: todas as posições que eu venho assumindo, na vida pública, me conduzem a contestar a protestar contra quaisquer privilégios.

Neste caso, porém, procurarei demonstrar que a medida excepcional contida no Projeto ora em discussão, não se caracteriza dentro de um regime de privilégio mas se ajusta dentro dos melhores critérios de justiça e de justiça previdenciária.

O Instituto dos Congressistas, foi em boa hora instituído e criado, no sentido de sanar a grande falta da assistência previdenciária aos Congressistas. Todos os Congressistas, após a criação do Instituto estão por essa filiação resguardados quanto à segurança da velhice e a família assegurada dos benefícios da pensão.

O Sr. Cattete Pinheiro — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Com muito prazer.

O Sr. Cattete Pinheiro — Sômente para esclarecer: após a criação do IPC não ficaram todos os Congressistas assegurados pelos benefícios previdenciários que o Instituto definiu, sômente os Congressistas filiados ao Instituto que tenham pago contribuições que tenham satisfeito determinado número de condições inclusive, o pagamento de descontos correspondentes a oito anos de mandato, só depois deste período de carência, passam então eles e seus dependentes a merecer os benefícios definidos na Lei. Como V. Exa. está fazendo referência a um direito que assiste a qualquer Congressista, permito-me este esclarecimento, porque não é bem assim. Para que os Congressistas e seus dependentes venham a ter os benefícios, é preciso que ele tenha sua inscrição feita e pago contribuições correspondentes a oito anos de mandato, o que significa o período de carência que a previdência social exige no comum.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Muito bem. Isso não invalida, data venia o meu argumento, uma vez que o projeto é autorizativo, quer dizer, a Previdência e o Instituto terão oportunidade de fazer e operar os descontos relativos a esse período.

O Sr. Cattete Pinheiro — Permite V. Exa. nova interrupção?

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Pois não.

O Sr. Cattete Pinheiro — O que eu acho é que nós vamos votar uma autorização absurda, porque o Instituto não depende, em hipótese nenhuma, para concessão dos seus benefícios de lei ou de projeto de resolução de qualquer das Casas do Congresso. Então, estaríamos, a meu ver, votando uma proposição, votando instrumento legislativo, — mesmo em caráter de autorização — que nada significa. Só tem sentido a ação que beneficia aqueles que se pretendem beneficiar e que eu teria a máxima satisfação de ver assistidos, no Instituto, mediante o atendimento dos requisitos legais estabelecidos. O que me parece é que a Casa não agiu certo, votando proposição autorizativa sem cobimento, sem fundamento legal.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — O cobimento está na assistência e na Previdência. Eu repudio o argumento, porque seria um privilégio, uma exceção perigosa aberta a outros casos. Não me consta existirem muitos Congressistas que, pelos benefícios da sorte, se encontram na situação em que se encontra o Deputado Valter Athayde.

O argumento de que se trataria de uma exceção aberrante ensinando a outros situações que se renovaria aqui, presos pelos laços do coração ou pelo falso sentimento de solidariedade, no caso, não ocorre.

Estou falando como homem afeito às questões da Previdência Social. Lembro ser normal no seguro social instituir-se benefício para alcançar determinadas classes, determinadas situações, não contempladas.

Diariamente, vota-se a esse respeito. Hoje mesmo, aqui, ouvi anunciar um projeto, no nobre Senador Vascelos Torres, nesse sentido.

A previdência social não está sujeita a esses conceitos e a essas restrições. Ela é, realmente, de sentido amplo e busca alcançar todos aqueles que, por um fato ou outro, não tiveram a oportunidade de se engajar numa filiação.

Não me parece seja argumento ponderável, baseado num precedente que não gera consequências estimadas e lembradas pelos oradores que me antecederam no encaminhamento da votação, o fato de que, se votarmos esse projeto, se criará precedente gerador de consequências desastrosas para o Instituto dos Congressistas.

A previdência social deve ter alcance amplo, e a situação do Deputado Valter Athayde, que durante doze anos foi legislador, foi deputado, mas por circunstâncias que até hoje ignoro não teve filiação ao Instituto, por essa circunstância não deve deixar de ser assistido pelo Instituto, criado com essa finalidade. Assim, eu ponderava a Casa que os argumentos aqui trazidos são, a nosso ver, mais de sentido formal, porque, na substância, o que se pretende, com os Institutos de Previdência é a assistência a determinada classe a que eles se vinculam.

De sorte que apelo para o Senado, no sentido de atender a essa argumentação, que tem mais coerência com a própria natureza do Instituto de Previdência.

O Sr. Aarão Steinbruch — Assim, V. Exa. admite que nenhum associado, nenhum operário deva contribuir para o Instituto, ou, então, manda pagar benefício à família do operário, não havendo carência.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — É sofisma de V. Exa.!

O Sr. Aarão Steinbruch — Vai chegar ao ponto em que a assistência não poderá funcionar.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Demonstrarei a V. Exa. que é sofisma: se determinada classe de trabalhadores, assistida por um Instituto de Previdência, durante certo período, vem a ser filiada a um Instituto que se cria, então — é a hipótese que formulei — a Lei que institui ou cria esse Instituto de Previdência Social deve ocorrer aquela classe de trabalhadores que lhe venha a ser filiada, aquela classe de trabalhadores, por inteiro, mesmo aqueles que não tenham tido as condições legais de seu ingresso no Instituto.

Isso acontece todos os dias, por reentrâncias. Não pôde, esse Deputado, se filiar a esse Instituto, criado a posteriori. De sorte que não vejo, no argumento do nobre Senador Aarão Steinbruch, mais do que um sofisma, porque a hipótese não é a que estou ventilando: o que o Instituto tem que fazer é abranger toda uma classe, ainda quando esta classe só tenha tido a assistência e a lembrança dos Poderes a posteriori.

De sorte que, dentro do sentido em que deve ser concebida a Previdência Social, não deve ficar desassistida a família de um congressista que praticou atos de mandato popular durante três legislaturas. É esse o meu pensamento.

O Sr. Nogueira da Gama — Eu desistaria, coudjando os argumentos de V. Exa., ponderar, que a alegação formulada pelo nobre e eminente Senador Cattete Pinheiro, de que o Instituto não está sujeito ao Poder Legislativo, é absolutamente inaceitável. Ele foi criado por uma lei do Poder Legislativo. É evidente que a esse Poder não há meio de se recusar competência para alterar dispositivos desta lei que criou o Instituto. Ele não é um órgão governamental como muito bem ponderou o nobre Senador Cattete Pinheiro: é um órgão de assistência, é uma autarquia, tem a sua independência administrativa assegura-

rada por lei que o instituiu. Mas nem por isso o Poder Legislativo está inibido da impossibilidade de legislar sobre a vida, a matéria, as atividades do Instituto. Ele só existe porque o Poder Legislativo o criou, e se uma lei o criaria o criou, outra lei ordinária evidentemente poderá alterar os dispositivos atualmente vigentes da lei que o instituiu. O argumento, portanto, não procede. Quanto às ponderações feitas de que se estabelecerá um precedente perigoso à vida do Instituto, penso que também refletem um zelo legítimo dos nobres aparteados de V. Exa., porque, na verdade, esses precedentes dificilmente aparecerão. Mas, se surgirem, terão que se igualar à situação legal prevista no dispositivo da Comissão de Constituição e Justiça, que obriga os futuros beneficiários a pagar também o período de carência instituído para os já atualmente participantes do Instituto.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Isso é norma na previdência social.

O SR. Nogueira da Gama — Num dispositivo do substitutivo vemos: "O cálculo das pensões obedecerá às normas regulamentares do Instituto de Previdência dos Congressistas, podendo os recolhimentos relativos à carência serem efetuados parceladamente, mediante descontos no valor da pensão, ou em prestações mensais sucessivas, a critério do IPC". Veja V. Exa. que a beneficiária, no caso, se o projeto for aprovado, se submeterá a esse ônus, terá que pagar, como pagaram os outros, a fim de ter um período de carência. Há uma igualdade de tratamento no substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça em relação à lei que regula atualmente os dispositivos do Instituto. De mais a mais, precisamos considerar que o Instituto vive na realidade de verbas que lhe são consignadas no orçamento, pelo Senado e pela Câmara, porque as contribuições que ele arrecada não são suficientes para mantê-lo, para que cumpra seus altos objetivos. As dotações orçamentárias é que lhe dão o fundo maior com que ele cumpre seus compromissos. Não é nada demais, portanto, se atender a uma pobre, viúva de um parlamentar que durante doze anos prestou serviços ao seu País e que morreu pobre, sem deixar qualquer recurso para sua família. Peço ainda a V. Exa. que me permita invocar precedente que já existe. Segundo estou informado, os Deputados cassados recebem uma pensão do Instituto. Eu perguntaria: existe alguma lei autorizando o Instituto a pagar essa pensão ao Deputado cassado? Devo dizer a V. Exa. que desconheço a existência dessa lei. Não sei mesmo se existe lei autorizando o Instituto a pagar pensão a Deputados cassados.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR — Justíssimo, se o faz.

O SR. Nogueira da Gama — ... alguns com mandatos inferiores de um, dois e três anos. No entanto o Instituto, por decisão própria, ao que me parece — salvo engano — paga aos Deputados cassados uma pensão.

O SR. Victorino Freire — Mas são contribuintes. É diferente.

O SR. Nogueira da Gama — Não tinham, entretanto, período de carência.

O SR. Victorino Freire — Mas eram filiados, vinham pagando normalmente, e pagaram a carência.

Mas eram filiados, vinham pagando normalmente, a pagaram a carência.

O SR. Nogueira da Gama — Perfeitamente. O nobre Senador Victorino Freire alega que eles eram filiados, e no caso não se trata de beneficiário que fosse filiado. Mas é uma lei nova que estabelece hipótese também nova, que quer amparar a viúva de um ex-parlamentar. E ela naturalmente irá pagar a carência.

O SR. Victorino Freire — Mas vai pagar com o dinheiro do Instituto.

O SR. Nogueira da Gama — Ela pagará com a parte que irá receber. É evidente. E o que tem isto de mais? O Instituto tem por finalidade amparar e prestar assistência aos parlamentares e, conseqüentemente, às suas famílias. Duvido que apareçam tantos precedentes de modo a invalidar os altos objetivos do Substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça. O Executivo pretendia atribuir à União este encargo considerando que, no caso, não havia aumento de despesa proibido no Art. 6º da Constituição Federal. A verba global dos pensionistas civis do Ministério da Fazenda é estipulada anualmente mediante cálculo arbitrário, é uma estimativa sempre para mais. Ela nunca é rigorosamente para pensionistas existentes naquele tempo, mas tem uma previsão para o futuro. Por isso, uma pensão a mais não iria aumentar a despesa. A douta Comissão de Constituição e Justiça entendeu, porém, que isto não era possível, e apresentou Substitutivo dando solução equânime, justa, que pode perfeitamente ser atendida sem arruinar o Instituto de Previdência dos Congressistas.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Peço permissão aos oradores para suspender a sessão porquanto a energia elétrica não está permitindo a gravação dos trabalhos e nem mesmo a retransmissão de som.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está suspensa a sessão por alguns instantes.

(A sessão é suspensa às 16 horas e 50 minutos e reabre-se às 16 horas e 55 minutos.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está reaberta a sessão.

Continua com a palavra o Senhor Senador Marcella de Alencar.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR

— Sr. Presidente, vou encerrar fazendo, antes, uma ressalva, devo declarar à Casa, que não conheço o Deputado Walter Athayde. Entendo — e falo como homem ligado à Previdência Social — entendo o Estado moderno com obrigação de ampliar a assistência. A todo aquele que o Estado, por imprevidência, deixar de fazer, deve-se consertar a situação, no sentido de deferir, de impor ao Estado a responsabilidade dessa assistência.

Nestas condições, apelo para a Casa no sentido de que enseje nova discussão sobre o Projeto que, segundo me parece, é suscetível de nova discussão, quando novos argumentos poderão ser trazidos em benefício da pretensão da família desse Deputado. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra, o Sr. Senador Victorino Freire.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(Para encaminhar a votação. Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente e Senhores Senadores, se o Senado consagrasse a tese esposada na tribuna, com o brilho habitual com que o fez o nobre Senador Marcella de Alencar, criaríamos precedente funestíssimo para o Instituto. Eu votaria com o maior prazer, Senhor Presidente, um Projeto de Lei concedendo pensão especial à viúva do Deputado Walter Athayde. Mas violar a autonomia do Instituto, abrir precedente desta natureza, prejudicando os que contribuíram, desde o princípio, para a fundação do Instituto, é uma tese perigosíssima. Por isso meu voto será contrário,

acompanhando o do nobre Senador Cattete Pinheiro, em suas considerações. (Muito bem.)

O SR. GUIDO MONDIN:

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Pela Ordem. — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, não creio que alguém, nesta Casa, seja contrário ao mérito do Projeto apresentado pelo nobre colega Senador Nogueira da Gama. Verifica-se, entretanto, que a Comissão de Constituição e Justiça, ao elaborar o seu substitutivo, teve o cuidado, pela manifestação do nobre Senador Josaphat Marinho, de solicitar a audiência do Instituto de Previdência dos Congressistas. Foi depois da manifestação do Instituto que a Comissão de Finanças se manifestou contrário ao Projeto.

Em conseqüência, solicita a V. Exa. verifique se consta do processo a manifestação do nosso Instituto. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Instituto de Previdência dos Congressistas, respondendo à diligência que foi requerida pela Comissão de Constituição e Justiça, manifestou-se frontalmente contrário ao projeto.

O SR. JOSÉ ERMIRIO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador José Ermirio.

O SR. JOSÉ ERMIRIO:

(Para encaminhar a votação) — (Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, cede-me dar o parecer na Comissão de Finanças. Para mim foi realmente duro dar um parecer contrário ao meu amigo Nogueira da Gama. Mas a concessão deste benefício constituiria um precedente que, a meu ver, poderia até injurir severamente o Instituto, porque se alguém no Senado ou na Câmara, baseado nesse precedente fizesse o mesmo, dentro de algum tempo o Instituto não mais estaria em condições de satisfazer suas obrigações.

Esta é razão simples e pura, baseada também no parecer contrário do Deputado Ariuda Câmara. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vai-se passar à votação.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça concluiu por um substitutivo. Nos termos do seu substitutivo, o parecer da Comissão de Finanças e contrário. A Comissão de Justiça solicitou o pronunciamento do Instituto de Previdência dos Congressistas e este manifestou-se contrário à aprovação do substitutivo.

Passa-se à votação, em primeiro lugar, do Substitutivo que tem preferência regimental sobre o projeto. Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está rejeitado.

Vota-se, em conseqüência, o projeto, que tem parecer contrário da Comissão de Finanças.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está rejeitado.

A matéria vai ao arquivo.

E' o seguinte o Substitutivo rejeitado:

SUBSTITUTIVO

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Autoriza o Instituto de Previdência dos Congressistas a conceder pensão à viúva do ex-parlamentar Walter Geraldo de Azevedo Athayde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC — criado pela Lei nº 4.234, de 20 de novembro de 1933, autorizado a conceder à Amélia Motta Athayde, viúva do ex-Parlamentar Walter Geraldo de Azevedo Athayde, uma pensão mensal correspondente ao seu tempo de mandato legislativo.

Parágrafo único. O cálculo da pensão obedecerá às normas regulamentares do Instituto de Previdência dos Congressistas, podendo os recolhimentos relativos à carência serem efetuados parceladamente, mediante descontos no valor da pensão ou em prestações mensais sucessivas, a critério do IPC.

E' o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 1967

Autoriza o Poder Executivo a conceder pensão à viúva do ex-parlamentar Walter Geraldo de Azevedo Athayde.

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a conceder a Amélia Motta Athayde, viúva do ex-parlamentar Walter Geraldo de Azevedo Athayde, uma pensão mensal equivalente a seis vezes o maior salário-mínimo do País, correndo a despesa pela verba corrente do orçamento do Ministério da Fazenda.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 5º:

Discussão, em turno único, do Parecer nº 828, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça sobre o requerimento nº 918, de 1967, de autoria do Senhor Senador Cattete Pinheiro, solicitando transcrição nos Anais do Senado Federal da oração proferida pelo Professor Otávio Meira na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará, em homenagem ao centenário do nascimento de Augusto Montenegro. (Parecer favorável).

Em discussão a matéria. Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado e será feita a devida transcrição.

E' o seguinte o parecer aprovado:

PARECER Nº 828, DE 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Requerimento nº 918, do Senador Cattete Pinheiro, solicitando transcrição nos Anais do Senado Federal da oração proferida pelo Professor Otávio Meira, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará, em homenagem ao centenário de nascimento de Augusto Montenegro.

Relator: Sr. Carlos Lindenberg

A proposição em exame, de autoria do nobre Senador Cattete Pinheiro, objetiva transcrever nos Anais do Senado a oração proferida pelo Pro-

essor Otávio Meira, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará, em homenagem ao centenário do nascimento de Augusto Montenegro, homem público de grande valor, que durante muitos anos governou aquele Estado do Norte, onde deixou obras admiráveis.

Sob os aspectos constitucional e regimental, nada há que impeça a aprovação da proposição.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 1967. — Milton Campos — Presidente. — Carlos Lindenberg — Relator. — Antônio Carlos — Antônio Balbino — Rui Palmeira — Josaphat Marinho — Wilson Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Item 1.º:

Discussão, em turno único do Requerimento n.º 1.086, de 1967, do Senhor Eurico Rezende, solicitando urgência, nos termos do artigo 328, n.º 5-c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado 69-67, que regula a substituição de sublegendas e dá outras providências.

Em discussão o requerimento. Tem a palavra o Sr. Senador Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Srs. Congressistas, o Projeto de Lei n.º 69, de 1967, para o qual foi requerida urgência, é daqueles da mais transcendental importância para a vida de um país democrático.

Pretende-se, com a proposição, regular a instituição de sublegendas partidárias, e estabelecer a vinculação do voto.

Trata-se de proposição da mais alta significação para a vida política do País. Não se compreende, portanto, que matéria de tal magnitude possa ser votada sem estudo metódico, que permita a todos os interessados, quer de partido quer de outro, o exame a comparação e a perspectiva das consequências de semelhante diploma legal.

Busca-se, Sr. Presidente, tanto nos meios oposicionistas como nos governistas, segundo dizem os seus líderes, a verdade democrática, a redemocratização do País. Entretanto, não é possível encontramos uma solução democrática para os problemas que dizem respeito à manifestação da vontade popular sem que demos, ao País, uma legislação capaz de servir de instrumento à expressão dessa vontade. Toda organização partidária, nos regimes democráticos, opera como uma relação entre Governo e povo. O partido é, portanto, numa organização nacional em que se busca a soberania nacional, aquele elo que permite ao povo organizado constituir o Governo que lhe convém e que expresse a sua vontade. Para que se possa alcançar essa conduta, é indispensável, que disponhamos de leis que assegurem a livre manifestação da vontade popular. Impondo ao povo instrumentos que refletem apenas a vontade de um grupo, estaremos violando o verdadeiro princípio do legislador que se apóia, se estriba na manifestação da vontade da maioria legitimamente representada.

Também a tirania, Sr. Presidente e Srs. Senadores, assume aspectos legais e quando um grupo se apropria do comando da coisa pública e passa a transformar a sua vontade, a expressão das suas conveniências, em instrumentos que assumem a forma legal, então a tirania se instala e, ao invés de ter um Governo legitimamente constituído, uma assembleia legislativa legitimamente instalada, temos a superposição de grupos que apenas impõem aquilo que lhes convém, aquilo que diz respeito a seus interesses.

Ora, Sr. Presidente, a única maneira legítima de se constituir um

corpo legislativo, num estado legalmente, juridicamente organizado, é buscar na vontade do povo, na expressão de suas idéias a constituição dessas assembleias. Não é apenas criando instrumentos que permitam que determinados setores da opinião nacional, determinadas camadas, determinados grupos ou determinadas regiões possam expressar a sua vontade.

Uma Câmara legislativa só está legitimamente constituída quando representa uma síntese de todas as idéias, de todas as nuances políticas, de todas as tendências que se espalham e que emanam do próprio povo, do seio das massas, em todos os quadrantes, desde a mais próspera cidade ao mais longínquo torrão pátrio.

Para que, entretanto, tenhamos essa possibilidade de ver uma Câmara legislativa que expresse a verdade eleitoral e que transmita a manifestação da vontade de toda a Nação, torna-se indispensável, torna-se imperioso que haja instrumentos legais que se transformem em condutos dessa manifestação.

O Parlamento não é apenas uma Casa para se fabricarem leis. Tem hoje, em todo o mundo, uma função tão complexa como complexa é aquela que está destinada ao Executivo. E numa época em que o Poder Executivo cada vez mais estende a sua ação em todos os ramos da atividade pública, o Parlamento tem a função destacadíssima de fiscalizar a conduta, a ação dos homens que integram o Poder Executivo.

A fiscalização da ação governamental, portanto, é hoje uma das atividades principais dos Parlamentos em todo o mundo. Não só daqueles que continuam com a capacidade exclusiva de legislar — e não acredito que haja, em todo o mundo, um só — mas sobretudo daqueles que, dada a evolução dos tempos, a necessidade de pressão com que se tratam os encargos públicos, vão cada vez mais delegando ao Poder Executivo certas funções que originariamente lhes pertenciam.

A delegação de competência legislativa é hoje uma realidade. Em alguns países, através de concessões e de costumes em outros, como o nosso, através até de preceito constitucional. Seria um absurdo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o Executivo, que obtém do Legislativo, já através de disposições constitucionais, essa facilidade de legislar, ficasse num estado quase que de absolutismo, sem a fiscalização competente por parte do Poder Legislativo. E somente o Legislativo tem condições de fiscalizar a ação do Executivo.

Pois, bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que se poderia esperar e que se poderá esperar de uma Câmara Legislativa, de um parlamento que estivesse ou esteja totalmente comprometido com o Poder Executivo? Somente aqueles que discrepam, ou aqueles que discordam, ou aqueles que, de qualquer maneira, não estão comprometidos com o programa ou com a ação governamental têm condições de exercer uma ação fiscalizadora, não com o objetivo de obstruir, com o objetivo de entrar a ação governamental, mas para, em nome do povo exigir o verdadeiro cumprimento da lei e a execução daquilo que se prometeu em programas e entrevistas.

Sabemos que muitas vezes eminentes parlamentares que integram a facção governamental não de conformam com certos atos com certas proposições legislativas, com certas medidas administrativas e isto é compreensível. Todos os ministérios, todas as repartições públicas são dirigidas por homens falíveis, porque são homens. E se não houver uma ação fiscalizadora constante, de forças que estejam independentes em relação ao Executivo, o arbítrio poderá instalar-

se na ação administrativa, na ação governamental.

E então, tudo aquilo que poderia transformar-se em ação proveitosa em favor do povo, ou não se faz, ou não se realiza, ou passa a constituir vantagens apenas do pequeno grupo que empolga o poder.

O Sr. Marcello de Alencar — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Marcello de Alencar — A prova de que o País, hoje, é dominado, orientado por uma minoria, está no artificialismo com que se busca solucionar todos os problemas brasileiros. Veja V. Exa. que há uma máquina de fabricar contensões, de espalhar a Nação. Então, essa minoria vive a cogitar, nos gabinetes, de instrumentos que chamam de legats, para conter a vida do País. Os partidos políticos não estão hoje resultando de uma composição de natureza política, eles não derivam do acordo de correntes de pensamento político que vão se ajustar num organismo para manifestar as suas idéias e defender seus pontos de vista. De sorte que as medidas que o Governo anuncia e adota são sempre medidas de contenção, esquecido de que chegará o momento em que essa chaleira vai explodir. E nós que temos sensibilidade para esses problemas, que estamos na oposição, estamos também reservados ao papel de denunciante desses estados de coisa porque, como patriotas, não desejamos que o Brasil se torne o caos, que volte a imperar uma sistemática de desajustamentos que se anunciam dia a dia. É preciso que o Governo compreenda que não adianta juntar no gabinete grupos de iluminados. É necessário sentir as reações, os anseios de todos os setores da vida nacional para, então, programar suas leis. O que se vê hoje é chegar ao Congresso Nacional, uma série de leis sem nenhum sentido, que não são o produto de uma necessidade social, mas o resultado de uma necessidade do grupo dominante, de conter, de restringir os seus adversários — e assim toda a Nação, porque entendo que o Governo é adversário da Nação — de conter os seus impulsos, os seus anseios. De sorte que não acredito que vá perdurar por muito tempo esta sistemática de fazer a vida nacional baseada no programa dos iluminados dos gabinetes.

O SR. EDMUNDO LEVI — A oposição, nobre Senador Marcello de Alencar, é assim como se infere das suas palavras, e como todos temos consciência, instrumento de segurança nacional. Um país que não dispõe de uma oposição valente, criteriosa, compreensiva dos seus deveres de apoiar aquilo que está certo, mas de combater erros numa oposição vigilante, país que não dispõe de uma oposição assim entrega-se, então, de pés e mãos amarrados, aqueles que, em nome de uma filosofia ou em nome de uma ideologia, ou em nome de um movimento, empolgam o poder. Somente uma fiscalização constante dos atos administrativos poderá permitir uma ação mais consentânea com os interesses nacionais e impedir que os governantes, os administradores, do mais alto ao mais baixo escalão, deslitem, não cometam os erros que, muitas vezes até levados por boa fé, praticam, numa manifestação da sua vontade pessoal.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, impõe-se que se dê ao Brasil uma administração segura, honesta, criteriosa e nisso não estamos podendo em dúvida, de qualquer maneira, a conduta de qualquer homem público — porque entendo que neste país, infelizmente, todos os homens públicos são vítimas da calúnia, da infâmia. Poucos não são tidos como alardadores do Erário; daí a desmoralização que, infelizmente, cerca o homem público

no Brasil. As campanhas eleitorais as disputas através dos jornais e a imprensa, mesmo ali, da tribuna de certas Assembleias, não têm outro objetivo senão desmoralizar a vida pública neste país.

Verifica-se por exemplo, Sr. Senador Marcello de Alencar o contraste tremendo entre o que ocorre no Brasil — que é um país já secularmente independente — e o que se observa na Índia, país recentemente saído para a vida independente.

O homem público na Índia é ressaltado de tal sorte que, talvez, o excesso de respeito que se dedica ao homem público indiano esteja prejudicando o progresso daquele país. O indiano apresenta, permanentemente, não quero dizer a figura de Gandhi, que já entrou para o panteão dos seus deuses mas a palavra do Gandhi Nehru, que representa para o homem público indiano uma frase do Alcorão, uma expressão intocável. E tudo aquilo que Pandit Nehru dizia, ainda hoje é sagrado pelos principais responsáveis pela República da Índia.

Dizem sempre eles que se o Primeiro Ministro dizia assim é porque assim ele queria.

Conversei com alguns homens da Índia e neles encontrei essa maneira extraordinária, quase que de adoração pelo homem público. Ali, não há o menor interesse pela desmoralização da função pública. Compreendem eles, como todos nós devemos compreender, que a ninguém beneficia a desmoralização da vida pública, sobretudo a desmoralização do princípio de autoridade, que tem sido uma constante na pregação de muitos cidadãos que se arvoram em mentores da opinião pública.

O Sr. Marcello de Alencar — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Pois não.

O Sr. Marcello de Alencar — O assunto de que trata V. Exa. é da maior importância. O que existe é o seguinte: erigiu-se em sistema de poder, o terror, e a classe política, aceitando esse jogo, vive, hoje, atemorizada. Até os melhores homens deste País, temem afirmar as suas posições, contestar as arbitrariedades, provocar o debate nacional em torno dos temas mais relevantes para o País. Nota-se um temor instituído, e a classe política vem aceitando esse jogo. Eu rio, acho graça, quando se cogita, através da ajuda de custo e de pequenos problemas de que são esses os males cuja supressão salvará as nossas instituições. Na verdade o que nos desloca para o despenhadeiro é a insensibilidade que envolve a Nação, sua classe política entocada, aceitando todos os jogos que o sistema de terror, implantado no País, exige e impõe. No momento em que a classe política se convencer, — como a última enfermeira que não morreu nas mãos do assassino que matou sete das mães, nos Estados Unidos — de que deve deixar de se esconder debaixo da cama, evidentemente, teremos dado um passo não só para a redemocratização do País como para levar a Nação a seus destinos. De sorte que faz bem V. Exa. em abordar tema tão atual, que nos sensibiliza, a salientar a hipótese de um requerimento de urgência urgentíssima, para decidir matéria que exige meditação. O que existe é isto: uma classe política atemorizada. Por isso o respeito popular parece desaparecido e nós camos no menosprezo de toda a Nação.

O SR. EDMUNDO LEVI — Eminentíssimo Senador Marcello de Alencar agradeço a colaboração de V. Exa. Nota-se, neste instante, uma onda de desmoralização do próprio Congresso Nacional. E nós que sentimos o Congresso como a genuína expressão da vida democrática brasileira, cabe-nos o dever de pleitear condições para que cada um de nós exerça, como o povo

espera, a sua fiscalização, a sua ação legislativa, a fim de cumprir a missão para que foi designado pela vontade popular.

Entretanto, Sr. Presidente, para que possamos ter um Congresso à altura de se opor a erros, a medidas extravagantes, a imposições, a pressões de qualquer ordem, como ao mesmo tempo aprovar aquelas proposições e medidas justas de que o povo precisa e de estarmos aqui por um mandato legalmente conferido pelo povo não o conseguimos tolhendo a expressão da vontade popular. Ao Congresso cabe trazer as sugestões, idéias, colaborando, assim, com o órgão executivo para a realização do bem-estar que o povo tanto deseja.

Ora, não será possível nunca, num órgão unipartidário, que o povo expresse aquilo que pensa, aquilo que deseja. Nem serão os homens que integram o Governo que se irão opor, por atos, através de votos ou manifestações outras, aquelas medidas propostas pelo Governo e que, possivelmente, o Governo julgue boas mas que, depois de aprofundado o estudo, podemos comprovar que não correspondem aos anseios do povo nem visam à melhoria das condições de vida da população.

Quantas vezes temos ouvido, de inúmeros Srs. Parlamentares, manifestações de inconformismo por certos atos, por certas proposições. Mas, obedientes à disciplina partidária, não podem, através de pronunciamentos públicos ou de votação manifestar o seu desaprovo. E aí, então, entra o papel preponderante de uma oposição legitimamente constituída.

Esse projeto de lei, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pretende, estabelecendo vinculação total de todas as esferas eleitorais impedir a verdadeira expressão popular e impor, ao mesmo tempo, o inconformismo da opinião pública, com a vontade daqueles que, eventualmente, detêm o poder.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Oposição tem portanto, o dever, — como têm os eminentes Senadores que compõem a ARENA nesta Casa — de estudar, com toda a calma, com toda a serenidade, a proposta de lei que está consubstanciada no Projeto nº 39, objeto do requerimento de urgência ora em discussão.

Sr. Presidente, sei que eminentes expressões da Aliança Renovadora Nacional também não encontram sentido para urgência de matéria de tão alta significação para a vida política do País.

O Sr. Oscar Passos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com muito prazer.

O Sr. Oscar Passos — É exatamente o que eu desejava manifestar a V. Exa., neste momento. Sem entrar no mérito desta proposição não encontro, em verdade, justificativa para urgência no encaminhamento, neste plenário, em regime de urgência, a matéria por todos os motivos da sua alta gravidade no momento político que vivemos, matéria que não será aplicação senão a 15 de novembro e 1968 quando se realizarão as primeiras eleições neste país em alguns poucos municípios de alguns Estados. Ora, ainda que seja concedida essa urgência pleiteada agora, a matéria não será decidida antes do recesso parlamentar, porque, ainda que corra toque de caixa no Senado, não haverá tempo de fazê-la aprovada na Câmara. Então, cairíamos no vazio. Não por que essa urgência, se depois aí parar mês e meio na Câmara? Mas, então, que procederíamos com mais propriedade, com mais serenidade, se deixássemos dormir o assunto até janeiro. E em janeiro entraríamos na discussão, neste plenário e depois, na Câmara, se for o caso. Porque fazê-la correr agora, como estão querendo elementos da ARENA, para depois parar

um mês e meio, não encontro justificativa, porque a matéria só vai entrar em vigor a 15 de novembro do ano que vem.

O SR. EDMUNDO LEVI — Como disse o eminente Senador Oscar Passos, sei que os eminentes integrantes da ARENA estão também preocupados com esse projeto, que tem tanta importância para a conturbada vida partidária nacional. Por isso, não se pode compreender que um projeto que envolve tantos interesses e oferece tantos aspectos, possa ser discutido e votado, na Casa da serenidade que é o Senado com essa agressão ao tempo, a toque de caixa, como bem disse S. Exa., para depois ficar dormindo até chegar a oportunidade de ser enviado à outra Casa.

Em alguns parlamentos há o costume de se informar a liderança da oposição dos projetos que o Governo tem interesse em discutir e votar no tempo mais curto possível. Então, as lideranças oposicionistas têm informações convenientes sobre aqueles projetos que deverão entrar em pauta.

Um projeto da natureza desse que estamos apreciando deveria merecer uma consideração maior e, ao invés de um requerimento de urgência, proposto unilateralmente, indispensável se tornaria que tivesse havido um entendimento entre as lideranças das duas correntes partidárias que compõem esta Casa. Então, estou certo de que não estaríamos, a esta hora, na contingência de, abusando da paciência dos eminentes senadores, expor as razões em nome dos demais companheiros a que estamos unidos.

Temos a obrigação de negar a urgência requerida. Sempre temos aquiescido a esses pedidos. É uma tradição da Casa. Mas se trata de projetos geralmente já discutidos, já provindos da outra Casa ou estudados convenientemente nas diversas Comissões debatidos, também, quase todos, nas conversas que mantemos no recinto ou fora dele. Entretanto, hoje, temos uma proposição que, sendo da mais alta importância, vem de ser encaminhada ao Plenário sem esse amadurecimento necessário, sem o estudo indispensável sem o exame metódico por todos aqueles que estão caldeados na vida pública parlamentar.

Somos forçados, portanto, a não concordar, quebrando a tradição, com o pedido de urgência formulado para o projeto de lei nº 69.

O Sr. Filinto Müller — V. Exa., permite um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Pois não.

O Sr. Filinto Müller — Nobre Senador, compreendo bem a preocupação que V. Exa. manifesta a respeito da possível aprovação do requerimento de urgência. Devo dizer a V. Exa., que fui procurado por elementos de maior destaque, também da ARENA meu Partido, que manifestaram preocupação idêntica à de V. Exa., e solicitaram...

O SR. EDMUNDO LEVI — Confirmo esse fato, aqui.

O Sr. Filinto Müller — ... providências no sentido de ser retirado esse requerimento de urgência. Não posso, no momento, apresentar pedido à Mesa nesse sentido, porque o requerimento foi formulado pelo eminente Senador Eurico Rezende, e não tenho condições para retirá-lo, o que significaria uma descortesia para com aquele eminente colega. Quero declarar a V. Exa., no entanto, que a preocupação não foi a de fazer uma votação tumultuada do projeto. A preocupação do nobre Senador Eurico Rezende, ao requerer a urgência, foi exclusivamente de pôr em marcha a proposição para provocar, em torno dela, um maior interesse. Uma vez estabeleceu discussão sobre a matéria, V. Exa. sabe perfeitamente que,

aqui entre nós no Brasil, só se discute um assunto quando ele vai ter um efeito imediato. Por exemplo, na época das eleições, cuidamos de alistamento de modificação de leis eleitorais, enfim, de uma série de medidas que anteriormente deveriam ter sido tratadas, quando poderiam ser examinadas com mais tranquilidade. Da mesma maneira, quando se trata de votar um projeto é que os parlamentares cogitam de estudá-lo a fundo, de redigir emendas, etc. Foi portanto, com a intenção de pôr em marcha a matéria de colocá-la em debate, de chamar a atenção sobre ela, que o nobre Senador Eurico Rezende apresentou o requerimento de urgência. Sabe S. Exa., ainda que aprovado o requerimento nesta sessão, seria inútil a urgência, uma vez não haverá tempo, dentro das normas regimentais — porque a tramitação do projeto terá dois turnos — para que a primeira votação se efetue ainda nesta sessão legislativa. V. Exa. sabe que, uma vez requerida a urgência comum, o projeto a que ela se refere só entrará em Ordem do Dia 72 horas após a concessão da medida. Neste caso, se aprovada a urgência hoje, entraria o projeto na sessão de terça-feira. Apresentadas emendas na sessão de terça-feira, o projeto sairia por vinte e quatro horas, e assim só poderia ser anunciada na Ordem do Dia de quarta para quinta-feira. Quinta-feira é dia de encerramento de nossos trabalhos. O nobre Senador Eurico Rezende sabia de tudo isso. Apresentou o requerimento para focalizar o assunto para chamar a atenção sobre a matéria e, não, para promover uma votação tumultuada. A propósito de assunto eleitoral, vou ter a honra de apresentar, amanhã, um projeto, aqui no Senado juntamente com o eminente Líder do MDB — ainda não falei com S. Exa., mas conheço sua visão política, seu patriotismo, e estou certo de que o nobre Líder me honrará com sua assinatura na proposição que vou apresentar. Para este, sim, vou requerer urgência não comum, mas urgência especial, porque convém que o projeto seja aprovado ainda nesta sessão legislativa. É um projeto transferindo a organização dos diretórios municipais para o ano de 1969, pois, evidentemente, não estamos, no Brasil, em condições de organizar os diretórios municipais nos termos da Lei Orgânica dos Partidos, que modificou completamente sua sistemática, em maio do próximo ano, como está previsto na lei. Assim, vou requerer urgência especial, para tranquilizar os partidos e todos os filiados dos partidos no Brasil inteiro. Para isto há necessidade da urgência especial. No caso presente do requerimento do nobre Senador Eurico Rezende, o objetivo de S. Exa. foi exclusivamente o de chamar a atenção para o problema a fim de que ele fosse mais bem estudado e debatido. Terminando este aparte que já está excessivamente longo, e conto com o beneplácito de V. Exa....

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer, nobre Senador!

O Sr. Filinto Müller — ... o nosso ponto-de-vista foi votar o projeto no Senado de forma a que se apresentasse aceitável, para que, na Câmara, onde as correntes se dividem muito mais e há divergência e antinomia sobre vários pontos da matéria, o projeto sofresse um debate mais prolongado, fosse aprovado, e voltasse ao Senado. E nós ficaríamos no comando do projeto. Este o objetivo do requerimento, esta a informação que eu tinha o dever de prestar a V. Exa., reafirmando que a intenção não foi usar do poder da Maioria, usar do poder da força para fazer uma votação que viesse a prejudicar as correntes políticas, ambas, ou aquela que

V. Exa. tão brilhantemente representa neste Senado, o MDB.

O Sr. Oscar Passos — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Ouvirei V. Exa. dentro de alguns momentos.

Agradeço os esclarecimentos do nobre Senador Filinto Müller e aceito que foram esses os motivos que levaram o Senador Eurico Rezende a apresentar requerimento de urgência, ora da minha preocupação.

Concedo o aparte ao Senador Oscar Passos.

O Sr. Oscar Passos — Folgamos, todos nós, em constatar que os eminentes líderes da ARENA reconhecem que, essa matéria não é daquelas que devam ser tratadas em regime de urgência. Folgamos em ter conhecimento de que o pensamento de Suas Excelências é esse, pois, em verdade, como assinala há pouco, não compreendíamos por que matéria dessa gravidade estava tramitando em tão poucas horas, em tão poucos minutos no Senado, para, depois, parar durante um mês e meio. Folgamos, também, eminentes Senadores, em tomar conhecimento da declaração do nobre líder Filinto Müller de que vai apresentar um projeto — este sim — para tramitar em regime de urgência urgentíssima, permitindo a prorrogação dos prazos de organização dos diretórios municipais, fechamento de eleitores, etc. Este assunto foi tratado em comum, pelos líderes do MDB e da ARENA, porque todos verificamos a insuficiência de tempo, nos prazos exigidos que a legislação atual nos permite. Do entendimento havido entre os líderes dos dois partidos surgiu a idéia desse projeto, que tenho a satisfação de ver confirmado pelo nobre líder Filinto Müller, e que será tratado como S. Exa. assinalou, em regime de urgência urgentíssima. Este virá resolver os problemas, não apenas da ARENA como do MDB.

O Sr. Filinto Müller — Peço ao nobre Senador Edmundo Levi que me permita completar com uma informação o aparte que dei. Examinei o projeto de sublegendas; procurei ouvir, auscultar a opinião de vários parlamentares do Senado e da Câmara e das duas correntes políticas que temos atualmente no País; formulei já uma série de emendas — nove emendas — e, posso adiantar a V. Exa. e ao Senado, que as emendas por mim apresentadas, se aceitas, tirarão do projeto uma grande parte do aspecto polémico que ele poderia ter. Entendo que as emendas que formulei harmonizam muitos mais as várias correntes de opinião, do que o projeto no seu texto original. Era o esclarecimento que queria apresentar a Vossa Exa. e peço desculpas por ter recuado tanto tempo do seu brilhante discurso.

O SR. EDMUNDO LEVI — Honro-me com o aparte do nobre colega e, ao mesmo tempo, comprovo que suas informações, sobretudo aquelas atinentes à apresentação de emendas, demonstram que há realmente necessidade de que se retire esse pedido de urgência para que estudemos, como deve ser estudado, o projeto ora em discussão.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Pois não. Com prazer.

O Sr. Aloysio de Carvalho — O ilustre Senador Filinto Müller, em aparte a V. Exa., informou que apresentaria amanhã um projeto, prorrogando os prazos para as inscrições dos eleitores e, consequentemente, para a constituição dos diretórios municipais. Não compreendi se S. Exa. apresentará projeto ou se pedirá urgência urgentíssima para o mesmo, porque, salvo engano, na Câmara dos

Deputados está em tramitação projeto com idêntico objetivo, apresentado pelo Sr. Deputado Ulysses Guimarães. Gostaria que V. Ex.^a esclarecesse o assunto ou pedisse ao Sr. Senador Filinto Müller dirimisse a dúvida.

O SR. EDMUNDO LEVI — Como foi dado o aparte pelo Sr. Senador Filinto Müller, S. Ex.^a é que está indicado para prestar a informação.

O Sr. Filinto Müller — Com a devida vênio de V. Ex.^a informarei ao nobre Senador Aloysio de Carvalho que o projeto apresentado pelo Deputado Ulysses Guimarães, na Câmara dos Deputados, disciplina vários aspectos da lei eleitoral, da Lei Orgânica dos Partidos, referente à criação de diretórios, organizações, etc. Mas o projeto que pretendemos oferecer à apreciação do Senado é muito mais simples, não faz outra coisa senão transferir a data da realização das convenções municipais, regionais e nacionais. E adianto mais ao nobre Senador Aloysio de Carvalho e aos nobres Srs. Senadores: esse projeto me foi trazido, ontem, no Senado, ao meu gabinete, pelo eminente Deputado Ulysses Guimarães. Disse-me ele que, como o dele será polêmico em vários de seus aspectos, exigirá um exame muito mais demorado e as discussões poderão prolongar-se por muito tempo. O prazo para organização de diretórios municipais começando a partir de janeiro, com inscrições, filiação de eleitores, etc., e a realização da convenção municipal será em maio. Mas há os atos preliminares de encerramento de filiação, de apresentação de candidatos que comecem com três meses de antecedência. Então o próprio Deputado Ulysses Guimarães, tendo tido entendimento com os componentes integrantes da direção do MDB, procurou o eminente Senador Daniel Krieger, Presidente da ARENA e nosso Líder no Senado, e submeteu uma sugestão que considero necessária à apreciação do Senador Daniel Krieger. O Senador Daniel Krieger ouviu não-somente os Senadores como os Deputados de ambas as facções políticas, e depois comunicou ao Deputado Ulysses Guimarães que se entendesse comigo para que eu, como Líder da ARENA, promovesse a apresentação do projeto no Senado. Este é um projeto que adia puramente, enquanto o de S. Ex.^a na Câmara é longo e polêmico sob certos aspectos e não poderá ser aprovado em tempo útil para produzir seus efeitos, antes da convocação da Convenção Municipal marcada, por lei, para o primeiro domingo de maio do próximo ano.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Estou satisfeito com o esclarecimento prestado pelo nobre Senador Filinto Müller e verifico que o projeto de sua autoria, a ser apresentado amanhã, é diverso, no objetivo, do projeto do nobre Deputado Ulysses Guimarães. Embora o Projeto do Sr. Deputado Ulysses Guimarães consigne prazo para a conclusão das inscrições, por forma indireta, até porque marcando a data da reunião para eleição do Diretório Municipal, declare que só só votarão, nessas eleições, os que estiverem inscritos no Partido até — se não me engano — 45 dias antes da eleição do Diretório, acho que, para o Projeto do nobre Senador Filinto Müller, justifica-se a urgência urgentíssima, e se houvesse urgência ainda mais urgente do que a urgentíssima, nós todos estaríamos apoiando a iniciativa de Sua Ex.^a.

O Sr. Oscar Passos — Teria também, o nosso apoio.

O SR. EDMUNDO LEVI — Creio que o nobre Senador Aloysio de Carvalho foi suficientemente esclarecido a respeito do assunto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores — Estou certo de que o Projeto nº 99 será objeto de um estudo demorado por parte de todo o Senado. Quero, aqui, agradecer as manifestações e as informações, que me prestaram e prestaram ao Plenário os eminentes Senadores que me apartearam.

Dai, Sr. Presidente, Srs. Senadores, na esperança de que possamos dar um instrumento legal capaz de atender às aspirações populares e partidárias, congratulo-me com a liderança da ARENA pelo cuidado que demonstrou através da palavra dos seus líderes, no trato de tão importante e tão significativa proposição. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador Daniel Krieger.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, tendo o eminente Líder da ARENA, Senador Filinto Müller, explicado, com tanta precisão, as nobres intenções que inspiraram o Senador Eurico Rezende, quando requereu essa urgência, a mim só me cabe agora, devidamente autorizado por ele, pedir a retirada do requerimento.

Aproveito, no entanto, a oportunidade, já que se fez referência a um outro projeto, para dizer que a convenção nacional da ARENA, embora pela lei seja prorrogada até setembro, será realizada no começo do ano que vem, onde o Presidente Nacional do partido debaterá o programa do partido e entregará à convenção a direção que exerce, para que ela decida soberanamente. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O requerimento do Senador Eurico Rezende foi apresentado em nome da Liderança.

Assim sendo, os Srs. Senadores que concordam com a retirada do requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

É o seguinte o requerimento aprovado:

REQUERIMENTO

Nº 1.104, de 1967

Nos termos do art. 326, nº 10 do Regimento Interno, requeremos a retirada do Requerimento nº 1.086, de 1967, em que solicitamos urgência para o Projeto de Lei do Senado número 69, de 1967, que regula a substituição de Sublegendas, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 1967. — Daniel Krieger.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em nome da liderança do MDB, agradeço ao nobre Senador Daniel Krieger e aos seus companheiros de bancada o espírito de compreensão que, afinal, presidiu a decisão desta matéria.

Dada a importância do projeto, o envolvimento de aspectos tão delicados do ponto de vista do próprio mecanismo do regime representativo, tudo realmente estava a aconselhar que não precipitássemos o exame da proposição. Podemos, afinal, demonstrar, nesta Casa, que acima das nossas divergências partidárias, há sempre um instante em que prevalece o espírito público no bom exame da matéria para elaboração das leis. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há orador inscrito. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra vou encerrar a sessão convocando, antes, os Senhores Senadores para uma sessão extraordinária, às 18 horas e 30 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 93 DE 1967

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 93, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que exonera, a pedido, Jayme de Rezende Pacheco, Motorista, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 94 DE 1967

Discussão em turno único, do Projeto de Resolução nº 94, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia taquígrafos habilitados em concurso público, para o Quadro da Secretaria do Senado Federal.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 95 DE 1967

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 95, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta Martha dos Santos Crespo de Castro, Taquígrafa de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado.

ESCOLHA DE PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem número 555-67 (nº 781-67, na Presidência da República), de 22 de novembro de 1967, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a indicação do Doutor Décio Meirelles de Miranda, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA (DINAMARCA)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 544, de 1967 (nº 762-67 na Presidência da República) pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Embaixador Manuel Antônio Maria de Pimentel Brandão para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil, junto ao Reino da Dinamarca.

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA (PARAGUAI)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 545, de 1967 (nº 763-67 na Presidência da República), pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Embaixador Mário Tareu Borges da Fonseca para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Paraguai.

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA (GOVERNO DA REPÚBLICA DOMINICANA)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 554, de 1967 (nº 775-67 na Presidência da República), pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Lucillo Haddock Lobo para exercer a função, em Comissão, de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República Dominicana.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18,10 horas)

ATA DA 215ª SESSÃO, EM 24 DE NOVEMBRO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura (Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: MOURA ANDRADE E EDMUNDO LEVI

As 18 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena
José Guilomard
Oscar Passos
Flavio Brito
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Milton Trindade
Cattete Pinheiro
Moura Palha
Clodomir Millet
Sebastião Archer
Victorino Freire
Petrônio Portela
Sifredo Pacheco
Menezes Pimentel
Paulo Sarasate
Wilson Gonçalves
Duarte Filho
Dinarte Mariz
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Domício Gondim
Pessoa de Queiroz
José Ermirio
Teotônio Vilela
Rui Palmeira
Leandro Maciel
Júlio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Carlos Lindenberg
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Torres
Marcello de Alencar
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Milton Campos
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Carvalho Pinto
Lino de Mattos
Moura Andrade
João Abrahão
José Feliciano
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Filinto Müller
Bezerra Neto
Ney Braga
Adolpho Franco
Mello Braga
Celso Ramos
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondim
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de Srs. Senadores. Há número registo tal, declaro aberta a sessão. Vota-se a ata.

O Sr. 2º Secretário procede leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o quinto

EXPEDIENTE

OFÍCIO:

ESTADO DE GOIÁS

Ofício nº 208-67, de 20 de novembro de 1967, do Governador do Estado. Ao Senado Federal.

Assunto: Solicita licença para importação, com financiamento, de tintas de estêreis destinados à agricultura.

Anexos: 1) Contrato celebrado entre o Estado de Goiás e a Fiat S.p.

2) Nº 6.791, de 13 de novembro de 1967 (*Diário Oficial* de 16 de novembro de 1967).

3) Contrato com a firma Moto Agrícola S. A., para prestação de assistência técnica.

4) Carta do Banco do Estado de Goiás, S. A., sobre concessão de aval.

5) Carta do Banco Mineiro do Oeste, S. A., sobre concessão de aval.

6) Decreto nº 299, de 20 de novembro de 1967 (*Diário Oficial* de 20 de novembro de 1967).

7) Empenho nº 1, de 20 de novembro de 1967, a favor de Fiat S.p.A. e de sua subsidiária Moto Agrícola Sociedade Anônima.

PARECERES

Parecer nº 902, de 1967

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1967 (nº 609-B-67, na Casa de origem), que prorroga, por 180 (cento e oitenta) dias, o prazo estabelecido no art. 11 da Lei nº 5.276, de 24 de abril de 1967, que dispõe sobre a profissão de nutricionista, regula o seu exercício, e dá outras providências.

Relator: Senador Clodomir Millet.

Com a Mensagem nº 635, de 1967, o Sr. Presidente da República encaminhou, à apreciação do Congresso Nacional, o projeto de lei sob exame, que objetiva prorrogar, por 180 (cento e oitenta) dias, o prazo estabelecido no art. 11 da Lei nº 5.276, de 24 de abril de 1967, para que os diplomados em curso de Nutricionista e Dietista requeiram o registro profissional de seu diploma.

Na Exposição de Motivos, dirigida ao Sr. Presidente da República pelo Ministro do Estado da Educação e Cultura, está dito o seguinte:

"Em atenção ao pedido da Associação das Nutricionistas da Universidade de São Paulo e considerando as dificuldades em que se encontram os Nutricionistas de cumprirem o prazo estabelecido no art. 11, da Lei nº 5.276, de 24 de abril de 1967, conforme ficou demonstrado em exposição que me foi apresentada, tenho a honra de propor a Vossa Excelência a alteração da referida Lei para que seja prorrogado, por 180 dias, o prazo estabelecido na já citada Lei, durante o qual os diplomados até a data da Lei deveriam requerer o registro profissional de seu diploma".

Como se observa, a medida substanciada na proposição visa a proporcionar mais seis meses de prazo para aqueles profissionais que ainda não satisfizeram, por exiguidade de tempo, as várias exigências contidas na Lei nº 5.276, de 24 de abril de 1967.

Assim, opinamos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1967 — Wilson Gonçalves, Presidente — Clodomir Millet, Relator — Rui Palmeira — Antônio Balbino — Paulo Tórreres — Petrólio Portela.

Parecer nº 903, de 1967

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1967 (nº 703-B-67, na Casa de origem), que estende às sociedades concessionárias de serviço público de energia elétrica, cujo controle acionário tiver sido ou vier a ser adquirido pelas Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — Eletrobrás — o disposto no art. 16 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, e dá outras providências.

Relator: Senador Paulo Tórreres.

O Senhor Presidente da República, na forma do art. 54, parágrafos 1º

e 2º, da Constituição Federal, encaminhou, ao Congresso Nacional, o presente projeto de lei, que estende às sociedades concessionárias de serviço público de energia elétrica, cujo controle acionário for adquirido pela Eletrobrás, o disposto no art. 16 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, e dá outras providências.

A proposição faz acompanhar-se de Exposição de Motivos do Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia.

A proposição faz acompanhar-se de Exposição de Motivos do Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia.

Do estudo da matéria, conclui-se que o projeto tem por finalidade eliminar as dificuldades que a Eletrobrás vem encontrando na administração de algumas empresas subsidiárias, cujo controle acionário adquiriu e que foram criadas por leis especiais que regulam suas estruturas e funcionamento.

A extensão do disposto no citado dispositivo legal a essas sociedades virá, certamente, eliminar as dificuldades referidas, possibilitando à Eletrobrás a administração uniforme de todas as suas subsidiárias.

O projeto determina, ainda, a revogação das leis especiais referentes à constituição e funcionamento das subsidiárias em questão providência esta que possibilitará a plena aplicação do mencionado art. 16 da Lei nº 3.890-A, no que tange a parte referente à limitação de poderes das Assembleias Gerais das mesmas sociedades, quanto à elaboração e alteração de seus estatutos.

Assim sendo, somos de opinião que o projeto atinge o seu objetivo, razão pela qual nos manifestamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1967 — Wilson Gonçalves, Presidente — Paulo Tórreres, Relator — Clodomir Millet — Rui Palmeira — Antônio Balbino — Petrólio Portela.

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1967 (nº 703-B-67, na Casa de origem), que estende às sociedades concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, cujo controle acionário tiver sido ou vier a ser adquirido pelas Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — Eletrobrás — o disposto no art. 16, da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, e dá outras providências.

Relator: Senador Adolpho Franco

O Projeto em exame, de iniciativa do Senhor Presidente da República, veio ao Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, com a Mensagem número 693, de 1967.

Objetiva a proposição estender às empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica, cujo controle acionário tiver sido ou vier a ser adquirido pelas Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — Eletrobrás — o disposto no art. 16, da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961 e revogar disposições de lei especiais referentes à constituição e funcionamento das sociedades concessionárias que impliquem em limitação dos poderes de suas Assembleias Gerais, quanto à reforma dos respectivos estatutos.

A Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem esclarece muito bem a necessidade que a Eletrobrás tem em ordenar e adaptar os estatutos das sociedades aludidas à sua estrutura administrativa. O disposto no art. 16 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, se refere apenas a empresas organizadas pela Eletrobrás. Ocorre, porém, que, pelo mesmo di-

ploma legal, a Eletrobrás tornou-se acionista majoritária de empresas que não foram por ela constituídas e sim criadas por leis especiais, que dispõem sobre sua estrutura e funcionamento. O Projeto corrige essa anomalia ao estender, às sociedades concessionárias não organizadas pela Eletrobrás, o disposto no citado diploma legal.

E' de se atentar para a importância da matéria, que possibilita à Eletrobrás a ordenação e uniformização das normas que regem as empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica, sob seu controle acionário.

Assim sendo, considerando que a proposição atende aos objetivos visados, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1967. — Argenirio de Figueiredo, Presidente — Adolpho Franco, Relator — Leandro Maciel — José Leite — Clodomir Millet — Carvalho Pinto — José Ermirio — Júlio Leite — Pessoa de Queiroz — Bezerra Neto.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O expediente que foi lido será publicado.

Não há oradores inscritos. (Pausa.)

Vai-se passar à

ORDEM DO DIA

O SR. DANIEL KRIEGER:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Daniel Krieger.

O SR. DANIEL KRIEGER:

Sr. Presidente, requeiro a inversão da Ordem do Dia, para ser votada, em primeiro lugar, a matéria de caráter secreto.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O nobre Senador Daniel Krieger requer inversão da Ordem do Dia para efeito de ser votada, em primeiro lugar, a matéria que deve ser apreciada em sessão secreta. (Pausa.)

Não havendo objeção, considero como deferido o requerimento.

Assim, serão votadas, em primeiro lugar, as matérias seguintes:

Discussão em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 555-67 (nº 781-67, da Presidência da República), de 22 de novembro de 1967, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a indicação do Doutor Décio Meirelles de Miranda para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 544 de 1967 (nº 762-67 na Presidência da República) pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Embaixador Manuel Antônio Maria de Pimentel Brandão para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil, junto ao Reino da Dinamarca.

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 545, de 1967 (nº 763-67 na Presidência da República), pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Embaixador Mário Tancredo Borges da Fonseca para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil, junto ao Governo da República do Paraguai.

Discussão, em turno único do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 554, de 1967 (nº 775-67 na Presidência da República) submete ao Senado a escolha do Sr. Lucílio Haddock Lobo

para exercer a função, em Comissão, de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, junto ao Governo da República Dominicana.

Tratando-se de matéria a ser apreciada em sessão secreta, nos termos do Regimento, solicito aos Srs. Funcionários da Mesa que tomem as providências de direito.

(A sessão transforma-se em secreta às 18 horas e 55 minutos e volta a ser pública às 19 horas e 20 minutos)

O SR. PRESIDENTE.

(Edmundo Levi) — A sessão volta a ser pública.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 93, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que exonera a pedido, Jayme de Rezende Pacheco, Motorista, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. — (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à Comissão Diretora para a redação final.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 93 — DE 1967

Exonera, a pedido, Jayme de Rezende Pacheco, Motorista, PL-10 do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' exoneração, a pedido, de acordo com o art. 85, letra c, item 2, do Regimento Interno do cargo de Motorista, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Jayme de Rezende Pacheco

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 94, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia taquígrafos habilitados em concurso público, para o Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à Comissão Diretora para a redação final.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 94 — DE 1967

Nomeia taquígrafos habilitados em concurso público, para o Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. São nomeados, de acordo com o artigo 85, alínea c, item 2, do Regimento Interno, para os cargos de Taquígrafo de Debates, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Vera Lucia Tollen- dal Pacheco, Alzira dos Santos Magalhães, Paulo Luiz Bastos Serejo e Maria Helena Taveira Dias, habilitados em concurso público.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 95 de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta Martha dos Santos Crespo de Castro, Taquígrafa de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado.

Em discussão.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovarem permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à Comissão Diretora para a redação final.

E o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 95 — DE 1967**

Aposenta Martha dos Santos Crespo de Castro, Taquígrafa de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentada, de acordo com o § 1º do art. 177, da Constituição Federal, combinado com os artigos 345 e 346, item II da Resolução nº 6, de 1960, e o art. 1º da Resolução nº 16, de 1963, a Taquígrafa de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Martha dos Santos Crespo de Castro.

O SR. PRESIDENTE:

(Mora Andrade) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Lembro aos Srs. Senadores que haverá, hoje, sessões conjuntas do Congresso Nacional, às 21 e 21,30 horas.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 24 de novembro de 1967
(Sexta-feira)

1

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 122 — DE 1967**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 1967 (nº 586-B-67, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que concede pensão especial à família do Inspetor Eletrotécnico Ariete de Souza, tendo Parecer favorável, sob nº 856, de 1967, da Comissão de Finanças.

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 123 — DE 1967**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1967 (nº 617-B, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que concede pensão especial ao cidadão brasileiro Leopoldo Jacob Arnt, ex-proprietário da antiga Navegação Arnt, do Rio Grande do Sul e das outras providências, tendo Parecer favorável, sob nº 855, de 1967, da Comissão de Finanças.

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 68 — DE 1967**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 1967, de autoria do Sr. Senador Filinto Müller, que considera de utilidade pública o Touring Club do Brasil, tendo Pareceres Favoráveis, sob ns. 850 e 851, de 1967 das Comissões — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; — de Finanças.

REQUERIMENTO

Nº 1.028 — DE 1967

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 1.028, de 1967, do Senhor Senador José Ermirio de Moraes, solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre a razão por que o Banco do Brasil não utilizou em maior quantidade a sua linha de crédito e porque o Brasil possui linha de crédito menor do que o México, tendo Parecer Favorável, sob nº 857, de 1967, da Comissão de Finanças.

PARECER

Nº 833 — DE 1967

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, nº 833, de 1967, sobre o Requerimento nº 917, de 1967, de autoria do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando seja feita transcrição nos Anais da Casa do artigo "Revolução e os Judeus", de autoria do Sr. Paulo de Castro, publicado no "Correio da Manhã" de 18.10.67. (Parecer favorável).

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 25 minutos.)

**CONCURSO PÚBLICO PARA
MOTORISTA**

Chamada para a segunda prova

**CÓDIGO NACIONAL DO TRÁFEGO
E O AUTOMÓVEL E SUAS PARTES
PRINCIPAIS**

Os candidatos abaixo relacionados aprovados no exame de Português, ficam convocados para, às 14 (quatorze) horas do dia 25 (vinte e cinco) de novembro de 1967, no Plenário da Câmara dos Deputados, prestarem a prova escrita de Código Nacional do Tráfego e o Automóvel e suas partes Principais.

Inscrição — Nome

1. Luiz Gonzaga Pires de Castro
6. Walter Rocha Sampaio
12. Raimundo Nonato de Brito
23. Zacarias Lima Vanderley
30. José Alves Ribeiro
35. Fernando de Oliveira Souza
36. Gil do Vale
41. José de Souza Tavares
45. Mauro Bernardes Miguel
50. Antônio José de Souza
51. Joaquim de Oliveira Carvalho
54. Lair Pinto Lopes
57. Assis Nunes Feitosa
59. Luiz Carlos de Alvarenga
67. Laercio Bastos Damasceno
74. Jesus da Galileia Azevedo
80. Joarecy Ramalho
82. Francisco Ladislau Ribeiro
88. João Rodrigues de Souza
89. José Milton André
91. Maurício Batista
92. Antônio de Pádua Ponte Guimarães
103. Ehrlich Brill
110. José Pôrto de Moraes
111. Adriano Trindade
112. Josenir Ramalho
114. Tarciso Mariano Santana
123. Jaime Barreir Reis
124. José Batista de Oliveira
126. José Antônio Cruz dos Santos
127. Nelson Augusto Pires
135. Carlos Adolpho de Jesus
141. José Alcino Barbosa
142. José Geraldo de Andrade
144. Antônio Gonçalves de Alvarenga
145. José Maria Lima de Macedo
149. Manoel Constantino dos Santos
151. Paulo Esmarck Coelho
153. João Roberto Roivo
157. Mário Silva Santos
160. José Cardoso Dantas
162. Fernando Nogueira Martins

163. José de Carpos Guimarães
164. Celestino Pereira dos Santos
166. Francisco Elias de Araújo
168. Nêvio Campo Saigado
170. Guido de Assis Rocha
181. José da Silva Garrote
188. Humberto Barbosa Galvão
192. Valdemiro José Lucindo
203. Geraldo Araújo Ferreira
207. Laurencio dos Passos
208. Joviano Fiel dos Santos
210. Anísio Martins Ferreira
211. Paulo Baratti
214. Antônio Veríssimo da Silva
215. Manoel Luiz da Silva
222. Abel Teixeira Castello Branco
223. Humberto Américo
228. José de Oliveira Rêgo
237. Herculio Fernandes
242. Tarcio Marques de Souza
245. José Geraldo da Costa
248. Mário Anacleto
250. Alberto Barra Martins
254. João Batista da Silva
260. José Adauto Peres
262. Evandro Rodrigues da Silva
271. Elias Baptista
273. Antônio Cyo Filho
279. Zadir Ribeiro
281. Moisés de Oliveira Braga
283. Raimundo Nonato Nunes
285. Wanderlan Gomes Prata
288. Sirineu Lasmair de Mello
290. Haroldo Ribeiro Alves
291. Juliano de Cerqueira
293. Adão da Costa Nunes
295. Pacifico Simão de Sá
296. Haron Prates Saraiva
298. Antonio Moreira
306. Carlos Ribeiro
311. Ney Drumond Soares
315. Merco Cecilio
317. Waldemar Gomes Teixeira
320. Jayme Coelho
321. José Francisco de Souza Dutra
324. Walter Antônio Freire de Oliveira
328. Herly Salvador
329. Manoel Carlos Almeida
336. Japhé Tinoco dos Santos
338. José Geraldo Cardoso
340. Edson Melo
341. José Carlos Rodrigues Fontenele Viana
342. Altamiro Valdecir Siqueira
343. Nilton Severino Baccelo
345. José Ribamar Porfírio
346. Ulisses Schell
351. Syllas de Oliveira Matafala
352. Francisco Xavier da Cruz Nunes
353. Ary Luz Lima
356. Marcelo Romano Fernandes de Sant'anna
360. João Resende Filho
361. Edson Gonçalves de Alvarenga
362. Haroldo Teixeira
368. Ananias Jacinto Pereira

371. Edegard de Brito Castro
372. Joaquim Araújo Cardoso
373. Rivaldo Sousa Araújo
384. Darwin Araújo de Carvalho
389. Ezequiel Burgos Filho
390. Zuzur Pacheco Temer
394. Joaquim Raimundo Coimbra
402. Anphilophio Pereira da Silva
408. Carlos de Araújo
410. Wanderley Antônio de Siqueira
412. Celso Mauro de Moraes
413. Severino Alves de Araújo
414. Waldyr de Araújo Silva
417. Nestor dos Santos
421. Aldo Hiroshi Kawashima
422. Ary Gomes de Oliveira
424. Sebastião de Lima e Silva
425. Jayme Azfa
428. Antonia Rodrigues de Sant'ana
430. José Castro de Lima
440. Paulo Arantes de Araújo
441. Nelson Nascimento
443. Cezário Silveira de Souza
444. José Pacheco de Pinho
445. Francisco Pires de Aragão
454. Francisco Gas Chagas Fontenele
463. Aldo da Costa Monteiro
467. Wilson Gonçalves Ramos
471. Ary de Arruda Luna
482. Jost Sales do Couto
488. Audenil Rodrigues de Oliveira
489. Djamilton Marques de Melo
492. Eduardo Machniewicz
495. Antônio Santos Rigaud
499. Sebastião Alves de Siqueira
500. Evandro Alves de Queiroz
511. Edwar Guimarães Alves
512. Francisco José Guimarães Neto
514. Agumaldo da Costa
521. Aristides dos Santos
523. José Pereira de Andrade
525. José Conceição de Souza Lima
528. Divini Nascimento
529. Roberto Alves Peixoto
531. Florentino Pereira de Souza
541. Sinival Rayhael de Oliveira
545. Raimundo Nonato de Carvalho
551. Francisco de Assis Pinheiro
552. Odilon Pereira de Araújo
553. Elcio José Janiques
558. Elisário Bezerra Filho
559. Cleblio Cabral de Souza
561. João Alves Pinto
562. Alexandre Vieira Filho
574. Pedro Américo Bezerra
577. Antônio de Oliveira Bastos
579. Paulo Rodrigues de Sousa
581. João Luiz Maciel Torres
589. Sebastião Rosa Filho
590. Waldevino Felix Braga
593. Egito Passato
595. Jeová de Pinho Tavares
596. Múcio Rodrigues de Araújo
599. Amaury Faleiro
606. Raphael di Vaio

Secretaria do Senado Federal, em
de novembro de 1967.

ATA DAS COMISSÕES

Comissão Mista para estudo do Projeto de Lei número 15, de 1967, que "Provê sobre a isenção de taxas de melhoramentos dos Portos e renovação da Marinha Mercante, dos equipamentos importados pelo Ministério da Educação e Cultura, nas condições que especifica."

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 1967

As dezessete e trinta horas do dia quatorze de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na sala de reuniões da Comissão de Justiça do Senado Federal, sob a presidência do Senador Teotônio Vilela, Presidente, presentes os Srs. Senadores Victorino Freire, Leandro Maciel, Wilson Gonçalves, Menezes Pimentel, Atílio Fontana, Bezerra Neto, Pedro Ludo-

vico, Marcelo Alencar, Aarão Steinbruch e os Srs. Deputados Cícero Dantas, Romano Massignan, Padre Nobre, João Borges, Altair Lima e Mata Machado reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer do Projeto de Lei nº 15, de 1967, que "provê sobre a isenção de taxas de melhoramentos dos Portos e Renovação da Marinha Mercante, dos Equipamentos Importados pelo Ministério da Educação e Cultura", nas condições que especifica.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs. Deputados Clóvis Pestana, Lúcio Ribeiro, Raimundo Parente, Fausto Cayoso e o Sr. Senador Eurico Rezende.

Fé lida e aprovada a ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente declara aberta a sessão e passa a palavra ao Relator da matéria.

Com a palavra o Senhor Deputado Padre Nobre que lê o seu parecer, concluindo pela rejeição do Projeto, por inconstitucional.

Submetido o parecer à discussão e votação o Sr. Senador Aarão Steinbruch pede vista do Projeto.

O Senhor Presidente, deferindo o requerido pelo Sr. Senador Aarão Steinbruch, declara encerrados os trabalhos e convoca os Senhores membros para uma nova reunião no dia dezesseis, às dezesseis horas e trinta minutos, a fim de que seja concluída a discussão e votação do Parecer.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, e para constar, eu, Carmelita de Sousa, Secretária lavrei a presente ata que, uma vez lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão.

ATA DA TERCEIRA REUNIAO, REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 1967

As dezesseis horas e trinta minutos do dia dezesseis de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores, sob a presidência do Sr. Senador Teotônio Vilela, Presidente, presentes os Srs. Senadores Victorino Freire, Wilson Gonçalves, Atílio Fontana, Aarão Steinbruch, Marcelo Alencar e os Srs. Deputados Cicero Dantas, Clóvis Pestana, Raimundo Freire, Romano Massignan, Padre Nobre, João Borges e Mata Machado, reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer do Projeto de Lei nº 15, de 1967 (CN), que "prevê sobre a isenção de taxas de Melhoramentos dos Portos e Renovação da Marinha Mercante, dos equipamentos importados pelo Ministério da Educação e Cultura", nas condições que especifica.

E' lida a ata da reunião anterior e em seguida aprovada.

O Senhor Presidente declara aberta a sessão destinada à conclusão do estudo da matéria, em face do pedido de vista do Sr. Senador Aarão Steinbruch que passa a ler o seu voto.

Colocado em discussão, usam ainda da palavra o Sr. Senador Marcelo Alencar e Deputados João Borges, Mata Machado, que se manifestam favoráveis ao parecer emitido na última reunião pelo Sr. Deputado Padre Nobre.

Submetidos, os pareceres, à votação, é pela maioria da Comissão, aprovado o voto do Sr. Aarão Steinbruch e transformado o parecer da Comissão, e o parecer do Senhor Relator é transformado em voto em separado.

A seguir, os Senhores Congressistas assinam o parecer tendo os Srs. Marcelo Alencar, João Borges, Mata Machado e Padre Nobre, assinado vencido.

Encerrando, o Relator do Projeto agradece aos Senhores membros que colaboraram com subsídios para melhor elucidação e andamento dos trabalhos, no que é secundado pelo Sr. Presidente.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, e para constar, eu, Carmelita de Sousa, Secretária lavrei a presente ata que, uma vez lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão.

Comissão Mista para estudo e parecer ao Projeto de Lei nº 16, de 1967 (C.N.), que "Autoriza a Instituição da Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências.

ATA DA 2ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 1967

As dezesseis horas e trinta minutos do dia quatorze de novembro de mil

novecentos e sessenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador Adalberto Sena, Presidente, presentes os Senhores Senadores José Guionard, Aloysio de Carvalho, Fernando Corrêa, Clodomir Millet e Vasconcelos Tórres e os Srs. Deputados Maia Neto, Luiz Braga, Miguel Couto, Hanequim Dantas, Aldo Fagundes e Hélio Gueiros, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Projeto de Lei número 16, de 1967, (C.N.), que "autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências".

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Srs. Senadores Raul Giuberti, Carlos Lindenberg, Aurélio Vianna, Josephat Marinho e Ruy Carneiro e os Srs. Deputados Jonas Carlos, José Lindoso, Alberto Hoffmann, José Burnett e José Freire.

E' dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior, sendo a mesma dada como aprovada pela Comissão.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente comunica aos presentes que o objetivo da Reunião é tomar conhecimento e deliberar sobre o Parecer do Sr. Senador Vasconcelos Tórres, Relator, ao Projeto e às emendas oferecidas ao mesmo, e concede a palavra ao Sr. Relator.

Inicialmente, o Sr. Relator faz considerações sobre a matéria, procedendo a seguir à leitura do seu Parecer, que conclui favoravelmente ao texto original do Projeto e pela rejeição de ambas as emendas propostas pelos motivos que justifica.

Concluída a exposição do Sr. Relator, o Sr. Presidente declara em regime de discussão a matéria e concede a palavra ao Sr. Deputado Maia Neto que, na qualidade de Membro da Comissão e de autor das emendas, passa a defendê-las.

O Sr. Presidente determina a seguir que será votado preliminarmente o Parecer do Sr. Relator sobre o Projeto, sem prejuízo das emendas.

Em votação, é o Parecer do Sr. Relator aprovado pela Comissão, ressalvadas as emendas, que serão posteriormente estudadas e votadas.

Finalmente, o Sr. Presidente decide, após consultar a Comissão, que as emendas serão apreciadas em nova Reunião, e convoca os presentes para as dezesseis horas do dia quinze do corrente, com aquela finalidade.

E, nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 3ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 1967

As dezesseis horas do dia quinze de novembro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador Adalberto Sena, Presidente, presentes os Srs. Senadores Aloysio de Carvalho, Fernando Corrêa, Clodomir Millet, Raul Giuberti Vasconcelos Tórres, José Guionard, Aurélio Vianna e Ruy Carneiro e os Srs. Deputados Maia Neto, Luiz Braga, Miguel Couto, José Lindoso, Alberto Hoffmann, Hanequim Dantas, Aldo Fagundes e Hélio Gueiros, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e Parecer ao Projeto de Lei nº 16, de 1967 (C.N.), que "autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências".

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Srs. Senadores Carlos Lindenberg e Josephat Marinho e os

Srs. Deputados Jonas Carlos, José Burnett e José Freire.

E' lida e sem debates aprovada a ata da reunião anterior.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente lembra aos presentes que a Reunião em tela tem por motivo a discussão e votação das emendas apresentadas ao Projeto e que o Parecer do Sr. Relator, Senador Vasconcelos Tórres, havia sido aprovado sem prejuízo das emendas, na reunião anterior.

A seguir, comunica que, na forma regimental, foram apresentados dois requerimentos de destaque, ambos de autoria do Deputado Maia Neto e referentes às Emendas de ns. 1 e 2, respectivamente, e concede a palavra ao requerente.

Iniciando sua explanação, o Senhor Deputado Maia Neto discorre sobre os motivos que o levaram à apresentação das emendas e analisa os objetivos da de nº 1.

Em prosseguimento, o Sr. Presidente dá a palavra ao Relator para que apresente seu parecer sobre a Emenda nº 1, ocasião em que o Senhor Senador Vasconcelos Tórres reitera seu ponto de vista contrário à mesma, concluindo por solicitar ao autor que retire o destaque, no que é atendido.

Em consequência, o Sr. Presidente declara rejeitada a Emenda nº 1 e determina regime de discussão para a de nº 2, concedendo a seguir a palavra ao Sr. Deputado Maia Neto, autor da emenda e do destaque.

Defendendo a alteração que propôs ao projeto, o orador ressalta o fato de, no seu entender, ganhar o texto mais precisão se adotada a alteração proposta.

A seguir, usa da palavra o Senhor Deputado José Lindoso, que declara estar solidário com o Parecer do Senhor Relator, cuja aprovação, também no tocante às emendas, defende.

Em prosseguimento, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Vasconcelos Tórres, Relator, que reitera seu pronunciamento, contrário à emenda.

Encerrada a discussão, o Sr. Presidente coloca em votação a Emenda nº 2, que é aprovada por sete votos contra cinco.

O Sr. Senador Vasconcelos Tórres lamenta a aprovação da emenda, que considera nociva, e pede ao Sr. Presidente que designe outro membro da Comissão para relatar o vencido.

O Sr. Presidente ressalta a valiosa participação do Sr. Senador Vasconcelos Tórres na Comissão Mista, como Relator, destacando a precisão do Parecer elaborado e, em atendimento à solicitação formulada, designa o Sr. Deputado José Lindoso para suceder ao Sr. Senador Vasconcelos Tórres nas funções de Relator da Comissão.

Em seguida, o Sr. Presidente comunica haver recebido, subscrita pela maioria dos presentes, emenda assinada em primeiro lugar pelo Senhor Deputado Aldo Fagundes, nos termos regimentais, a qual submete a discussão e votação.

Usando da palavra, o Sr. Senador Ruy Carneiro declara-se favorável à emenda, no que é apoiado pelo Senhor Deputado Aldo Fagundes, que usa a seguir da palavra, defendendo a alteração proposta.

Em votação, é a emenda aprovada como de autoria da Comissão unanimemente.

Fica estabelecido que o Sr. Relator fará a redação do Substitutivo da Comissão e, em consequência, o Senhor Presidente convoca nova Reunião para o dia seguinte, às dezesseis horas, no mesmo local.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 4ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 1967

As dezesseis horas e vinte minutos do dia dezesseis de novembro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador Adalberto Sena, Presidente, presentes os Srs. Senadores Fernando Corrêa, Raul Giuberti, Aurélio Vianna e Ruy Carneiro e os Srs. Deputados Maia Neto, Jonas Carlos, José Lindoso, Hanequim Dantas, Aldo Fagundes e Hélio Gueiros, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e Parecer ao Projeto de Lei nº 16, de 1967 (C.N.), que "autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Srs. Senadores Aloysio de Carvalho, Clodomir Millet, Carlos Lindenberg, Josephat Marinho e Vasconcelos Tórres e os Srs. Deputados Luiz Braga, Miguel Couto, Alberto Hoffmann, José Burnett e José Freire.

E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior, sendo a mesma dada como aprovada.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente comunica aos presentes que a Reunião tem por objetivo conhecer o Substitutivo elaborado pelo Senhor Relator, incorporando ao texto original as emendas aprovadas pela Comissão.

Em seguida, submete à Comissão o substitutivo e indaga dos presentes se o mesmo espelha com fidelidade o que foi deliberado.

Verificando-se resposta positiva de todos os presentes, o Sr. Presidente lembra que a Comissão voltará a reunir-se apenas para a elaboração da Redação Final do Projeto, após ser o mesmo discutido e votado pelo Plenário do Congresso Nacional.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

39ª ATA DA REUNIAO, ORDINARIA, REALIZADA NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 1967.

As 15.30 horas do dia 16 de novembro de 1967, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Antônio Carlos, Petronio Portela, Wilson Gonçalves, Aloysio de Carvalho, Eurico Rezende, Antônio Balbino, Bezerra Neto e Josephat Marinho, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Srs. Senadores Rui Palmeira e Carlos Lindenberg.

E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

O Sr. Senador Aloysio de Carvalho pede a palavra para uma explicação pessoal e declara que, "obediência às normas da ética parlamentar, não concedeu nenhuma entrevista à imprensa nem fez qualquer pronunciamento público de outra espécie sobre o projeto que regula a concessão de anistia e a requisição de direitos políticos, bem como sobre o parecer que a propósito emitiu, ambos dependendo, ainda, nesta data, da apreciação desta Comissão de Justiça. Apenas indicou os elementos principais do parecer, publicado para estudo, no "Diário do Congresso", a reportagem de um jornal carioca,

não sendo de sua inspiração a disposição da matéria, muito menos o título, aliás exato, de que o projeto somente beneficia os grandes".

A seguir, o Sr. Presidente dá início aos trabalhos concedendo a palavra ao Senador Wilson Gonçalves que relata os seguintes projetos: pela constitucionalidade das emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 118-67 — Autoriza a Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP — a alienar lotes rurais de sua propriedade no Distrito Federal, dando, porém, pela sua inconveniência; pela constitucionalidade e juridicidade do substitutivo da Comissão de Segurança Nacional ao Projeto de Lei da Câmara nº 239, de 1933 — Dispõe sobre construções nas proximidades das Fortificações Costeiras do Exército. Os pareceres são aprovados por unanimidade.

O Sr. Senador Bezerra Neto, com a palavra, lê os seus pareceres, a saber: pela aprovação dos Requerimentos nºs 936-67 e 1.000-67, o primeiro dos Senadores Aarão Steinbruch e Marcelo de Alencar, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, de memorial endereçado por Confederação de Trabalhadores ao Exmº Senhor Ministro do Trabalho, referente a irregularidades no INPS e na atual política salarial e o segundo solicitando ao Poder Executivo — Banco do Brasil — Carteira de Comércio Exterior — informações sobre o restabelecimento de cotas de exportação de algodão; pela constitucionalidade do Decreto Legislativo nº 55-67 — Aprova o Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre estímulos ou aumento de produtividade dos artigos que especifica. Submetidos à discussão e votação, são os pareceres aprovados sem restrições.

O Sr. Senador Josaphat Marinho relata os seguintes projetos: pela inconstitucionalidade e rejeição dos Projetos de Lei da Câmara nºs 67-67 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região — o crédito suplementar de NCR\$ 660.000,00, para o reforço de dotações orçamentárias que especifica o nº 41-67 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região — o crédito especial de NCR\$ 5.000,00, destinado a atender às despesas de instalação da sua nova sede e de seis Juntas de Conciliação e Julgamento, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; pela juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 70-67 — Retifica, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1967. Os pareceres são aprovados unanimemente.

O Sr. Senador Aloysio de Carvalho usa da palavra e relata o Projeto de Decreto Legislativo nº 55-67 — que aprova o Decreto-lei nº 333, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre a entrada em vigor das deliberações do Conselho de Política Aduaneira e incorpora às alíquotas do imposto de importação a taxa de despacho aduaneiro e dá outras providências, concluindo pela sua constitucionalidade. Submetido à discussão e votação é aprovado, sem restrições.

O Senador Bezerra Neto devolve o Projeto de Lei da Câmara nº 291-68 — que dispõe sobre a assistência à família e dá outras providências, que pedira vista, apresentando um voto em separado. Após a leitura do voto, o Senador Aloysio de Carvalho pede vista do projeto, que lhe é concedida.

Com a palavra o Sr. Senador Antônio Carlos passa a relatar os seguintes projetos: pela aprovação dos Projetos de Decreto Legislativo números 50-67 — Aprova o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, assinado na Cidade do México, em 9 de maio de 1967, e 51-67 — Aprova o Acordo de Cooperação para a Utilização de Energia Atômica para fins Pacíficos,

entre o Brasil e a Suíça, assinado no Rio de Janeiro a 26 de maio de 1967; pela aprovação da Emenda nº 1, com subemenda; pela aprovação da Emenda nº 2 com subemenda e rejeição da de nº 3 e pela aprovação da Emenda nº 4 apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 130-64 — Que dispõe sobre o salário-mínimo, a jornada de trabalho e as férias anuais remuneradas dos advogados e dá outras providências. Submetidos à discussão e votação são todos os pareceres aprovados por unanimidade.

O Sr. Senador Antônio Balbino pede licença para retirar-se por motivo de força maior e o Sr. Senador Aurélio Vianna o substitui, como suplente da Comissão.

Continuando com a palavra, o Senhor Senador Antônio Carlos apresenta seu parecer ao Ofício número 9-GPC de 15 de novembro corrente, do Sr. Presidente do Congresso Nacional sobre a questão de Ordem Recurso do Deputado Mário Covas da decisão proferida em sessão do Congresso Nacional de 14 de novembro de 1967, concluindo pela denegação do Recurso.

Submetido à discussão, usam da palavra os Srs. Senadores Petrólio Portela, Aloysio de Carvalho, Eurico Rezende, Josaphat Marinho, Wilson Gonçalves e Aurélio Vianna. Em dado momento, o Sr. Senador Auro de Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, espontaneamente, comparece à reunião e pede ao Sr. Presidente da Comissão licença para expor as razões que o levaram, quando na presidência do Congresso Nacional, a decidir sobre a forma de como se votar as Emendas Constitucionais, quer de origem do Executivo quer apresentadas por qualquer das Casas do Congresso, frisando que seu objetivo não era o de influir em quaisquer dos membros da Comissão no que se referia à votação, mas tão simplesmente esclarecer uma situação proveniente de decisão sua. Após os esclarecimentos do Sr. Senador Auro de Moura Andrade, que aliás já constavam do parecer do Senador Antônio Carlos, o Sr. Presidente Milton Campos agradece a atenção e a honra da assistência prestada à Comissão.

Nada mais havendo a tratar, eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

40.ª REUNIAO EXTRAORDINARIA REALIZADA NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 1967

As 15,30 horas do dia 21 de novembro de 1967, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senador Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Antônio Carlos, Petrólio Portela, Aloysio de Carvalho, Eurico Rezende, Rui Palmeira, Antônio Balbino, Josaphat Marinho e Bezerra Neto reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Deixa de comparecer o Senhor Senador Carlos Lindenberg.

O Senhor Presidente, dando início aos trabalhos, comunica que convocara a Comissão a fim de apreciar o Ofício nº 7-GPC, de 13-11-67 encaminhando à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça o recurso interposto sobre a tramitação dos projetos de Leis Complementares, nos termos do § 3º do art. 54 da Constituição e, nestas condições, vai dar a palavra ao Senador Wilson Gonçalves, Relator da matéria.

Com a palavra, o Senhor Senador Wilson Gonçalves lê seu parecer que conclui pelo não provimento do Recurso.

Pósto em discussão é o parecer longamente debatido, usando da palavra os Senhores Senadores Josaphat Marinho, Petrólio Portela, Eurico Rezende, Antônio Balbino, Aloysio de

Carvalho, Rui Palmeira e Antônio Carlos.

Submetido a votação é o parecer aprovado por seis votos contra três, vencidos os Senadores Josaphat Marinho: vencido. Del provimento ao recurso, quer pelos argumentos nele expostos, quer pelas razões constantes da questão de ordem inicial do Deputado Mário Covas, como, ainda, em face das alegações que expendi na apreciação da matéria. Senador Antônio Balbino: vencido, pelas razões expostas, oralmente, durante a discussão do parecer e, de modo especial por entender que não se pode conceber a reunião conjunta das duas Casas do Congresso previsto no § 3º do art. 54, para um assunto ao qual o Presidente da República não podendo fixar prazo (porque depende de *quorum* expresso para ser aprovado), não tem competência constitucional para caracterizar a urgência que impõe a "reunião conjunta". Senador Bezerra Neto. — Vencido. Del provimento.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS

41.ª REUNIAO, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 1967

As 16 horas do dia 22 de novembro de 1967, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Argemiro de Figueiredo, presentes os Srs. José Leite, Leandro Maciel, Clodomir Milet, Adolpho Franco, Carvalho Pinto, Fernando Corrêa, Bezerra Neto, Pessoa de Queiroz, Júlio Leite, José Ermirio e Celso Ramos, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Srs. João Cleofas, Mem de Sá, Manoel Villaga, Sigfredo Pacheco, Paulo Sarasate e Oscar Passos.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que é, em seguida, aprovada.

São lidos e aprovados pela Comissão os seguintes pareceres:

Pelo Sr. Fernando Corrêa

— favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1967, que declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Belas Letras e Ciências.

Pelo Sr. Bezerra Neto

— favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1967, que retifica sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967.

Pelo Sr. Adolpho Franco

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1967, que estende às sociedades concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, cujo controle acionário tiver, sido ou vier a ser adquirido pelas Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — Eletrobrás — o disposto no art. 16, da Lei número 3.890-A, de 25 de abril de 1961, e dá outras providências.

Pelo Sr. José Ermirio

— favorável, com emenda, ao Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1967, que concede isenção de impostos para equipamentos e bens de consumo enviados por "Royal Society" e "Royal Geographical Society" para utilização em sua expedição científica no interior do Brasil.

Pelo Sr. José Leite

— pelo encaminhamento do Requerimento nº 851, de 1967, Senador Lino de Mattos, solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre as condições e restrições a que estaria sujeito o empréstimo de 40 milhões de dólares do Banco Mundial à pecuária brasileira;

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 1967, que concede reforma a militares asilados e dá outras providências; e

— pela audiência da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1967, que dispõe sobre os "cofres de carga" e altera o art. 9º do Decreto-lei nº 83, de 26 de dezembro de 1966, que dispõe sobre a cobrança de taxas portuárias.

Pelo Sr. Clodomir Milet

— favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 1967, que aprova o Decreto-lei nº 334, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre o imposto único sobre minerais do País, alterando, em parte, a Lei nº 4.425, de 8 de outubro de 1964, e dá outras providências.

Pelo Sr. Pessoa de Queiroz

— favorável à emenda nº 1-CIC e ao Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1967, que fixa o horário de funcionamento de comércio nas superquadras do Plano Piloto, Distrito Federal, apresentando, ainda, emendas de números 2-CF a 5-CF.

Pelo Sr. Leandro Maciel

— contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1967, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região — o crédito especial de NCR\$ 60,45 (sessenta cruzeiros novos e quarenta e cinco centavos), para atender ao pagamento de salário-família ao Juiz daquele Tribunal Dr. Dilermando Xavier Porto.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

ATA DA 11.ª REUNIAO, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 1967

As dezesseis horas do dia vinte e um de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Paulo Torres, Presidente, presentes os Srs. Senadores Oscar Passos, Pedro Ludovico e Adalberto Sena, reúne-se a Comissão de Segurança Nacional.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Sigfredo Pacheco, Ney Braga e José Cândido.

É lida a ata da reunião anterior e em seguida aprovada.

Dando início aos trabalhos é relatada a matéria em pauta.

Pelo Sr. Senador Oscar Passos o Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1967, que "inclui, nas entidades consignatárias a que se refere o art. 171 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, o Clube de Oficiais da Reserva e Reformados da Marinha e a Associação de Taifeiros da Armada e Clube Beneficente dos Sargentos da Marinha, opinando pela aprovação.

Pelo Sr. Senador Pedro Ludovico o Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1967, que "aprova a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada pelo Brasil, a 12 de novembro de 1965, por ocasião da Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações, realizada em Montreux, Suíça. Parecer favorável.

Submetidos os pareceres à discussão e votação são aprovados sem restrições.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carmelita de Souza, Secretária, a presente ata que, uma vez lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)	3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)	4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
2º Vice-Presidente — Gilberto Maranhão — (ARENA — GB)	1º Suplente — Attilio Fontana — (ARENA — SC)
1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)	2º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS)
2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)	3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
	4º Suplente — Raul Gluberti — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE)

Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

DO MDB

Líder — Filinto Müller — (MT)

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Bezerra Neto — (MT)

Antônio Carlos — (SC)

Rui Palmeira — (PB)

Adalberto Senna — (ACRE)

Manoel Vilça — (RN)

Lino de Mattos — (SP)

Vasconcellos Tórres — (RJ)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTE

José Feliciano
Ney Braga
João Cleophas
Teotônio Vilela
Júlio Leite

Attilio Fontana
Leandro Maciel
Benedicto Valladares
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio
Mário Martins

Aurélio Vianna
Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

SUPLENTE

Milton Campos
Antônio Carlos
Aloysio de Carvalho
Eurico Rezende
Wilson Gonçalves
Petronio Portela
Carlos Lindenberg
Rui Palmeira

Vasconcelos Tórres
Daniel Krieger
Benedicto Valladares
Alvaro Maia
Lobão da Silveira
José Feliciano
Menezes Pimentel
Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
Bezerra Neto
Josaphat Marinho

Araújo Steinhilber
Aurélio Vianna
Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.

Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

SUPLENTE

José Feliciano
Lobão da Silveira
Petronio Portela
Eurico Rezende
Attilio Fontana

Benedicto Valladares
Adolpho Franco
Arnon de Melo
José Leite
Mello Braga

MDB

João Abrahão
Aurélio Vianna

Adalberto Senna
Lino de Mattos

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Carvalho Pinto
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Domicio Gondim
Leandro Maciel

José Leite
João Cleophas
Duarte Filho
Sigefredo Pacheco
Filinto Müller
Paulo Torres

MDB

Mário Martins
Pedro Ludovico
Lino de Mattos

José Ermírio
Josaphat Marinho
João Abrahão

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15,30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Menezes Pimentel
Mem de Sá
Alvaro Maia
Duarte Filho
Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares
Antônio Carlos
Sigefredo Pacheco
Teotônio Vilela
Petronio Portela

MDB

Adalberto Senna
Lino de Mattos

Antônio Balbino
Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

João Cleophas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Vilça
Clodomir Milet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa

Antônio Carlos
José Guimard
Daniel Krieger
Petronio Portela
Attilio Fontana
Júlio Leite
Mello Braga
Carlos Lindenberg
Ceiso Ramos
Teotônio Vilela
Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
Bezerra Neto
Oscar Passos
Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
José Ermírio
Lino de Mattos
Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

SUPLENTE

Ney Braga
Attilio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
João Cleophas

Júlio Leite
José Cândido
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
José Ermírio

Pessoa de Queiroz
Pedro Ludovico

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A**TITULARES**

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Mala
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guilomard
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgílio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A**TITULARES**

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guilomard
Vasconcellos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermirio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SÉCAS

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A**TITULARES**

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feira às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A**TITULARES**

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermirio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A**TITULARES**

Teotônio Villela
Antônio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
José Leite
José Guilomard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras. As 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
José Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Mala
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guilomard
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigfredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A**TITULARES**

Sigfredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Correa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A**TITULARES**

Paulo Torres
José Guilomard
Sigfredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretaria: Carmelita de Souza